

GENERALI SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS



20

TRAN
QUIL
DADE
AÇOREANA LOGO

grupo  GENERALI

GENERALI SEGUROS, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242
1250 – 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF n.º 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

01	MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO	004
02	ÓRGÃOS SOCIAIS	006
03	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	008
04	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	026
05	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	030
06	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	032
07	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	034
08	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	036
09	DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO	126
10	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	134
11	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	143

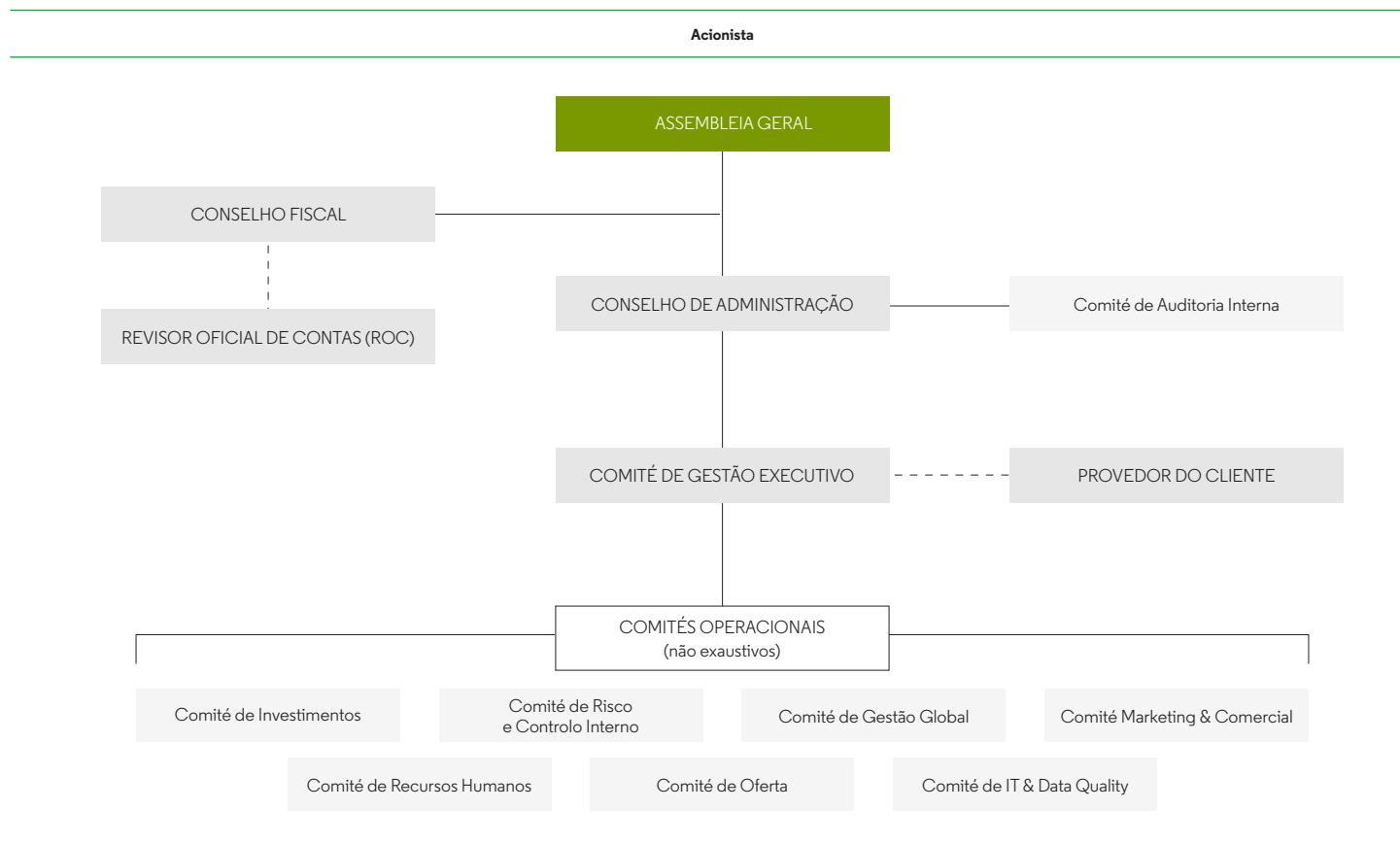
01

MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

De acordo com o Modelo de Governo Societário adotado, à data do presente relatório, a Companhia integra um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Administrador Delegado com Funções Executivas que integra um Comité de Gestão Executivo, ao qual o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da Companhia.

Adicionalmente, foram constituídos diversos comités de forma a permitir a realização, de forma permanente, da avaliação, controlo, monitorização, discussão e tomada de decisão sobre diversos aspectos relevantes do sistema de governo, sistema de gestão de risco, estratégia, objetivos e dados de negócio da Companhia, reforçando um modelo de governação assente numa gestão sá e prudente do negócio, no reforço da comunicação, da transparência e da interação entre os diversos Órgãos de Gestão e de Fiscalização, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo.



02

ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

Sofia Leite Borges (Presidente)
Denise Alfaro Guimarães Luz (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústequi Melgarejo (Presidente)
João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)
Pedro Luís Francisco Carvalho (CEO)
Stefano Flori
Riccardo Candoni
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

CONSELHO FISCAL

Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente);
José Manuel Serrão (Vogal)
Nelson Marques Fontan (Vogal)
Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (Efetivo)
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (Suplente)

A Gestão da Sociedade, por delegação do Conselho de Administração,
cabrá a um Comité de Gestão Executivo composto por:

João Carlos Dores Candeias Barata (*Chief Insurance Officer*)
José António Correia Dias Nogueira da Silva (*Chief Operating Officer*)
Pedro Luís Francisco Carvalho (*Chief Executive Officer*)
Rogério de Magalhães Dias (*Chief Distribution Officer*)
Stefano Flori (*Chief Financial Officer*)

03

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Generali Seguros, S.A. (adiante designada por “Generali Seguros” ou “Companhia”) respeitantes ao exercício de 2020.

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

3.1.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

As projeções mais recentes das instituições internacionais apontam para uma quebra acentuada da atividade económica mundial em 2020 que, de acordo com a Comissão Europeia, andará em torno dos -3,5 % (+2,9 % em 2019). Esta redução do produto interno bruto (PIB) só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929, sendo extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento, incluindo o sudeste asiático.

As medidas de confinamento tomadas na sequência da pandemia de Covid-19, tiveram por consequência a redução da atividade da indústria, comércio e serviços; a deterioração do mercado de trabalho e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais. Na área do euro, de acordo com a Comissão Europeia, é igualmente expectável uma forte deterioração da atividade económica, com o PIB a contrair-se 7,7 % em 2020 (+1,2 % em 2019), com impacto negativo considerável na procura externa dirigida a Portugal (quebra de mais de dois dígitos para a maioria dos principais parceiros comerciais do país). O desemprego na área do euro deverá situar-se em 9,6 %, refletindo um aumento de 2,1 pp.

No início do ano, os **mercados acionistas** foram penalizados de forma expressiva pelo surto epidemiológico, ao incorporarem o impacto da deterioração económica esperada nos resultados empresariais. Contudo, a maioria dos índices de referência terminou o ano com desempenhos positivos e inclusivamente atingiram máximos históricos, fruto da postura extremamente acomodatícia e atempada dos bancos centrais, da intervenção célere e expressiva dos governos e dos avanços na investigação e aprovação de vacinas para a Covid-19.

No ano transato, os **mercados de dívida pública** da AE e dos EUA beneficiaram da forte queda das taxas de juro, as quais registaram novos mínimos históricos. A evolução do agregado de governos da Área Euro beneficiou também do estreitamento dos prémios de risco dos Estados-membros, suportados pela implementação do programa de compras de ativos pelo BCE e pela aprovação do plano de estímulos europeu.

Nos EUA, apesar de uma pequena recuperação no final do ano, o movimento de queda das yields foi mais do dobro do da Alemanha suportado pelos cortes das taxas de referência americanas e pelo programa de compra de dívida pela FED. Também os segmentos de **dívida privada** apresentaram performances transversalmente positivas, beneficiando da liquidez injetada no sistema pelos bancos centrais que, pressionando fortemente as taxas de juro, levou os investidores a procurar rendibilidades mais atrativas neste tipo de ativos.

No **mercado cambial**, o euro, no ano de 2020, apreciou face ao dólar, pondo termo a dois anos consecutivos de depreciação. Paralelamente, a moeda única apresentou também ganhos face à libra (5,7%) e ao iene (3,6%). Por seu turno, o índice dólar, um cabaz que compara a referida moeda contra as de 6 países desenvolvidos, encerrou o ano com uma queda considerável.

Por fim, no **mercado monetário** da Área Euro, a taxa Euribor registou em 2020 uma queda de 16p.b. para -0,55% na maturidade de 3 meses, 20p.b. para -0,53% na de 6 meses e 25p.b. para -0,50% na de 12 meses.

Ao nível dos **bancos centrais**, o conselho de governadores do Banco Central Europeu (BCE), na reunião de 10 de dezembro, recalibrou vários dos instrumentos de política monetária, mas mantendo inalteradas as taxas diretoras. Num contexto de uma política monetária mais expansionista, de regresso aos estímulos monetários não convencionais do Banco Central Europeu e do lançamento de vários programas de injeções extraordinárias de liquidez, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo se mantenham em valores historicamente baixos durante um período prolongado.

3.1.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Em 2020, verificou-se uma forte contração da economia portuguesa refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica. Neste contexto, o PIB registou uma contração de 7,6% durante o último ano, a mais intensa de que há registo nas últimas décadas. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após ter sido positivo em 2019, devido, sobretudo, à contração do consumo privado.

O contributo da procura externa líquida foi mais negativo em 2020, verificando-se reduções intensas das exportações e importações de bens e de serviços, com destaque particular para a diminuição sem precedente das exportações de turismo. Após uma queda de 17,3% no primeiro semestre, a economia recuperou de forma rápida no terceiro trimestre (crescimento de 13,3% em cadeia). No 4º trimestre, o PIB aumentou 0,4% em volume, condicionado pelo surgimento de uma segunda vaga da pandemia.

3.1.3. MERCADO SEGURADOR

A crise decorrente da situação de pandemia em que vivemos, teve fortes impactos no setor segurador. Em termos globais, a produção de seguro direto em 2020 registou um decréscimo de 18,7% face a 2019, situando-se em 9.923 milhões de euros (-2.280 milhões de euros), condicionado pela evolução negativa do segmento Vida e pelo crescimento pouco significativo do segmento Não-Vida.

O segmento Vida continua a representar a maior parte da produção de seguro direto. No entanto, os prémios do ramo Vida registaram em 2020 um decréscimo de 34,8% face a 2019 (-2.434 milhões de euros), em quase todas as modalidades, salientando-se os seguros de Vida Não Ligados, excluindo PPR (-27,9%) e os PPR's totais (-62,9%).

O segmento Não-Vida, o mais correlacionado com a atividade económica, é o segmento que mais diretamente sentiu os impactos da pandemia, sendo também o que foi mais impactado pela implementação de mecanismos extraordinários de moratórias e ajustamentos a prémios de seguros.

Embora os prémios tenham registado um crescimento de 3,0% face a 2019, foi muito inferior ao observado no ano anterior, de 7,9%. O volume de prémios Não-Vida atingiu 5.364 milhões de euros (+155 milhões de euros) com destaque para o ramo Saúde, que com um crescimento de 8,2%, continua a apresentar uma boa evolução, em resultado de uma procura crescente deste tipo de seguro por parte da população.

O ramo Acidentes de Trabalho, abrandou a sua tendência de crescimento de dois dígitos e ficou-se pelos +1,2% face ao período homólogo.

Os ramos Automóvel (+2,1%) e Incêndio e outros Danos (+4,3%), também apresentaram taxas de crescimento inferiores às registadas em 2019 (+7,0% e +6,8% respetivamente).

3.2. FACTOS RELEVANTES EM 2020

Segundo as estimativas rápidas do INE de fevereiro de 2021, o PIB contraiu 7,6% em 2020 (+2,2% em 2019). Esta situação decorre dos impactos adversos da pandemia da Covid-19 na atividade económica. Apesar de alguma recuperação em cadeia ao longo dos trimestres (-13,9% no 2º trimestre, +13,3% no 3º trimestre e +0,4% no 4º trimestre do ano), os impactos negativos são persistentes. O consumo privado foi fortemente afetado, com uma contração previsível de 6,8% de acordo com o Banco de Portugal. As importações e exportações diminuíram igualmente, sendo o setor do turismo o mais fortemente afetado pela diminuição das exportações.

Em 2020, manteve-se o contexto de taxas de juro muito baixas, ou mesmo negativas, condicionando muito a rentabilidade das empresas do setor financeiro, que é também condicionada pela incerteza da retoma económica pós-Covid. Este contexto é bastante adverso à comercialização de produtos de poupança, a que acresce os comportamentos que privilegiam a diminuição de incerteza pelos consumidores, limitando a colocação no mercado de produtos de poupança.

Globalmente, o mercado segurador decresceu 18,7% em 2020. Este decréscimo resultou do decréscimo de 34,8% em Vida, em linha com o que já vinha ocorrendo anteriormente. Apesar da forte contração da atividade económica, o setor segurador demonstrou resiliência no ramo Não-Vida que cresceu 3,0%.

Este desempenho em Não-Vida, advém principalmente dos contributos dos produtos Acidentes e Doença (+3,2%), Incêndio e Outros Danos (+4,3%) e Automóvel (+2,1%). De entre os seguros mais representativos Não-Vida, Saúde (3º maior ramo Não-Vida) foi aquele que apresentou maior crescimento (+8,2%), o que demonstra, particularmente neste ano inédito onde a saúde é um dos elementos mais valorizados pela população, a relevância que os consumidores lhe atribuem. Nos seguros obrigatórios, Acidentes de Trabalho teve uma evolução positiva de 1,2% apesar da redução de massa salarial provocada pelos regimes de *lay-off* e trabalho a tempo parcial que ocorreram nos períodos de confinamento ou condicionamento de atividades motivado pela limitação da atividade.

Assim, o setor demonstrou resiliência e equilíbrio na gestão dos efeitos da pandemia com medidas que visaram o apoio às empresas e famílias, a par de uma adequada gestão dos preços praticados.

O ramo Vida que apresentou uma descida de prémios de 34,8%, foi particularmente impactado pelo desempenho negativo dos seguros de capitalização e PPR's que diminuíram o seu peso neste segmento em aproximadamente 19 p.p. para 25,5% em 2020, em resultado de uma quebra de 62,9% no volume de prémios. Os produtos tradicionais – Risco – mantiveram um desempenho estável (+1,1%).

A Generali Seguros teve um crescimento inferior ao do mercado em Não-Vida, registando, numa base comparável (valor agregado em 2019 e em 2020) um aumento do volume de prémios de 1,0% (versus 3,0% do mercado), o que se traduziu numa quota de mercado de 18,4% (-0,3 p.p. vs 2019).

Em sentido contrário, em Vida a Generali Seguros conquistou quota que ascendeu 2,1% (+0,3 p.p. vs 2019), em resultado de um melhor desempenho que o mercado com especial destaque para Vida Risco, onde cresceu 5,5% (vs 1,7% mercado).

O ano de 2020, foi marcado pela pandemia Covid-19 com impactos diretos no negócio, quer pela maior dificuldade na captação de novos seguros, quer pelos desafios de retenção num contexto de maior fragilidade económica dos clientes particulares e, sobretudo, empresas.

Adicionalmente, em 2020, ocorreu também a fusão por incorporação da Generali – Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Generali Seguros, S.A. (anteriormente designada Seguradoras Unidas, S.A.), traduzido de imediato na integração da operação e das redes de distribuição.

Apesar destes desafios, houve um aumento da base de clientes para aproximadamente 1,9 milhões de clientes particulares e empresa, e alcançou-se um índice de retenção de clientes de 87% que sustentou o crescimento registado.

A evolução da carteira de prémios Não-Vida acabou por ser afetada sobretudo pela evolução nos ramos associados a empresas, em particular nos ramos Acidentes de Trabalho (-2,4%), Multirisco (+2,8%) e Responsabilidade Civil (-2,0%).

A Generali Seguros continuou focada na continuidade do processo de transformação, com uma aposta crescente numa estratégia digital no back office e front office, com impacto direto nos processos de venda, no desempenho operacional e nos níveis de serviço a clientes e parceiros de distribuição.

Com o objetivo de continuar a oferecer os produtos mais adequados e prestar um serviço de excelência aos clientes dos segmentos Particulares e Empresas, realizaram-se um conjunto de alterações e lançamentos de produtos ou iniciativas para tornar a experiência do cliente mais simples, rápida e transparente.

Desse conjunto de iniciativas destacamos as seguintes:

Particulares

- No contexto da integração, os produtos das marcas Tranquilidade e Generali foram uniformizados em abril, através da comercialização de uma oferta única que inclui os principais ramos - Automóvel, Acidentes de Trabalho, Multirisco, Saúde e Vida
- Foi lançado o novo Seguro Casa, produto inovador no mercado, com coberturas que asseguram não só a proteção da casa, mas também das pessoas, dos animais domésticos e dos bens, dentro ou fora de casa. O produto apresenta uma estrutura modular de coberturas opcionais, que permite aos seus clientes escolher a melhor solução para as suas necessidades, seja senhorio ou inquilino, e tenha um apartamento, vivenda ou um imóvel arrendado
- Em Acidentes Pessoais, lançou-se a nova oferta de proteção para Hospitalização e Incapacidades ajustada a diferentes tipos de lesões, com soluções para recuperar a saúde física e proteger financeiramente os clientes
- Em Vida Risco, reviu-se o produto Vida Mais dotando-o de maior competitividade comercial e de acesso à rede de descontos de bem-estar. No produto associado ao crédito à habitação foi também simplificado o acesso ao desconto para clientes com hábitos de vida saudáveis
- Em Saúde reforçámos a comunicação relacionada com a pandemia e serviços de saúde online, comparticipando as despesas de diagnóstico e teste Covid-19 e as despesas até ao momento do diagnóstico
- A marca LOGO investiu no desenvolvimento dos seus canais digitais para potenciar vendas online através do site, área de cliente e app e aumentar a experiência digital dos seus clientes:
 - Implementação do envio da carta verde por e-mail para todos os clientes automóvel
 - Desenvolvimento de meios self-service para incrementar o número de contactos online face às chamadas para o contact center
 - Melhorias contínuas no chatbot e whatsapp e push in de notificações no site
 - Desenvolvimento de novas customer journeys de recuperação e crescimento de negócio
 - Angariação de novo negócio através de leads via redes sociais

Empresas

- No seguro de Acidentes de Trabalho alargámos a cobertura do seguro ao teletrabalho. Com esta medida os colaboradores dos nossos clientes mantiveram-se protegidos durante os períodos de confinamento por Covid-19.
- Lançámos um seguro de saúde para empresas para proteção Covid-19, através de um subsídio de hospitalização. O seguro inclui ainda uma indemnização de convalescência, após a alta de hospitalização numa unidade de cuidados intensivos, causada por infecção de Covid-19
- Lançámos o seguro Vida Empresas, um seguro de vida risco para os colaboradores das empresas, com duas opções de subscrição e coberturas alargadas, incluindo assistência em viagem em caso de hospitalização e assistência a animais domésticos.
- O seguro inclui ainda a opção de proteção em caso de verificação de um cancro, uma das doenças que mais preocupa a população na atualidade
- Disponibilização de ferramentas digitais que permitem ao cliente a fácil gestão da sua carteira de seguros:
 - Lançamento do Portal Empresas, um site onde o cliente pode efetuar a gestão dos seus seguros de forma simples, rápida e segura, com destaque para as funcionalidades de consulta de contratos, participação e consulta do estado de sinistros, consulta e impressão de documentos e envio de folhas de férias
 - Lançamento da nova versão da Participação de Acidentes de Trabalho, com um design modernizado e um funcionamento intuitivo, com pré-preenchimento automático de vários campos que permite uma rápida e fácil participação do sinistro

O ano foi marcado pela situação inédita de pandemia, com impactos significativos na economia, famílias e empresas. Por isso, quisemos estar ainda mais próximos dos nossos clientes, comunicar de forma informada, oportuna e simples e apoiá-los com medidas adicionais, tais como:

- Flexibilização do pagamento dos seguros e adiamento automático do prazo de pagamento em 60 dias
- Simplificação de processos no momento de subscrição e aprovação de seguros, com a dispensa de exames médicos no seguro de vida associado ao crédito à habitação
- Ajuste do seguro de Acidentes de Trabalhador Independente em situações de redução de rendimento a pedido do cliente
- Ajustamento da massa salarial para empresas em lay-off
- Inclusão automática da entrega ao domicílio como atividade coberta para restaurantes.

Continuámos a automatizar e melhorar processos para aumentarmos a eficácia na venda, na gestão de sinistros e proporcionar uma melhor experiência ao cliente:

- Em Automóvel lançámos uma nova ferramenta de acompanhamento de sinistros, que permite acompanhar o progresso de sinistros automóvel com danos materiais, com notificações de progresso enviadas aos clientes em tempo real por sms e a possibilidade de marcação autónoma de serviços de reparação e peritagem
- Em Saúde reforçámos os serviços remotos com a disponibilização do avaliador de sintomas online: uma solução de assistência médica digital com recurso a inteligência artificial. O serviço do médico online registou também um grande crescimento motivado pelo contexto de pandemia, com uma utilização 10 vezes superior face ao ano anterior.

A estratégia digital e de inovação das plataformas de serviço ao cliente e parceiros manteve-se como prioridade na diferenciação no mercado:

- Concluímos o ano com 860 mil “Clientes Verdes” (um aumento superior a 200 mil face a 2019), aos quais somam 160 mil clientes da LOGO, também desmaterializados, que nos permitem elevados níveis de serviço na comunicação, inovação e eficiência
- Adotámos uma estratégia holística de comunicação com clientes com o objetivo de comunicar de forma frequente e relevante com a globalidade dos nossos clientes através de campanhas comerciais, ações de prevenção, informação ou institucionais com vista ao aumento do engagement do cliente com a sua seguradora e fomento de uma relação verdadeiramente “*Lifetime partner*”
- Para alavancar a nossa comunicação digital e garantir uma melhor comunicação e serviço aos nossos clientes, foi realizado um esforço na recolha de consentimentos de marketing que resultou em 30% de clientes com consentimento recolhido ao fecho do ano
- A simplificação da comunicação teve um papel fundamental pela interiorização da nova linguagem por toda a Companhia e também pela sua aplicação em todas as interações com os nossos clientes

A estratégia de distribuição passou por consolidar a relação com os principais parceiros de negócio num contexto de integração de duas redes comerciais com origem na Seguradoras Unidas e Generali Portugal. Este objetivo foi conseguido num contexto atípico, provocado pela pandemia, com praticamente 100% dos colaboradores em teletrabalho. Foi criada uma equipa comercial única a qual foi determinante para manter a dinâmica comercial e desenvolver a relação com os principais parceiros de negócio.

Nesse sentido, apostou-se:

- No reforço das equipas comerciais e na reorganização da equipa de apoio às Zonas Comerciais integrando-a na Direção de Operações. A abertura duma nova Zona Comercial no grande Porto (Porto Sul), assim como o aumento do número de Gestores Comerciais, permitiu apoiar mais eficazmente os 2500 parceiros mais relevantes
- Na dinamização comercial de novos parceiros, através do afinamento do sistema de incentivos e lançamento de campanhas comerciais com forte incidência nos produtos estratégicos para os segmentos de retalho

No acelerar da transformação digital da rede de distribuidores:

- No aumento da presença digital:
 - alargamento do toolkit digital, constituído por um microsite, presença em tranquilidade.pt e no Google e Google Maps
 - promoção da presença profissional nas redes sociais, através de ações de formação
 - lançamento da plataforma Sociabble, integrando já em 2020 cerca de 400 parceiros, os quais passaram a ter acesso a conteúdos de marketing variados, desde produtos a prevenção
- Geração e gestão leads para parceiros
 - Lançamento da nova plataforma de gestão de leads
 - Aposte em leads digitais
- Papel Zero
 - Aumento do número de apólices totalmente digitais, com a introdução de alterações no processo de emissão, como por exemplo o alargamento da assinatura digital
- Melhoria transversal da margem muito ajudada pelo confinamento provocado pela pandemia em particular no primeiro semestre do ano.

Em resultado, num contexto muito difícil, o desempenho voltou a demonstrar o forte compromisso entre os parceiros e a Companhia:

- Os parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 4% e 7%, respetivamente, em “Não-Vida + Vida Risco” face a 2019, com principal relevo para os ramos Não-Vida, Acidentes de Trabalho e Automóvel;
- Os Corretores apresentaram um decréscimo de 3,4%, essencialmente devido às quebras nos ramos Automóvel e Transportes nos clientes empresariais;
- As Parcerias cresceram globalmente 10,7%, suportadas sobretudo em Automóvel, demonstrando uma grande resiliência;
- Em Vida Risco e Saúde, os canais acompanhados continuaram a ser os fortes dinamizadores do crescimento da receita, nomeadamente a Rede Exclusiva (+18% em VR individual e +17% em Saúde) e a Rede Multimarca (+14% em VR individual e +14% em Saúde).

A Companhia realizou dois Encontros Comerciais digitais, em abril e outubro. Estes eventos muito inovadores, contaram com cerca de 4000 convidados. No evento de abril, a Generali Seguros foi pioneira no mercado neste tipo de eventos o que o tornou especialmente marcante para a rede de distribuição e resultou num forte impacto em pleno confinamento geral.

Foi lançado o primeiro inquérito de satisfação a parceiros, R-NPS, o qual indicou um nível de satisfação elevado de 8,3 em 10.

No nosso negócio, tocamos a vida de muitas pessoas, todos os dias, e sempre focámos os nossos esforços para proteger as pessoas, o seu bem-estar, o nosso planeta e as gerações futuras. Trata-se de criar valor duradouro e compartilhado entre as várias partes interessadas: clientes, colaboradores, distribuidores, acionistas, fornecedores, comunidades locais, ambiente e a sociedade em geral.

Em 2020, e face aos impactos da Covid-19, o plano de responsabilidade social da Generali Seguros esteve muito focado em iniciativas ligadas ao combate dos efeitos devastadores da pandemia.

A Companhia lançou o Seguro de Saúde Covid-19, um produto único e pioneiro no mercado para empresas que procuravam proteção para os seus colaboradores que viessem a contrair a doença. Por cada pessoa segura “marca Tranquilidade” foi oferecido 1 euro à Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e por cada pessoa segura “marca Açoreana” o mesmo valor foi oferecido ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

O resultado solidário da venda deste seguro permitiu entregar um donativo de 18.000 euros à CVP, que reverteu para aumentar a capacidade de testagem da instituição, em particular de testes rápidos. Nos Açores, foi entregue ao SRPCBA um donativo de 6.000 euros. Ainda nos Açores, a Companhia ofereceu, logo no início da pandemia, um equipamento PCR para realização de testes Covid-19, que possibilitou o aumento da capacidade de realização de testes em laboratório, no Serviço Regional de Saúde.

A Companhia, reconhecendo as consequências do abrandamento da atividade económica provocado pelo Covid-19, também avançou, logo no início de abril, com um programa de antecipação de pagamentos que ascendeu a 50 milhões de euros, com o objetivo de garantir maior liquidez a agentes, fornecedores e prestadores de saúde e apoiar os agentes na gestão da sua carteira de seguros.

No âmbito da responsabilidade ambiental, a Companhia organizou, no início de 2020, uma ação de reflorestação na zona de Torres Vedras, com cerca de 200 participantes – colaboradores e família - durante a qual foram plantadas 2.500 árvores. A Companhia também voltou a associar-se à campanha “Portugal Chama”, ajudando na sensibilização para a prevenção e o combate dos incêndios rurais, um desafio que só poderá ser superado com a contribuição da sociedade, das empresas e dos cidadãos.

Durante o ano, a Companhia foi mais uma vez distinguida pela sua estratégia de marca e serviço prestado a clientes e parceiros, tendo recebido os seguintes prémios:

- SuperBrand 2020, eleita pelos consumidores
- Prémio APCE 2020 - Edição Especial Covid-19, Web Meeting Comercial vence ‘Melhor Evento Digital Externo’

A marca LOGO, que celebrou 12 anos em 2020, lançou a app ‘Ganha LOGO’ focada na melhoria da condução e que premia quem conduz de forma segura. A app analisa, através de sensores no smartphone, diversos parâmetros de condução e no final de cada viagem é possível obter o score de condução. Centrada na prevenção rodoviária, a app emite também um conjunto de alertas importantes sobre comportamentos de risco e dicas úteis para uma condução mais defensiva que minimize os riscos de acidente.

3.3. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

	2020	2019	(milhares de euros) VAR 20/19 (%)
Balanço			
Investimentos ^{a)}	2 604 843	1 771 034	47,1
Ativo líquido	3 220 002	2 244 653	43,5
Capital próprio	335 199	175 632	90,9
Provisão p/prémios não adquiridos (SD+RA)	218 376	183 989	18,7
Provisão matemática e passivos de contratos de investimento	831 508	603 291	37,8
Provisão para sinistros (SD+RA)	1 300 649	1 051 931	23,6
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	1 174 186	991 381	18,4
Provisões técnicas (SD+RA)	2 427 978	1 783 002	36,2
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	937 783	871 555	7,6
Vida	55 940	48 096	16,3
Não-Vida	881 843	823 459	7,1
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	831 013	766 695	8,4
Vida	46 237	42 754	8,1
Não-Vida	784 776	723 941	8,4
Custos com sinistros de seguro direto	683 310	676 482	1,0
Vida	89 155	79 743	11,8
Não-Vida	594 155	596 739	-0,4
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	595 994	660 544	-9,8
Vida	82 569	79 805	3,5
Não-Vida	513 425	580 739	-11,6
Custos operacionais	130 981	117 736	11,2
Rendimentos	20 096	18 124	10,9
Resultado líquido	18 895	-40 132	147,1
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto – Não-Vida	68,0%	74,2%	-6,1 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro – Não-Vida	71,7%	86,2%	-14,4 p.p.
Resultado líquido/prémios brutos emitidos	2,0%	-4,6%	6,6 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	93,1%	105,4%	-12,3 p.p.

a) Inclui: investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras Unit Link e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

Nas variáveis de balanço, as variações apresentadas refletem o efeito da integração das Sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A. ocorrida em 01 de outubro de 2020. Desta forma, as variáveis de ganhos e perdas de 2020 respeitam portanto à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4. A ATIVIDADE DA GENERALI SEGUROS EM 2020

3.4.1. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

A produção de seguro direto da Companhia atingiu 1.078.884 milhares de euros em 2020, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2019 e em 2020), uma variação de -1,8% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação negativa de -18,7% relativamente a 2019.

A Companhia, numa base comparável, apresentou um volume de prémios de seguro direto Vida de 93.587 milhares de euros, representando um decréscimo de -23,5% (-28.810 milhares de euros) em relação ao ano anterior, mais notória nos produtos financeiros (-40,3%) mas também nos produtos tradicionais (-1,5%).

Em Não-Vida, numa base comparável, o volume de prémios atingiu os 985.297 milhares de euros, ou seja, +1,0% (+9.355 milhares de euros) em relação a 2019, com destaque para o crescimento verificado nos ramos Incêndio e outros Danos (+2,9%, +3.904 milhares de euros) e Saúde (+9,3%, +9.790 milhares de euros).

Em Incêndio e outros Danos a variação deveu-se ao comportamento positivo do ramo Multiriscos que registou um acréscimo de +3.052 milhares de euros, correspondendo a uma variação de +2,8%.

O ramo Automóvel apresentou um crescimento pouco significativo quando comparado com os anos anteriores, (+0,9%, +3.650 milhares de euros), muito condicionado pela situação de pandemia e pelas restrições impostas à circulação.

O ramo Acidentes de Trabalho decresceu 2,4% (-5.674 milhares de euros) em relação a 2019, consequência direta da pandemia devido a uma diminuição no valor global de salários seguráveis e ao aumento da taxa de desemprego.

Prémios de Seguro Direto	2020	%	2019	%	(milhares de euros)	
					VAR 20/19 (%)	
Vida	55 940	6,0	48 096	5,5	16,3	
Tradicionais	43 174	4,6	38 957	4,5	10,8	
Financeiros	12 766	1,4	9 139	1,0	39,7	
Não-Vida	881 843	94,0	823 459	94,5	7,1	
Acidentes e Doença	295 262	31,5	272 529	31,3	8,3	
Incêndio e Outros Danos	125 897	13,4	116 139	13,3	8,4	
Automóvel	385 580	41,1	363 974	41,8	5,9	
Transportes	4 744	0,5	6 218	0,6	-23,7	
Responsabilidade Civil	19 205	2,0	18 176	2,1	5,7	
Diversos	51 155	5,5	46 423	5,3	10,2	
Total	937 783	100,0	871 555	100,0	7,6	

Em 2019, os valores respeitam unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.2. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

O total de custos com sinistros de seguro direto Não-Vida em 2020 ascendeu a 668.224 milhares de euros o que representa, numa base comparável (valor agregado em 2019 e em 2020), uma variação de -6,0% em relação a 2019.

Numa base comparável, o ramo Acidentes e Doença apresentou em 2020 uma diminuição significativa dos custos com sinistros de 12,5% face ao ano anterior (-39.090 milhares de euros), com destaque para a diminuição no ramo Acidentes de Trabalho (-15,9%, -34.760 milhares de euros).

No ramo Automóvel, numa base comparável, também se verificou uma diminuição, de 21,3% face ao ano anterior (-71.248 milhares de euros).

Por outro lado, o ramo Incêndio e outros Danos apresentou em 2020, numa base comparável, um aumento significativo dos custos com sinistros de 89,5% face ao ano anterior (+48.980 milhares de euros).

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2020	2019	(milhares de euros)	
			VAR 20/19 (%)	
Vida	89 155	79 743	11,8	
Tradicionais	23 318	22 702	2,7	
Financeiros	65 837	57 041	15,4	
Não-Vida	594 155	596 739	-0,4	
Acidentes e Doença	233 483	240 440	-2,9	
Incêndio e Outros Danos	96 566	44 177	118,6	
Automóvel	236 046	303 423	-22,2	
Transportes	2 274	5 917	-61,6	
Responsabilidade Civil	21 835	6 012	263,2	
Diversos	3 951	-3 230	-222,3	
Total	683 310	676 482	1,0	

Em 2019, os valores respeitam unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2020 (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) situou-se em 68,4%, o que representa, numa base comparável, uma diminuição de 5,5 p.p. em relação ao ano anterior (73,9%).

Os custos com sinistros, em 2020, refletem o impacto da pandemia na diminuição da frequência de sinistros, sobretudo em Automóvel, Acidentes de Trabalho e Saúde.

Em Automóvel foram realizados reforços de provisões relativos às entidades incorporadas, fruto de harmonização de procedimentos de avaliação de responsabilidades, mas a magnitude dos mesmos não compensa o efeito pandemia e o valor dos reforços efetuados em 2019 na sua componente de Danos Corporais.

Também em Acidentes de Trabalho, foram feitos reforços de provisões relativos às entidades incorporadas, pelo mesmo motivo de harmonização, mas o montante não compensa o efeito pandemia e o valor dos reforços efetuados em 2019 devido à alteração da Tabela de Mortalidade.

Adicionalmente, é de registar o reforço, em Vida da provisão resultante do teste de adequação de responsabilidades.

Custos com Sinistros Não-Vida / Prémios Brutos Adquiridos Não-Vida *	2020	2019	(%)
Acidentes e Doença	78,2	89,1	
Incêndio e Outros Danos	78,7	38,4	
Automóvel	62,3	86,2	
Transportes	46,0	94,0	
Responsabilidade Civil	115,3	33,6	
Diversos	8,0	-7,4	
Total Não-Vida	68,0	74,2	

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

Em 2019, os valores respeitam unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.3. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2020 ascenderam a 2.427.978 milhares de euros, resultando numa variação de +36,2% (+644.976 milhares de euros) face a 2019.

Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Aceite	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	218 376	183 989	18,7
Provisão Matemática Vida	769 419	479 400	60,5
Provisão para Sinistros	1 300 649	1 051 931	23,6
Vida	75 402	55 061	36,9
Acidentes de Trabalho	754 445	623 578	21,0
Outros Ramos	470 802	373 292	26,1
Outras Provisões Técnicas	139 534	67 682	106,2
Total	2 427 978	1 783 002	36,2

Os valores refletem o efeito da integração das Sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A. ocorrida em 1 de outubro de 2020.

3.4.4. RESSEGURO CEDIDO

Numa base comparável, o saldo de resseguro cedido em 2020 ascendeu a 13.459 milhares de euros negativo, valor que compara com 66.129 milhares de euros em 2019.

Em Não-Vida, e numa base comparável, a evolução positiva é explicada pelo aumento extraordinário do nível de recuperação de resseguro que passou de 4,9% em 2019 para 13,7% em 2020. Esta recuperação adicional prende-se com a ocorrência de sinistros de elevado montante em 2020, os quais foram recuperados em grande medida, através do mecanismo de resseguro.

Resseguro Cedido	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Vida	2 160	1 480	45,9
Prémios	9 431	4 845	94,7
Comissões	-382	-256	49,2
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-6 889	-3 109	121,6
Não-Vida	2 015	52 020	-96,1
Prémios	92 140	86 842	6,1
Comissões	-9 089	-14 618	-37,8
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-81 036	-20 204	301,1
Resultado	4 175	53 500	-92,2

Em 2019, os valores respeitam unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.5. SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro Não-Vida em 2020 foi de 178.659 milhares de euros, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2019 e em 2020), um aumento de 109.103 milhares de euros em relação ao ano anterior, devido ao desagravamento do saldo desfavorável de resseguro cedido e melhoria no saldo de seguro direto.

Por ramos, com exceção de Incêndio e outros Danos e Responsabilidade Civil, todos apresentam melhorias significativas no saldo técnico líquido de resseguro em 2020, comparando com o ano anterior.

Saldo Técnico, Líquido de Resseguro*	(milhares de euros)		
	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Acidentes e Doença	28 493	-7 883	461,4
Incêndio e Outros Danos	24 108	28 786	-16,3
Automóvel	108 933	15 471	604,1
Transportes	2 547	1 502	69,6
Responsabilidade Civil	-3 053	8 134	-137,5
Diversos	11 892	9 062	31,2
Total	172 920	55 072	214,0

* excluindo custos imputados às funções

Em 2019, os valores respeitam unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 157.379 milhares de euros em 2020, numa base comparável, +3,7% em relação ao ano anterior.

De registar que, parte deste aumento é justificada pelo registo de um montante considerável de custos relacionados com a integração das Companhias, algo que não ocorreu no ano de 2019. Os Custos com Pessoal no valor de 75.696 milhares de euros apresentam, numa base comparável, uma diminuição de 0,8% face a 2019. Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram, numa base comparável, 9,4% face a 2019, +4.844 milhares de euros.

Custos Operacionais	(milhares de euros)		
	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Custos com Pessoal	60 726	58 353	4,1
Fornecimentos e Serviços Externos	47 544	38 693	22,9
Impostos e Taxas	6 303	5 960	5,8
Amortizações	14 957	14 785	1,2
Outros *	1 451	-55	-2 738,2
Total	130 981	117 736	11,2

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

Em 2019, os valores respeitam unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.7. QUADRO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2020 foram admitidos no quadro efetivo 27 novos colaboradores e foram incorporados 295 colaboradores provenientes da Generali e Generali Vida. Verificaram-se 128 saídas, das quais 26 relativas a Rescisões Mútuo Acordo (RMA), 38 por iniciativa própria ou da Empresa e 63 por Despedimento Coletivo.

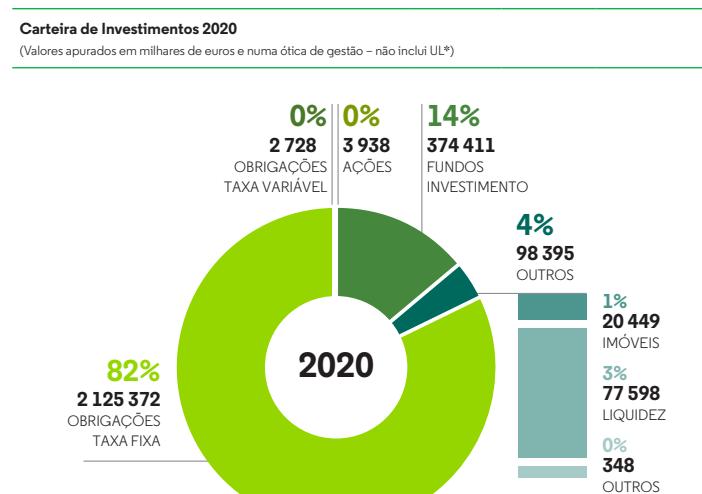
	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Total Quadro Efetivo a 1/1	920	924	-0,4
Admissões	27	42	-35,7
Incorporação da Generali SA e Generali Vida SA a 1 de outubro	295	0	-
Saídas	128	46	178,3
Pré-Reforma ou Reforma	0	0	-
Iniciativa Própria/Empresa	38	27	40,7
Rescisões Mútuo Acordo	26	18	44,4
Despedimento Coletivo	63	0	-
Outros (falecimento)	1	1	0,0
Total Quadro Efetivo a 31/12	1 114	920	21,1

3.4.8. INVESTIMENTOS

A atividade financeira da Generali Seguros registou uma rentabilidade média global de 4,3%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e em fundos de investimento diversificados e o processo de redução da exposição ao sector imobiliário e a dívida de maior risco (*High-Yield*).

Com exceção da volatilidade extrema verificada no final do 1.º trimestre, a evolução dos mercados financeiros em 2020 manteve o perfil dos últimos anos sendo caracterizada pela manutenção de taxas de juro em níveis historicamente baixos. De facto, após a repentina subida de março, as taxas de juro depressa iniciaram uma tendência de correção que se prolongou até ao final do ano com impacto forte na valorização de ativos de rendimento fixo. Neste contexto, e devido à incerteza sobre a evolução dos mercados financeiros, a Companhia manteve a estratégia de investimentos conservadora e focalizada sobretudo em ativos de rendimento fixo quer através de investimentos diretos, quer através de fundos de investimentos.

Na sequência da alteração no controlo acionista, a Companhia reduziu significativamente os investimentos sob gestão da Apollo, mantendo apenas sob sua alcada a gestão de *Private Debt Loans* até à maturidade dos respetivos empréstimos. Desta forma, o investimento em fundos de investimentos em que a Companhia tinha controlo e participação total (ICAVs), reduziu de 417 milhões de euros (no final de 2019) para apenas 122 milhões de euros no final de 2020. De notar que parte significativa dos ativos *Investment Grade* e *Financial* foram transferidos dos ICAVs para a carteira direta da Companhia, tendo sido vendidos todos os ativos *High-Yield* no processo.



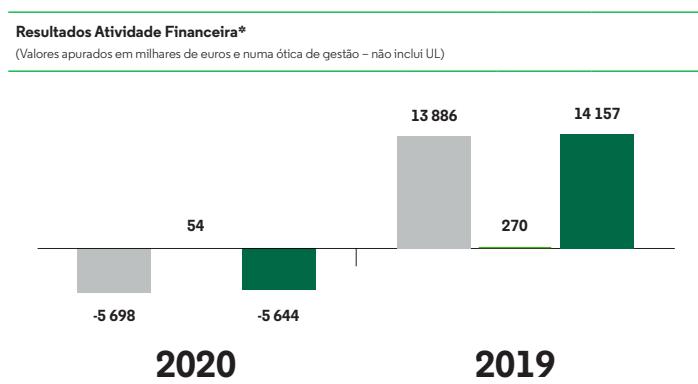
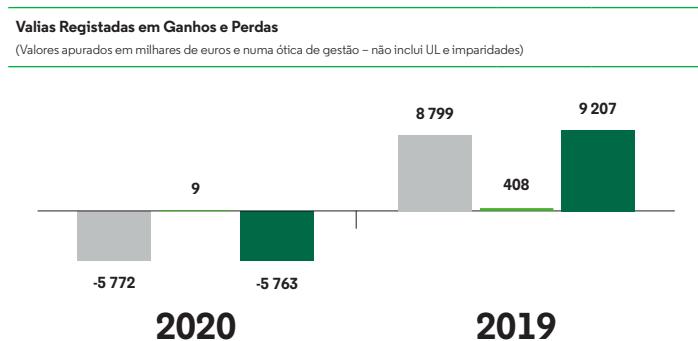
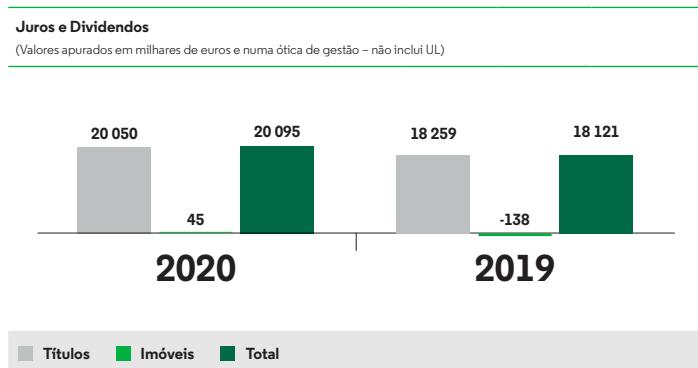
* Inclui investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Link* e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

A estratégia de investimentos adotada teve entre os seus principais vetores, a gestão da *duration* dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, segundo indicações à regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II.

Neste sentido, e procurando também melhorar o RoSCR, a Companhia reduziu a exposição à dívida pública dos países Core da Zona Euro, promoveu o investimento em obrigações de dívida pública portuguesa com durações longas e aproveitou algumas oportunidades de mercado em dívida privada de qualidade (*Investment Grade – low BBB*) com maturidades mais curtas. Com o objetivo de dispersar o risco a emitentes de fora da zona Euro e a outras classes de ativos com maior rentabilidade de forma rápida e flexível, a Companhia conservou o investimento em *Exchange Traded Funds*, mantendo igualmente a respetiva cobertura do risco cambial.

No final do ano, a carteira de investimentos da Generali Seguros situou-se em 2.605 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 82% do total da carteira de investimentos. A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *Investment Grade (A)* e uma exposição a dívida soberana de 1.406.849 milhares de euros, com forte exposição aos países Euro Core.

De salientar que em setembro de 2020 a Companhia incorporou no seu balanço os ativos da antiga Generali Portugal num montante que ascende a mais de 641 milhões de euros.



* Inclui imparidades em títulos em 2020 de 19.976 milhares de euros (13.172 milhares de euros em 2019)

No ano de 2020, o resultado da atividade financeira da Generali Seguros, foi negativo em 5.644 milhares de euros o que representa uma redução de 19.801 milhares de euros, face ao ano anterior. As imparidades verificadas nos ativos (sobretudo nos *Private Debt Loans*) em mais de 19.976 milhares de euros explicam esta variação. De salientar que os resultados financeiros da Companhia apenas incluem o último trimestre de resultados financeiros da antiga Generali Portugal (4.013 milhares de euros).

Por outro lado, ao contrário do previsto no orçamento, os dividendos dos fundos (ICAVs) não foram pagos em dezembro de 2020 (cerca de 10 milhões de euros) com impacto significativo na quebra de resultados financeiros deste ano.

A rentabilidade média dos ativos financeiros da Companhia foi de 0,2% (+0,9% em 2019). Incorporando o efeito dos ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de 4,3% (+5,1% em 2019).

3.4.9. CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido da Companhia em 2020 foi positivo em +18,9 milhões de euros que compara com um resultado negativo de -40,1 milhões de euros em 2019.

Relativamente ao resultado de 2020, os eventos de carácter não recorrente tiveram um impacto na sua globalidade negativo, sendo de realçar:

- Reconhecimento das menos valias decorrentes da alienação de exposições *High Yield* nos Fundos ICAV, no montante de - 4,9 milhões de euros;
- Reconhecimento de impariedade no Fundo ICAV – MCR, no montante de - 16,4 milhões de euros;
- Reconhecimento de impariedade relativamente a montantes em dívida por parte do IFAP, no montante de 6,7 milhões de euros;
- Reforço da Provisão para LAT, no montante de 6,4 milhões de euros em Vida;
- Reconhecimento de um montante de 17,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração.

Porém, importa referir que o resultado líquido de 2019 foi também afetado negativamente, em termos líquidos, por um conjunto de eventos de carácter não recorrente, de montante ainda mais significativo, dos quais se destacam:

- Reconhecimento de um reforço de provisões técnicas Vida e Não-Vida (Acidentes de Trabalho) relacionadas com o teste de adequação de responsabilidades no montante de, respetivamente, 20,6 e 28,2 milhões de euros;
- Reforço de provisões técnicas nos ramos Acidentes de Trabalho no montante de cerca de 20 milhões de euros (alteração da Tabela de Mortalidade para 100% da Tabela INE 2016/2018) e Automóvel, na sua componente de Danos Corporais, no montante de cerca de 18 milhões de euros, relativos a anos anteriores;
- Reconhecimento de custos com sinistros, líquidos de resseguro, relacionados com a ocorrência das tempestades Elsa e Fabien, no montante de 5,0 milhões de euros;
- Reconhecimento de custos com o processo de restruturação da Companhia, no montante de 10,0 milhões de euros;
- Reconhecimento de impariedade nas participações nas subsidiárias africanas, no montante global de 1,3 milhões de euros;
- Reconhecimento da mais valia decorrente da alienação da participada Advancecare Health International, S.A. no montante de 1,7 milhões de euros;
- Reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais (com origem na Açoreana), não anteriormente reconhecidos, no montante de 6,2 milhões de euros, no seguimento de autorização recebida da Autoridade Tributária.

Capital Próprio	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Capital Social	84 000	84 000	0,0
Outros Instrumentos de Capital	27 097	27 097	0,0
Reservas de Reavaliação	136 007	45 324	200,1
Outras Reservas	149 400	53 979	176,8
Resultados Transitados	-80 200	5 364	n.a.
Resultado Líquido	18 895	-40 132	-147,1
Total	335 199	175 632	90,9

Os valores refletem o efeito da integração das Sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A. ocorrida em 01 de outubro de 2020. Com exceção do resultado líquido que em 2019 respeita unicamente à atividade da Seguradoras Unidas, e em 2020 respeita a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

O Capital Próprio aumentou em 159,6 milhões de euros fruto do efeito de fusão acima referido e também da performance positiva registada na reserva de reavaliação (+95,0 milhões de euros, sem considerar o efeito de fusão) ao que acresce o resultado líquido positivo de 18,9 milhões de euros.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

3.4.10. GESTÃO DE RISCO, SISTEMA DE controlo INTERNO E COMPLIANCE

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

A aplicação dos requisitos qualitativos, regulados na Diretiva Solvência II, e a entrada em vigor do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), introduziram significativas alterações na atividade seguradora, com particular enfoque nos princípios associados ao desenvolvimento de boas práticas a nível de gestão de riscos.

A criação e desenvolvimento subsequente dos requisitos qualitativos veio fomentar a eficiência dos sistemas de governação e gestão de riscos, bem como dos procedimentos de controlo interno. Neste contexto, importa salientar a interligação crescente entre as estruturas de gestão da seguradora e a autoavaliação do risco, vistos como parte integrante e fundamental da estratégia de negócio.

Ao nível do sistema de governação, a atual ordem normativa salienta a atuação do órgão de gestão da empresa de seguros, imputando-lhe a responsabilidade da implementação de sistemas eficazes de controlo interno e gestão de riscos.

Tratando-se de um ano caracterizado pela integração de companhias e da respetiva *framework* de gestão de risco, destacamos o desenvolvimento das seguintes macro atividades:

- Revisão e respetiva formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor e do sistema de controlo interno;
- Desenvolvimento de iniciativas com vista a promover uma cultura de risco, designadamente no âmbito da autoavaliação do risco por parte das várias direções da Companhia e da eventual necessidade de implementação de medidas de controlo adicionais;
- Definição do Apetite ao Risco;
- Monitorização do *Strategic Asset Allocation* (SAA);
- Reporte da Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA);
- Revisão do Sistema de Governo e Organização;
- Monitorização dos limites de investimento;
- Acompanhamento dos desenvolvimentos discutidos no âmbito do Comité de Oferta (subscrição e produtos);
- Monitorização de liquidez;
- Suporte ao processo de gestão de capital;
- Implementação da *framework* de investimentos;
- Implementação da *framework* do risco de subscrição;
- Monitorização da posição de solvência;
- Autoavaliação dos principais riscos – Main Risk Self Assessment;
- Análise de riscos emergentes;
- Lançamento de um programa inteiramente dedicado à gestão de riscos digitais;
- Implementação de processo transversal de gestão de perdas operacionais;
- Relativamente ao risco de Continuidade de Negócio:
 - Implementação de planos de continuidade e de recuperação aplicáveis, para garantir a operação no caso de um cenário de incidente, incluindo ainda como elementos essenciais a proteger, os clientes, investidores e partes interessadas.
 - A situação excepcional provocada pela Pandemia devido ao Novo Coronavírus (Covid-19), obrigou à operacionalização do Plano de Continuidade de Negócio, nomeadamente na deslocação de todos os colaboradores, incluído todos aqueles envolvidos em processos críticos, para uma solução de trabalho remoto.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Companhia irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

3.5. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

A 1 de outubro de 2020, foi efetuada a operação de fusão por incorporação das sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A., dando origem à Generali Seguros, S.A.

Deste modo, e para efeitos comparativos da evolução da atividade, apresentamos os valores das Companhias agregados, referentes aos anos de 2019 e 2020.

	(milhares de euros)		
	2020	2019	VAR 20/19 (%)
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	1 078 884	1 098 339	-1,8
Vida	93 587	122 397	-23,5
Não-Vida	985 297	975 942	+1,0
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	934 150	937 256	-0,3
Vida	67 956	88 758	-23,4
Não-Vida	866 193	848 498	+2,1
Custos com sinistros de seguro direto	789 794	829 561	-4,8
Vida	121 570	118 545	+2,6
Não-Vida	668 224	711 016	-6,0
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	680 876	782 563	-13,0
Vida	103 077	103 849	-0,7
Não-Vida	577 799	678 714	-14,9
Custos operacionais	157 379	151 694	+3,7
Resultado líquido	12 918	-49 731	-126,0
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto	68,4%	73,9%	-5,5 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	66,7%	80,0%	-13,3 p.p.
Resultado líquido/prémios brutos emitidos	1,2%	-4,5%	5,7 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro - Não-Vida	91,0%	105,0%	-14,0 p.p.

Os prémios brutos emitidos de Seguro Direto (agregados) evoluíram de 1.098.339 milhares de euros em 2019 para 1.078.884 milhares de euros em 2020, o que representa um decréscimo de 1,8%.

No que se refere ao segmento Vida, os prémios brutos emitidos apresentam uma variação de -23,5%, assente sobretudo na quebra da produção dos produtos financeiros (-40,3%) mas também nos produtos tradicionais (-1,5%).

No segmento Não-Vida a produção de 2020 foi de 985.297 milhares de euros, o que representa uma variação de +1,0% face ao ano anterior, com destaque para o crescimento verificado nos ramos Incêndio e outros Danos (+2,9%) e Saúde (+9,3%).

Os custos com sinistros de Seguro Direto Não-Vida totalizam 668.224 milhares de euros em 2020, o que representa uma variação face ao ano anterior de -6,0%. A taxa de sinistralidade Não-Vida fixou-se nos 68,4% em 2020, o que representa uma variação de -5,5 p.p. face a 2019. Os custos operacionais alcançaram os 157.379 milhares de euros, representando uma variação face ao ano anterior de 3,7%.

O resultado líquido de 2020 situou-se, numa base comparável, nos 12.918 milhares de euros, representando uma melhoria face ao resultado líquido agregado de 2019, no valor de -49.731 milhares de euros.

3.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Generali Seguros, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido positivo do exercício de 2020, no montante de +18.894.967,99 euros tenha a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício, no montante de 1.889.496,80 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

3.7. OBJETIVOS PARA 2021

Do ponto de vista macroeconómico, espera-se que o ano 2021 seja de uma lenta retoma económica, com a atenuação dos efeitos da pandemia que se espera venha a ocorrer em resultado da crescente imunidade de grupo resultante da administração da vacina contra a Covid-19. Ainda assim, a incerteza mantém-se em níveis sem precedentes e o ritmo de retoma deverá ser lento.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se que o crescimento do PIB português seja de apenas 3,9% (depois de um decréscimo de 5,6%), e que os consumos privados e públicos não subam além de 3,9% e 4,9%, respetivamente. A Formação Bruta de Capital Fixo também terá um impacto limitado sobre o PIB com um crescimento esperado de 4,4%.

As exportações, que são um contributo importante para a atividade económica em Portugal, poderão crescer aquém do esperado (+9,2%; -20,1% em 2020), em resultado da incerteza do impacto da situação pandémica crítica no início de ano em Portugal, com um impacto decisivo no setor do Turismo que tem um contributo significativo no PIB nacional.

Os programas de estímulo e as ajudas fiscais, em particular as que resultam do Fundo Europeu de Resolução serão críticos para o ritmo de recuperação, mas não se alcançarão os níveis pré-pandemia antes do final de 2022, no cenário mais otimista, e o impacto será assimétrico entre diferentes setores.

A taxa de desemprego deverá manter-se elevada, resultante de muitas empresas terem deixado de conseguir suportar os longos períodos de inatividade provocados pelo confinamento. As taxas de juro de referência nos principais mercados deverão manter-se em níveis muito baixos até final de 2022, com impacto na rendibilidade dos investimentos financeiros dos investidores.

No setor segurador, em concreto, espera-se um aumento do volume de prémios em resultado da progressiva recuperação da economia ao longo de 2021, impacto mais expressivo nos produtos ligados ao segmento empresas. No entanto, e considerando o contexto de incerteza, espera-se uma postura de responsabilidade e equilíbrio das seguradoras com foco no equilíbrio técnico, na continuidade do que ocorreu em 2020. Assim, os processos de transformação das seguradoras que visam a simplificação e otimização de processos e a redução dos custos operacionais com base em enablers digitais vai continuar a ganhar relevância.

Os clientes cada vez mais exigentes, e transpondo para o setor segurador as expectativas que decorrem das suas melhores experiências de compra e utilização de serviços noutras indústrias, esperam das seguradoras, produtos inovadores, modulares, excelência nos níveis de serviço e facilidade no contacto e transação.

Por isso, a inovação será cada vez mais a tônica do mercado, quer a nível de produto, quer a nível das funcionalidades de serviço colocadas à disposição dos clientes e parceiros.

Em Portugal, a Generali Seguros pretende afirmar-se cada vez mais como um *Lifetime Partner* para os seus Clientes e Parceiros de negócio, e ser reconhecida como um stakeholder que aporta valor económico e social no mercado onde atua. Assim, o ano de 2021 tem três objetivos principais:

- 1.** O fortalecimento da posição de mercado
- 2.** Foco na rentabilidade, resultantes quer da componente técnica, quer dos ganhos de eficiência da otimização de processos internos e racionalização da estrutura em resultado da integração
- 3.** Consolidar o processo de transformação continuando a incorporar a inovação na oferta, serviço e simplificação dos processos

O cumprimento destes objetivos assenta em 8 pilares/*Hallmarks*:

- 1.** Distribuidores
 - 1.1** Visibilidade digital
Otimização da presença digital dos parceiros de negócio, através do desenvolvimento de conteúdos para redes sociais e aposta no *social media*, nomeadamente Facebook e Instagram, assim como em publicidade digital
 - 1.2** Gestão da geração de *leads*
Alargamento da ferramenta de gestão de *leads* a mais distribuidores, incorporando-a totalmente no *modus operandi* diário com vista ao aumento da produtividade das vendas
 - 1.3** Aconselhamento baseado nas necessidades do cliente
Orientação para a venda focada nas necessidades do cliente, desenvolvendo uma ferramenta digital para o efeito e promovendo a formação dos distribuidores.
 - 1.4** Papel Zero
Reforço da estratégia digital na relação com os parceiros, tendendo para a eliminação total do papel

2. Clientes

2.1 Experiência humana e solidária

- Implementar a estratégia holística de contactos, comunicando de forma frequente com os clientes, nos momentos certos e com conteúdos relevantes de forma a aumentar os níveis de notoriedade, número de apólices por cliente e a retenção
- Internalizar no ADN da empresa o modelo NPS como forma de medir o nível de satisfação dos clientes e incorporar as suas experiências em novas iniciativas de melhoria de produtos, serviços, processos e níveis de serviço ao cliente.

2.2 Comunicação

Garantir a aplicação da nova voz da marca em todos os pontos de comunicação com o cliente.

2.3 Proposta de valor diferenciadora

- Utilizar modelos analíticos com capacidade preditiva de venda e retenção que aumentam o nível de personalização na apresentação de ofertas a clientes.
- Apostar em novos produtos modulares, que integrem componentes de serviço.

2.4 Experiência multicanal evoluída

- Melhorar as funcionalidades disponíveis e a usabilidade nas áreas de cliente na App ou Desktop
- Alargar a mais linhas de negócio novas soluções de regularização de sinistros, mais próximas e rápidas e a componente de *claims tracking*
- Lançar novos simuladores Automóvel e Habitação adaptados à otimização da experiência de compra digital

É com base nestes 8 *Hallmarks*, na contínua sofisticação dos modelos de *pricing* e deteção da propensão à fraude e no aumento da eficácia comercial e inovação na distribuição que a Companhia espera concretizar o seu plano e objetivos de crescimento e rentabilidade em 2021, ao mesmo tempo que conclui a integração das operações da Generali Portugal e da Seguradoras Unidas na Generali Seguros.

3.8. COVID-19 – CONTEXTO E RESPOSTA DA COMPANHIA

O Covid-19 foi oficialmente identificado pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China, suspeitando-se que seja de origem animal. O surto inicial deu origem a uma pandemia global que regista, até à data, três vagas diferenciadas que se espalharam por 2020, sendo que ainda nos encontramos a atravessar a 3^a vaga.

À data de 09 de fevereiro de 2021 (nímeros estimados, não oficiais) tinha resultado cerca de 106,9 milhões de casos confirmados e 2,3 milhões de mortes em todo o mundo. Em Portugal as estatísticas são também de números significativos, registando-se um total de 771 mil casos confirmados e 14,6 mil mortes. Atualmente Portugal está entre os países do mundo que registam médias diárias mais elevadas de infetados e óbitos.

O ano de 2020 foi marcado por uma substancial e abrupta alteração nas relações sociais, em particular com o chamado isolamento social, e nas práticas laborais, em particular pela abstenção das mesmas ou conversão para regime de teletrabalho. O Estado implementou uma série de medidas de apoio às famílias e empresas que tiveram papel fundamental em atenuar os impactos que esta pandemia está a ter na economia, se bem que à custa de um esforço significativo nas finanças públicas.

Ao longo do ano viveram-se momentos diferenciados com um confinamento inicial, seguido de forma bastante estrita, seguido de um alargar progressivo das medidas que abrangeu todo o Verão e que possibilitou a abertura das escolas no mês de setembro. De novembro em diante a situação tem-se vindo a agravar progressivamente e culminou com a chamada 3^a vaga que terá tido o seu pico em 29 de janeiro de 2021 e na qual ainda nos encontramos.

Esta 3^a vaga levou a que nos encontremos atualmente em novo confinamento, com as escolas novamente encerradas e com uma tênue melhoria nas estatísticas diárias de infetados e óbitos. Realce para o facto de nos encontrarmos atualmente a atravessar o 11.^º Estado de Emergência, o qual se encontra em vigor até ao 1 de março de 2021.

A vacinação, que representou uma fonte de otimismo no final de 2020 e início de 2021, encontra-se atualmente em curso, não obstante o ritmo mais reduzido do que o inicialmente anunciado pelo que se prevê que, apenas no final do Verão, Portugal tenha 70% da sua população imunizada, com a totalidade da população vacinada até final de 2021. Desta forma, as medidas restritivas terão de ser mantidas ao longo de 2021, podendo, não obstante, ser alvo de aligeiramentos graduais ao longo do ano.

Como consequência de todo este contexto os impactos na economia têm sido muito negativos, com decréscimos de produto estimados para 2020 a níveis sem precedentes nos últimos 45 anos. Após um período inicial em que se antevia a retoma já com alguma força em 2021, é necessário rever as estimativas económicas à luz da prevalência da pandemia, o que irá implicar uma revisão em baixa da atividade para o ano de 2021.

De igual forma a taxa de desemprego em 2020 sofreu um aumento considerável, o qual não foi mais acentuado devido às medidas de apoio e *lay-off* que permitiram à população e empresas não incorrer diretamente numa situação de desemprego. A incerteza e volatilidade foram uma realidade ao longo de todo o ano de 2020 e tudo indica que o continuem a ser durante o ano de 2021.

Do ponto de vista interno, importa dar nota que, desde o início de março de 2020, a Companhia implementou um conjunto de medidas preventivas e de resposta com vista a adequar as suas operações à nova realidade com que se depara. Foi, desta forma, implementado um Plano de Contingência e definido um “Gabinete de Acompanhamento – Covid-19” com o objetivo de monitorar e acompanhar de perto esta situação.

Neste contexto, foi de imediato implementado um conjunto de medidas na esfera dos recursos humanos, com um recurso massivo ao teletrabalho suportado por logística própria, parte dela já contemplada no Plano de Continuidade de Negócio e, no que concerne às suas instalações, a tomada de um conjunto de medidas por forma a limitar os riscos atualmente existentes, nomeadamente em termos de limitação de acessos numa fase inicial e restrição dos mesmos numa fase subsequente.

Adicionalmente foi implementado um conjunto de medidas de monitorização do negócio nas suas diversas componentes por forma a acompanhar a evolução diária da situação com vista a, preventivamente, poder implementar as medidas corretivas que se revelem necessárias.

No que respeita à atividade da Companhia realçamos a existência de um conjunto de impactos significativos nas componentes de negócio, técnica e financeira, dada a estreita relação da Companhia com o mercado segurador, deste com a economia e desta com a população.

Neste sentido foram sentidos efeitos negativos na procura de produtos de seguros e/ou incremento de anulações de contratos existentes, o que levou a um menor crescimento do que o esperado, se bem que compensado de alguma forma pela redução de sinistralidade em virtude das limitações de circulação de pessoas e da suspensão compulsória da maioria das atividades económicas que conduziu a quebras relevantes da atividade comercial, industrial e agrícola.

Adicionalmente, sendo a maioria dos ativos da Companhia representada por ativos financeiros, a maior parte cotados em mercados financeiros, mas alguns deles não cotados, ocorreram efeitos negativos derivados da desvalorização de cotações e índices, e também dos impactos negativos que a crise económica teve nos mercados de dívida privada e em algumas geografias específicas. Desta forma, a Companhia registou montantes de imparidades e valias realizadas negativas no decurso do ano de 2020.

3.9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia.

A Companhia reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do sector.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Generali Seguros conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 10 de março de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo
(Presidente do Conselho de Administração)

João Vieira de Almeida
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Luís Francisco Carvalho
(CEO)

Stefano Flori
(Vogal)

Riccardo Candoni
(Vogal)

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo
(Vogal)

04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Ativo	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2020		(milhares de euros)	
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	31 de dezembro de 2019
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	82 840		82 840	78 751
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	9 722		9 722	10 304
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	2 511 615	25 240	2 486 375	1 659 103
Empréstimos e Contas a Receber		17 651	15 000	2 651	8 586
Depósitos junto de empresas cedentes	6	2		2	2
Outros depósitos	6	1 412		1 412	
Empréstimos concedidos	6	15 804	15 000	804	1 017
Contas a receber					
Outros	6	433		433	7 567
Investimentos a deter até à maturidade	6	12 487		12 487	
Terrenos e Edifícios		24 436	8 754	15 682	16 056
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	21 451	8 754	12 697	16 010
Terrenos e edifícios de rendimento	9	2 985		2 985	46
Outros ativos tangíveis	10	51 770	45 953	5 817	6 961
Inventários					
Goodwill	12	65 981		65 981	65 981
Outros ativos intangíveis	12	168 989	157 544	11 445	12 920
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		290 617		290 617	85 893
Provisão para prémios não adquiridos	4	32 129		32 129	23 320
Provisão matemática do ramo vida	4	109 491		109 491	2 023
Provisão para sinistros	4	126 463		126 463	60 550
Provisão para participação nos resultados	4	22 534		22 534	
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	4 928		4 928	2 397
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		151 547	31 529	120 018	90 027
Contas a receber por operações de seguro direto	13	69 413	10 986	58 427	42 258
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	46 556	4 197	42 359	31 388
Contas a receber por outras operações	13	35 578	16 346	19 232	16 381
Ativos por Impostos		55 415		55 415	82 655
Ativos por impostos correntes	24	2 790		2 790	6 472
Ativos por impostos diferidos	24	52 625		52 625	76 183
Acréscimos e diferimentos	13	3 429		3 429	3 174
Outros elementos do ativo	13	47 829		47 829	114 171
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11	4 766		4 766	7 674
Total Ativo		3 504 022	284 020	3 220 002	2 244 653

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O CHIEF FINANCIAL OFFICER
Stefano Flori

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jaime Anchústequi Melgarejo

João Vieira de Almeida

Pedro Luís Francisco Carvalho

Stefano Flori

Riccardo Candoni

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Passivo e Capital Próprio	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo		2 427 978	1 783 002
Provisões Técnicas	4	218 376	183 989
Provisão para prémios não adquiridos	4	769 419	479 400
Provisão matemática do ramo vida		1 300 649	1 051 931
Provisão para Sinistros	4	75 402	55 061
De vida	4	754 445	623 578
De acidentes de trabalho	4	470 802	373 292
De outros ramos	4	84 065	16 279
Provisão para participação nos resultados	4	31 133	24 584
Provisão para compromissos de taxa	4	263	252
Provisão para estabilização de carteira	4	23 110	18 093
Provisão para desvios de sinistralidade	4	963	8 474
Provisão para riscos em curso			
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	62 089	123 891
Outros Passivos Financeiros		165 724	19 580
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	5	10 000	
Depósitos recebidos de resseguradores	5	140 417	400
Outros	5	15 307	19 180
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	792	421
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		128 314	79 110
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	70 640	44 108
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	42 500	24 191
Contas a pagar por outras operações	13	15 174	10 811
Passivos por Impostos		27 991	16 705
Passivos por impostos correntes	24	27 991	16 705
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	71 133	45 452
Outras provisões	13	782	860
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		2 884 803	2 069 021
Capital Próprio			
Capital	25	84 000	84 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	27 097
Reservas de Reavaliação		184 832	60 836
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	184 832	60 836
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-48 825	-15 512
Outras reservas	26	149 400	53 979
Resultados transitados	25	-80 200	5 364
Resultado líquido do exercício		18 895	-40 132
Total Capital Próprio		335 199	175 632
Total Passivo e Capital Próprio		3 220 002	2 244 653

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O CHIEF FINANCIAL OFFICER
Stefano Flori

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jaime Anchústequi Melgarejo
João Vieira de Almeida
Pedro Luís Francisco Carvalho
Stefano Flori
Riccardo Candoni
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2020			(milhares de euros) 31 de dezembro de 2019
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	
		Total			
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		46 237	784 776	831 013	766 695
Prémios brutos emitidos	14	56 063	884 000	940 063	876 255
Prémios de resseguro cedido	14	-9 431	-92 140	-101 571	-91 687
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-390	-6 965	-7 355	-19 226
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-5	-119	-124	1 353
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	262		262	702
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		82 569	513 425	595 994	660 544
Montantes pagos		76 422	467 470	543 892	573 212
Montantes brutos	4	81 241	515 642	596 883	616 887
Parte dos resseguradores	4	-4 819	-48 172	-52 991	-43 675
Provisão para sinistros (variação)		6 147	45 955	52 102	87 332
Montante bruto	4	7 914	79 249	87 163	62 447
Parte dos resseguradores	4	-1 767	-33 294	-35 061	24 885
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	5 759	-8 862	-3 103	25 117
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro		-49 415		-49 415	-50 821
Montante bruto	4	-53 398		-53 398	-50 795
Parte dos resseguradores	4	3 983		3 983	-26
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	4 035	500	4 535	2 310
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	21 413	216 890	238 303	197 344
Custos de aquisição		14 190	175 740	189 930	162 550
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-75	-3 954	-4 029	-853
Gastos administrativos		10 564	53 881	64 445	53 665
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-3 266	-8 777	-12 043	-18 018
Rendimentos	16	9 411	10 553	132	20 096
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		8 264	8 681	127	17 072
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					9 247
Outros		1 147	1 872	5	3 024
Gastos Financeiros	16	839	2 534	18	3 391
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		839	2 534	18	3 391
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					5 832
Outros					
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		-3 036	-4 617	97	-7 556
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	-199	-4 617	97	-4 719
De empréstimos e contas a receber					7 036
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-2 837			-2 837
De outros	17 e 18				1 721
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		2 834	890	-440	3 284
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	19		937		937
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	2 834	-47	-440	2 347
Diferenças de câmbio	19		-1 312	-774	-2 086
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18		9		9
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)		-1 800	-18 172	-4 530	-24 502
De ativos disponíveis para venda	6	-1 800	-15 692	-4	-17 496
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					-11 864
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	7, 12, 13 e 18		-2 480	-4 526	-7 006
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-23	-4 352		-4 375
Outras provisões (variação)	13			77	77
Outros rendimentos/gastos	20			519	519
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					-1 511
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	17 e 18			-428	-428
Resultado Líquido Antes de Impostos		-11 315	43 288	-5 365	26 608
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	24			-6 019	-6 019
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	24			-1 694	-1 694
Resultado Líquido do Exercício		-11 315	43 288	-13 078	18 895
Resultado por ação (em euros)	27			0,10	-0,22

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O CHIEF FINANCIAL OFFICER

Stefano Flori

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústequi Melgarejo

João Vieira de Almeida

Pedro Luís Francisco Carvalho

Stefano Flori

Riccardo Candoni

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

05

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	18 895	-40 132
Itens que Poderão vir a ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	68 286	48 929
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	93 624	64 313
Variação dos impostos correntes e diferidos	-25 338	-15 384
Itens que não irão ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	459	-332
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	459	-332
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Total de Outro Rendimento Integral do Exercício, Líquido de Impostos	68 745	48 597
Total do Rendimento Integral do Exercício	87 640	8 465

06

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal Outras Reservas			(milhares de euros)
Balanço a 1 de janeiro 2019	84 000	27 097	-3 477	-128	42 173 7 074	-40 218	50 646	167 167
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			64 313					64 313
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-15 384				-15 384
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					5 064 -332	45 582	-50 646	-332
Aplicação dos resultados do exercício anterior						45 582	-50 646	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	64 313	-15 384	5 064 -332	45 582	-50 646	48 597
Resultado líquido do exercício							-40 132	-40 132
Balanço a 31 de dezembro 2019	84 000	27 097	60 836	-15 512	47 237 6 742	5 364	-40 132	175 632
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			93 624					93 624
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-25 338				-25 338
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					459			459
Planos de pagamentos de ações reconhecidos nas reservas					142			142
Efeito fusão			30 372	-7 975	2 666 92 154	-45 432		71 785
Aplicação dos resultados do exercício anterior						-40 132	40 132	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	123 996	-33 313	2 666 92 755	-85 564	40 132	140 672
Resultado líquido do exercício							18 895	18 895
Balanço a 31 de dezembro 2020	84 000	27 097	184 832	-48 825	49 903 99 497	-80 200	18 895	335 199

07

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	(milhares de euros)	2020	2019
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais		103 509	70 844
Resultado líquido do exercício		18 895	-40 132
Depreciações e amortizações do exercício		14 957	14 785
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações		24 502	5 415
Variação das provisões técnicas de seguro direto		44 824	58 956
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido		-33 441	23 506
Variação de passivos por contratos de investimento		-61 803	-9 010
Variação de outras provisões		-77	-707
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros		-13 611	34 076
Variação de outros ativos e passivos por impostos		11 336	-19 567
Variação de outros ativos e passivos		63 782	6 052
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros		34 145	-2 530
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento		-107 084	-68 001
Variação de investimentos		-117 616	-70 764
Alienações de subsidiárias e associadas		-	2 721
Dividendos recebidos		2 628	8 544
Juros		13 270	9 354
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		-5 424	-9 909
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis		58	-
Aquisição de imóveis		-	-20 203
Alienações de terrenos e edifícios		-	12 256
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento		-3 873	19 180
Distribuição de dividendos		-	-
Variação responsabilidades de contratos de leasing		-3 873	19 180
Subscrição de capital		-	-
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem		-7 448	22 023
Caixa e equivalentes no início do exercício		78 751	56 728
Efeito fusão		11 537	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício		82 840	78 751

08

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Generali Seguros, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na entidade Seguradoras Unidas, S.A. das companhias de seguros Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A.

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 1 de outubro de 2020, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das três entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data. Nesta mesma data, a Seguradoras Unidas, S.A. alterou a sua designação para Generali Seguros, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas apenas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

A sociedade incorporante Seguradoras Unidas, S.A. era por sua vez uma companhia de seguros já resultante também de uma fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100% à data de 30 de dezembro de 2016 (data de registo e produção de efeitos): a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a Seguros LOGO, S.A. e a Açoreana Seguros, S.A.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Seguradoras Unidas, S.A. foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Seguradoras Unidas, S.A. foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido igualmente a aprovação prévia da ASF.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Após a fusão, a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 21 zonas comerciais (19 no continente, Açores e Madeira), que são suportadas por escritórios locais e por um total de 688 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 13 lojas próprias (em Lisboa, Porto e 11 lojas nos Açores) e por 675 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana (nos Açores), dos quais 262 são exclusivos.

Através da LOGO, marca digital de seguros, lançada em janeiro de 2008, e a primeira seguradora direta a disponibilizar compra totalmente online, comercializa seguros Automóvel (incluindo Moto), Casa, Saúde e Vida (para proteção de doenças graves e crédito habitação), contando com 165.000 clientes.

Tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 01 de outubro de 2020, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde em 2020 ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2020 corresponde portanto à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada, conforme normas contabilísticas.

Desta forma, as demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que a esta data apenas diziam respeito à Seguradoras Unidas, S.A.

Considerando que as 3 entidades, estavam sob o controlo comum (“under common control”) da acionista única Assicurazioni Generali, S.p.A., a fusão foi efetuada tendo por base os valores contabilísticos dos ativos e passivos (“book value”) e ao abrigo do regime da neutralidade fiscal.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

		Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
		(milhares de euros)			
2020	Rubricas de Ganhos e Perdas				
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	56 063	43 174	5 376	7 513	
Comissões de contratos de investimento	262	-	84	178	
Prémios brutos adquiridos	55 673	42 784	5 376	7 513	
Resultado dos investimentos	6 547	5 018	625	904	
Custos com sinistros brutos	89 155	23 318	17 505	48 332	
Variação da provisão matemática	-53 398	-6 490	-9 329	-37 579	
Variação da provisão para compromissos de taxa	6 380	2 059	274	4 047	
Variação da provisão para estabilização de carteira	11	11	-	-	
Participação nos resultados	4 809	3 227	454	1 128	
Custos de exploração brutos	24 679	20 392	1 309	2 978	
Saldo de resseguro	-2 161	-2 161	-	-	
Resultado técnico	-11 315	3 124	-4 128	-10 311	
2019	Rubricas de Ganhos e Perdas				
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	48 244	39 105	3 345	5 794	
Comissões de contratos de investimento	702	-	206	496	
Prémios brutos adquiridos	47 598	38 459	3 345	5 794	
Resultado dos investimentos	2 740	2 185	187	368	
Custos com sinistros brutos	79 743	22 702	14 323	42 718	
Variação da provisão matemática	-50 795	-7 299	-9 451	-34 045	
Variação da provisão para compromissos de taxa	20 604	12 772	7 832	-	
Variação da provisão para estabilização de carteira	-175	-175	-	-	
Participação nos resultados	2 310	1 685	-78	703	
Custos de exploração brutos	19 141	15 108	2 097	1 936	
Saldo de resseguro	-1 480	-1 480	-	-	
Resultado técnico	-21 268	-5 629	-10 985	-4 653	

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Não-Vida mais relevantes é como segue:

		Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
		(milhares de euros)				
2020	Rubricas de Ganhos e Perdas					
Rubricas de Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	884 000	199 327	126 280	385 720	172 673	
Prémios de resseguro cedido	-92 140	-2 903	-47 105	-2 121	-40 011	
Prémios brutos adquiridos	877 035	200 957	123 275	378 971	173 832	
Resultado dos investimentos	-15 183	-7 375	-1 478	-4 831	-1 499	
Custos com sinistros brutos	594 891	163 438	96 449	236 023	98 981	
Custos de exploração brutos	225 667	45 402	37 337	92 272	50 656	
Resultado técnico	43 288	-14 114	3 522	53 911	-31	

2019	(milhares de euros)				
	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	828 011	190 647	116 897	364 211	156 256
Prémios de resseguro cedido	-86 842	-3 135	-44 001	-1 339	-38 367
Prémios brutos adquiridos	809 431	189 041	115 732	352 100	152 558
Resultado dos investimentos	3 397	2 910	28	414	45
Custos com sinistros brutos	599 591	176 015	45 844	303 478	74 254
Custos de exploração brutos	196 221	38 942	33 150	84 126	40 003
Resultado técnico	-44 992	-22 962	12 205	-37 388	3 153

NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2020, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2020. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As normas acima referidas apresentam-se discriminadas na Nota 33. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 33. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguros, da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Tal como referido na Nota 1, e tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeita de 01 de outubro de 2020, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde em 2020 ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2020 corresponde portanto à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses de empresa já fusionada, conforme normas contabilísticas.

Desta forma, as demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que a esta data apenas diziam respeito à Seguradoras Unidas, S.A.

Nos termos das normas contabilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, a Companhia prepara demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2021. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS

Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos Financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações a serem reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são despreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam despreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obejam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	3 a 20
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 a 10
Direito de uso – imóveis	13
Direito de uso – frota automóvel	4

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pela Companhia.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor

de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Locações (IFRS16)

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nas quais a entidade é locatário, a Companhia optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes de locação e não locação como uma única componente de locação.

Como locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreende o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se esperam vir a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de locação a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa da Companhia do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis, Outros Ativos Intangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

Sublocações

Uma sublocação implica que o locatário estabeleça um contrato de locação com uma terceira entidade, atuando como intermediário, mantendo-se em vigor o contrato de locação com o locador original.

A IFRS 16 – Locações obriga a que o locador avalie as sublocações com referência ao direito de uso e não com referência ao ativo subjacente. O locador da sublocação, simultaneamente locatário com referência à locação original, deverá reconhecer um ativo na sua demonstração financeira – um direito de uso relativo à locação primária (se a locação estiver classificada como operacional) ou um ativo financeiro, mensurado de acordo com a IAS 39, relativa à sublocação (se a locação estiver classificada como financeira). No caso da locação primária ser de curta duração, então a sublocação deverá ser classificada como locação operacional.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Companhia aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

A Companhia assume a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da segurança social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

As responsabilidades da Companhia relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes na Companhia era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

A Companhia, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sínapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes deste Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 foram de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passaram a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual seria devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador completasse um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, a Companhia, de acordo com o IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Entretanto, a Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 o primeiro Acordo de Empresa (AE) conjunto com os representantes dos diversos sindicatos do setor, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2019 e substituiu os anteriores IRCT's aplicados na Companhia. No caso das entidades que foram incorporadas em 2020, a celebração do acordo foi em 8 de março de 2019 e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 13 de 8 de abril de 2019.

As condições e clausulados previstos neste novo AE vieram alterar um conjunto de Benefícios atribuídos aos empregados da Companhia, nomeadamente:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores continuam a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, ao abrigo do qual a Companhia fará anualmente contribuições de 3,25% sobre a retribuição base anual do trabalhador. Sem prejuízo, os trabalhadores pré-reformados ou reformados antes de 1 de janeiro de 2019, continuarão abrangidos pelos sistemas previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis à data em que se pré-reformaram ou reformaram;
- ii) o anterior prémio de permanência foi substituído por um prémio anual de carreira, equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos), sendo que este novo prémio se iniciou apenas a partir de 1 de janeiro de 2020. Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

Plano de benefício definido

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de rating elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2020, e ressalvados os empregados abrangidos pelo plano de benefício definido, a Companhia tem três planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade, Açoreana ou Generali, anterior à fusão) para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador. Adicionalmente, a Companhia atribuiu um plano de contribuição definida aos Administradores Executivos.

Prémio de permanência

Em vigor até à entrada em vigor do novo AE, o prémio de permanência equivaleu a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas, completasse um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência foi determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Este benefício aplicou-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 cujo prémio de permanência pecuniário se venceria durante o ano de 2019, foi assegurado um regime de transição em 2019 com o pagamento de um valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo ou o gozo de dias de licença com retribuição.

Os desvios atuariais determinados foram registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Prémio de carreira

Em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, o prémio de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal do colaborador, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

Os desvios atuariais determinados foram registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Pagamentos com base em ações

Os colaboradores e administradores da Companhia podem ter direito a receber uma remuneração adicional na forma de pagamentos com base em ações, em que os mesmos prestam serviços como contraprestação por instrumentos de capital (transações liquidadas com ações). A Companhia não tem obrigação de liquidar a transação baseada em ações, uma vez que a transação será liquidada por ações a emitir pela Assicurazioni Generali S.p.A. (acionista). O custo do benefício com ações é determinado pelo valor justo na data da concessão do benefício ("grant date"). O custo é reconhecido por contrapartida de reservas, sendo reconhecido a cada data de reporte durante o período da aquisição do direito ao benefício ("vesting period") e considerando a melhor estimativa do número de ações a ser atribuído.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma, prevendo coberturas mínimas de assistência clínica em regime de internamento e assistência clínica em regime de ambulatório, com os capitais, franquias e co-pagamentos aplicáveis. Estas garantias mínimas previstas no atual AE não prejudicam a existência e/ou aplicação de outros regimes mais favoráveis e mais abrangentes, a que os empregados poderão ter acesso.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, como sejam comparticipações de despesas de educandos de colaboradores, seguros de vida, descontos em outros tipos de seguros e remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2020 e 2019 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que excede este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos Recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por Ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por Segmentos Operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2. A Companhia não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo Valor dos Instrumentos Financeiros e Outros Ativos ao Justo Valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cash flows futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os Lucros Impostos Diferidos

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia procede à determinação da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos. Esta avaliação tem por base a estimativa de lucros tributáveis futuros que comprehende (i) o plano de negócios aprovado pela Gestão e, (ii) a reversão expetável das diferenças temporárias que resultam da diferença entre as quantias registadas nas demonstrações financeiras e as quantias determinadas de acordo com a legislação fiscal aplicável.

Quaisquer alterações a esta estimativa poderão ter impacto na determinação do valor recuperável dos impostos diferidos ativos.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente com referência ao final do período ou sempre que existam sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Os fluxos de caixa futuros são determinados tendo por base o plano de negócios aprovado pela Gestão. Alterações a este plano poderão ter impacto na determinação do valor recuperável da Companhia.

Provisões Técnicas e Responsabilidades Relativas a Contratos de Investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos vida, (vii) provisão para estabilização de carteira e (viii) provisão para compromissos de taxa.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não-Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 – NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUR

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas Contabilísticas Adotadas Relativamente a Contratos de Seguro e de Investimento

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento, mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não-Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

A Companhia calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos do ramo Não-Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão matemática Vida

As provisões matemáticas Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Origem Tranquilidade	Tábuas de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização(*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004(**)	GKM 80	0% e 0,883%
Seguros em caso de Vida(*)		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25%, 1,15% e 0%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte(*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM / F 2010	0%
Após 1 de Janeiro de 2020	PASEM / F 2010 e GKM95	0%
Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2020 foi de 0,00%

Produtos Origem Açoreana	Tábuas de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	0% a 3%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Seguros Mistos (*)		
Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2020 foi de 0,00%

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Produtos Origem Generali Vida	Tábuas de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até Dezembro 1998		4%
De Janeiro 1999 a Maio 2012		3%
Após Maio de 2012 (****)		variável anualmente
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas vitalícias e temporárias		
Até Dezembro 1999	TV 73/77	4%
Após 1 de Janeiro 2000	GRM 95 / GRF 95	entre 3% e 2%
Após 1 de Julho de 2013	Unisexo (base GRM/F 95)	entre 2,75% e 0,5%
Rendas Reversíveis e com contrasseguro	Unisexo (base GRM/F 95)	entre 2,75% e 0,5%
Seguros em caso de Morte (*)		
Vida Inteira		
Até Abril 2000	GKM 80	4%
De Maio 2000 a Janeiro 2015	GKM 95	3%
Após Janeiro 2015	Unisexo (base GKM/F 95)	3% e 2,5%
Temporários Nivelados		
Até Maio 2000	GKM 80	4%
De Junho 2000 a Maio 2009	GKM 95	3%
De Junho 2009 a Fevereiro 2015	SIM 2000	3%
Após Fevereiro 2015	Unisexo (SIM/F 2000)	3%
Temporários Nivelados pacotizados	SIM 2000	3%
TAR		
Até Abril 2010	GKM/F 95	3%
A partir Março 2017	SIM/F 2000, SIM/F 2006, SIM/F 2012, Unisexo (SIM/F 2000), Unisexo (SIM/F 2006), Unisexo (SIM/F 2012)	3%
TAR GRUPO	GKM 80 ou SIM 2000	4% e 3%
Seguros Mistos (*)		
Até Fevereiro de 1996	PM 6064	4%
De Março 1996 a Dezembro 1998	GKM 80	4%
De Janeiro 1999 a Março de 2015	GKM 80	3%

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados

**** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2020 foi de 0,25%

Provisão para compromissos de taxa

A Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base os *cash flows* futuros descontados às taxas de juro que correspondem à rentabilidade dos ativos afetos a essas responsabilidades incluindo a estimativa da rentabilidade futura dos ativos a adquirir no reinvestimento de acordo com a política de investimentos aprovada e considerando a mortalidade esperada, sendo esta avaliação efetuada por fundo autónomo.

Estas taxas implícitas consideradas na referida avaliação estão compreendidas entre o intervalo de -0,4% e 3,3% (2019: entre -0,2% e 2,5%).

Com referência a 31 de dezembro de 2020 a tábuas de mortalidade considerada na avaliação foi 100% da PERMP/PERFP 2000 (2019: 100% da PERMP/PERFP 2000).

Provisão matemática Não-Vida

As provisões matemáticas Não-Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 100% da tábuas do INE referente à população masculina no período 2017-2019 para homens (2019: INE 2016-2018) e 100% da tábuas do INE referente à população feminina no período 2017-2019 para mulheres (2019: 2016-2018), com uma taxa de desconto que corresponde à rentabilidade esperada dos ativos afetos ao ramo Acidentes de Trabalho de juro de 1,93% (2019: 1,77%) e encargos de gestão de 1,5% (2019: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábuas de mortalidade TD 88/90 (2019: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2019: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2019: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e no ramo Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo, quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2020 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento (assistência vitalícia) em 31 de dezembro de 2020 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de vida ou similares, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos cash flows futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Em 31 de dezembro de 2020, a taxa implícita considerada no teste da adequação das responsabilidades ascende a 1,93% para uma duration de 13,1 anos (2019: taxa 1,77% e duration de 14,4 anos).

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de vida (Shadow accounting)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

Balanço	2020					2019			(milhares de euros)
	Ramos / Grupos de Ramos	PPNA Bruta	CAD	Efeito fusão PPNA Bruta	Efeito fusão CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	
Vida	4 107	526	-	-	3 581	3 717	451	3 266	
Acidentes e doença	23 177	5 060	14 127	2 395	29 849	27 597	5 601	21 996	
Incêndio e outros danos	42 088	8 137	10 196	2 958	41 189	39 083	7 782	31 301	
Automóvel	136 521	25 864	13 214	3 183	120 688	129 772	22 338	107 434	
Marítimo, aéreo e transportes	1 178	248	102	41	991	1 403	257	1 146	
Responsabilidade civil geral	5 427	1 088	825	246	4 918	5 200	982	4 218	
Crédito e caução	51	8	5	-	48	38	7	31	
Proteção jurídica	4	1	-	-	3	4	2	2	
Assistência	18 579	3 360	1 846	470	16 595	16 969	2 858	14 111	
Diversos	598	123	43	4	514	592	108	484	
Total	231 730	44 415	40 358	9 297	218 376	224 375	40 386	183 989	

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

Ganhos e Perdas	2020			2019			(milhares de euros)
	Ramos / Grupos de Ramos	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	
Vida	390	75	315	646	451	195	
Acidentes e doença	-4 420	-541	-3 879	2 537	403	2 134	
Incêndio e outros danos	3 005	355	2 650	1 165	-249	1 414	
Automóvel	6 749	3 526	3 223	12 111	247	11 864	
Marítimo, aéreo e transportes	-225	-9	-216	-87	-35	-52	
Responsabilidade civil geral	227	106	121	289	22	267	
Crédito e caução	13	1	12	-6	-1	-5	
Proteção jurídica	-	-1	1	-	1	-1	
Assistência	1 610	502	1 108	2 583	27	2 556	
Diversos	6	15	-9	-12	-13	1	
Total	7 355	4 029	3 326	19 226	853	18 373	

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e refletida na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço					Variação de Ganhos e Perdas			
	2020		2019						
	PPNA bruta	CAD	Efeito fusão PPNA bruta	Efeito fusão CAD	PPNA Líquida	PPNA Líquida	2020	2019	
Vida	2 663	155	-	-	2 508	11	472	1	
Acidentes e doença	-2 484	27	4 018	330	1 177	288	-2 798	61	
Incêndio e outros danos	12 587	2 567	1 771	179	11 612	8 625	1 395	1 061	
Automóvel	-	-	-	-	-	-	-	-	
Marítimo, aéreo e transportes	550	159	69	25	435	481	-90	-28	
Responsabilidade civil geral	872	172	157	27	830	649	51	-111	
Crédito e caução	6	2	-	-	4	9	-5	-4	
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-	-	-2	
Assistência	13 687	-	1 260	-	14 947	12 720	967	398	
Diversos	758	171	29	-	616	537	50	-23	
Total	28 639	3 253	7 304	561	32 129	23 320	42	1 353	

A evolução da provisão matemática de Vida refletida no passivo é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	479 400	528 554
Variação do ano	-53 398	-50 795
Incorporação de participação nos resultados	845	1 641
Efeito fusão	342 572	-
Saldo em 31 de dezembro	769 419	479 400

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2020 a 16,4 milhões de euros (2019: 18,8 milhões de euros).

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço				Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019	
Tradicionais	-692	1 251	559	2 023	-692	26	
Capitalização	-3 291	112 222	108 931	-	-3 291	-	
Total	-3 983	113 473	109 491	2 023	-3 983	26	

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, líquida de reembolsos, é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço				Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019	
Vida	62 976	12 426	75 402	55 061	7 914	-6 163	
Acidentes de trabalho	658 581	95 864	754 445	623 578	40 481	58 778	
Acidentes pessoais e doença	20 397	6 878	27 275	15 057	4 970	924	
Incêndio e outros danos	57 926	10 280	68 206	37 362	20 841	-29 610	
Automóvel	277 978	33 029	311 007	283 098	-3 247	45 821	
Marítimo, aéreo e transportes	3 717	243	3 960	5 141	-1 274	937	
Responsabilidade civil geral	45 073	10 380	55 453	30 541	14 698	-1 899	
Crédito e caução	168	-	168	235	-67	85	
Proteção jurídica	17	-	17	13	7	1	
Assistência	-	-	-	-	-	-	
Diversos	4 635	81	4 716	1 845	2 840	-6 427	
Total	1 131 468	169 181	1 300 649	1 051 931	87 163	62 447	

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 673.185 milhares de euros (2019: 557.753 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho, incluindo também as provisões relativas a assistência vitalícia. Neste saldo da provisão matemática está incluída uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 33.851 milhares de euros (2019: 25.077 milhares de euros).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2020 a 31,2 milhões de euros (2019: 33,3 milhões de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 61.536 milhares de euros (2019: 41.859 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 12.301 milhares de euros (2019: 14.557 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2019 (1)	Provisão para sinistros* em 01.10.2020 - Efeito Fusão (2)	Sinistros* pagos em 2020 (3)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2020 (4)	Reajustamentos (4) + (3) - (2) - (1)	(milhares de euros)
Acidentes e doença	638 636	82 705	84 856	671 426	34 941	
Incêndio e outros danos	37 362	5 517	23 202	21 964	2 287	
Automóvel						
Responsabilidade civil	250 004	26 548	99 900	180 634	3 982	
Outras coberturas	33 093	838	20 445	9 842	-3 644	
Marítimo, aéreo e transportes	5 141	204	2 964	1 831	-550	
Responsabilidade civil geral	30 541	10 155	4 711	49 773	13 788	
Crédito e caução	235	-	-15	158	-92	
Proteção jurídica	13	-	7	6	-	
Assistência	-2		-	-	2	
Diversos	1 847	81	364	2 202	638	
Total	996 870	126 048	236 434	937 836	51 352	

* Sinistros ocorridos no ano de 2019 e anteriores.

No âmbito do ramo de Acidentes e Doença, o reajuste observado respeita sobretudo ao ramo de Acidentes de Trabalho, o qual inclui diversos impactos, entre os quais a alteração de pressupostos atuariais (designadamente a táboa de mortalidade), a alteração da taxa de desconto, e, no contexto do processo de fusão ocorrido, um alinhamento de critérios de provisionamento da carteira oriunda da empresa de Não-Vida incorporada. De referir ainda o facto de não serem tidos em conta os rendimentos financeiros afetos às provisões matemáticas.

No que se refere à Responsabilidade Civil Geral, o ramo incorpora um conjunto de responsabilidades de difícil avaliação e de longo prazo. Neste sentido, sujeita a reavaliação regular, com impacto nas responsabilidades futuras esperadas e consequentemente na reavaliação das provisões necessárias para anos anteriores, estas reavaliações devem-se a um agravamento nas decisões judiciais.

Os outros ramos registam reajustamentos que resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019
Vida	3 546	4 874	8 420	1 781	1 767	-924
Acidentes de trabalho	13 775	7 710	21 485	8 378	5 395	953
Acidentes pessoais e doença	777	1 377	2 154	100	677	3
Incêndio e outros danos	40 803	3 880	44 683	23 151	17 652	-20 721
Automóvel	20 079	3 761	23 840	16 421	3 658	690
Marítimo, aéreo e transportes	1 321	99	1 420	1 535	-214	402
Responsabilidade civil geral	11 546	9 151	20 697	7 815	3 731	-231
Crédito e caução	87		87	78	9	-
Proteção jurídica	-		-	-	-	-
Assistência	-		-	-	-	-2
Diversos	3 677		3 677	1 291	2 386	-5 055
Total	95 611	30 852	126 463	60 550	35 061	-24 885

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 8.195 milhares de euros (2019: 1.707 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2020 é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	21 655	425	1 239	23 319
PPR's e capitalização com participação resultados	57 987	1 171	6 680	65 838
Não-Vida				
Acidentes e doença	183 806	4 208	45 469	233 483
Incêndio e outros danos	73 121	1 952	21 494	96 567
Automóvel				
Responsabilidade civil	160 923	6 229	1 466	168 618
Outras coberturas	69 129	2 972	-4 672	67 429
Marítimo, aéreo e transportes	3 590	68	-1 384	2 274
Responsabilidade civil geral	6 510	626	14 699	21 835
Crédito e caução	-18	3	-67	-82
Proteção jurídica	6	3	7	16
Assistência	-	-	-1	-1
Diversos	1 170	7	2 840	4 017
Total	577 879	17 664	87 770	683 313
Resseguro aceite	1 340	-	-607	733
Total Geral	579 219	17 664	87 163	684 046

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2019 é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	23 015	2 121	-2 434	22 702
PPR's e capitalização com participação resultados	60 770	-	-3 729	57 041
Não-Vida				
Acidentes e doença	176 700	4 020	59 720	240 440
Incêndio e outros danos	72 737	1 519	-30 079	44 177
Automóvel				
Responsabilidade civil	172 064	7 825	54 077	233 966
Outras coberturas	74 629	3 125	-8 297	69 457
Marítimo, aéreo e transportes	4 731	84	1 102	5 917
Responsabilidade civil geral	7 376	535	-1 899	6 012
Crédito e caução	-10	1	85	76
Proteção jurídica	16	1	1	18
Assistência	-	-	-	-
Diversos	3 097	6	-6 427	-3 324
Total	595 125	19 237	62 120	676 482
Resseguro aceite	2 525	-	327	2 852
Total Geral	597 650	19 237	62 447	679 334

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo é analisada e tem a seguinte evolução:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019
Vida						
Tradicionais	3 209	7 314	10 523	2 198	3 227	1 685
Capitalização	24 138	48 904	73 042	14 081	1 582	625
Acidentes e Doença	201	-	201	-	201	-
Incêndio e outros danos	17	-	17	-	17	-
Automóvel	273	-	273	-	273	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	9	-	9	-	9	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	27 847	56 218	84 065	16 279	5 309	2 310

(milhares de euros)		
	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	16 279	13 553
Dotação do ano	5 547	2 310
Pagamentos	-2 632	-3 461
Incorporação em provisão matemática	-846	-1 641
Variação da participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	9 499	5 518
Efeito Fusão	56 218	-
Saldo em 31 de dezembro	84 065	16 279

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019
Tradicionais						
Tradicionais	379	3 098	3 477	-	475	-
Capitalização	1 941	17 116	19 057	-	299	-
Total	2 320	20 214	22 534	-	774	-

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo, em resultado do teste de adequação de responsabilidades, é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019
Tradicionais						
Tradicionais	12 150	-	12 150	15 472	-3 322	12 772
Capitalização	18 815	168	18 983	9 113	9 702	7 832
Total	30 965	168	31 133	24 585	6 380	20 604

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2020	2019	2020	2019
Tradicionais				
Tradicionais	263	252	11	-175
Total	263	252	11	-175

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019
Acidentes e Doença	-			-	-	-
Incêndio e outros danos	17 345	4 074	21 419	16 462	883	1 454
Automóvel	-		-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-		-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	1 305		1 305	1 305	-	-
Crédito e caução	121	35	156	210	-89	-177
Proteção jurídica	-		-	-	-	-
Assistência	-		-	-	-	-
Diversos	112	118	230	116	-4	8
Total	18 883	4 227	23 110	18 093	790	1 285

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2020	Efeito Fusão 2020	Total 2020	2019	2020	2019
Acidentes e Doença	208	16	224	3 019	-2 812	2 183
Incêndio e outros danos	-1 390	2 123	733	183	-1 573	-410
Automóvel	-		-	4 987	-4 987	1 685
Marítimo, Aéreo e Transportes	5	1	6	285	-280	-56
Responsabilidade civil geral	-		-	-	-	-
Crédito e caução	-		-	-	-	-
Proteção jurídica	-		-	-	-	-
Assistência	-		-	-	-	-
Diversos	-		-	-	-	-
Total	-1 177	2 140	963	8 474	-9 652	3 402

De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, em 2020 e 2019, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de procedimentos extraordinários, solicitados pela Companhia, e devidamente aprovados pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir, portanto, que a Companhia tem sido interveniente em diversos processos de concentração de empresas, cujo acréscimo de custos daí resultante, iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, em 2020, a Companhia considerou, numa ótica de 12 meses corridos, que o montante de 10.625 milhares de euros (2019: 10.033 milhares de euros), relativo a custos totais incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar para efeitos de cálculo desta provisão o montante imputado a Não-Vida, i.e., 9.167 milhares de euros (2019: 8.650 milhares de euros).

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas de Não-Vida correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

No âmbito do regime de Solvência II, a Companhia possui na sua estrutura e nos seus procedimentos as ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

O Comité faz parte integrante da estrutura de Governação da Companhia e tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e compliance.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo Interno, em conjunto com outros comités corporativos, visa robustecer os sistemas de governo e gestão de risco da Companhia, reforçando a comunicação e os níveis de interação entre os Órgãos de Gestão e funções de controlo, de forma a contribuir para um constante conhecimento e gestão dos principais riscos inerentes à atividade.

Sendo suportado transversalmente por diferentes Direções, tem como principais atribuições:

- Políticas (ORSA) de identificação/ análise de riscos
 - Controlo interno - financeiro e não financeiro
 - Compliance e DPO
 - Acompanhamento da função de gestão de reclamações

No âmbito do Sistema de Governação, a Companhia possui um Sistema de Regulamentos Internos que visa apoiar a governação da mesma, de uma forma sólida e eficaz. O mesmo promove uma abordagem coerente, homogênea e estruturada em relação aos regulamentos internos, introduzindo regras claras para a sua elaboração, validação, aprovação, comunicação, implementação, monitorização e reporte.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inherente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (Longevidade, Mortalidade, Invalidez), Risco de Despesas, Risco de Revisão, Risco de Descontinuidades e Risco Catastrófico. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas, Risco de Descontinuidades e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como “Health” em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – o risco é tratado da seguinte forma:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de saúde avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos vida.
 - Sinistros gerais de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde, são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdividem-se de forma análoga.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro são constituídos por vários mecanismos de controlo, de seguida apresentam-se os mais relevantes:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
 - Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
 - Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
 - Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
 - Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
 - Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da comparação, dos últimos 10 anos, entre i) os montantes pagos dos ramos Não-Vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e ii) a estimativa final do custo, é como segue:

(milhares de euros)

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos										
Anos Decorridos	Ano de Ocorrência									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0	490 239	473 924	473 657	470 672	439 587	435 629	534 278	553 551	583 447	532 955
1	504 146	469 242	473 226	484 377	444 137	430 331	517 378	524 770	567 862	
2	503 969	469 747	481 080	493 405	441 411	426 835	521 918	552 460		
3	501 399	471 892	485 890	496 037	446 049	442 825	528 461			
4	500 912	472 006	486 471	493 570	454 482	447 165				
5	503 180	470 769	487 612	494 727	460 767					
6	504 918	470 364	489 429	493 243						
7	505 211	477 001	497 136							
8	506 223	479 053								
9	507 591									

A Companhia pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, a Companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Cauções	Proporcional
Cauções (fidelidade)	Proporcional
Engenharia	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-top-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (2ª opinião)	Proporcional
Responsabilidade civil <i>cyber risks</i>	Proporcional
Responsabilidade civil geral	Não Proporcional
Responsabilidade civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (art.º 396)	Proporcional
Responsabilidade civil d&o	Proporcional
Responsabilidade civil intermediários de crédito	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional & Não Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional & Não Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional & Não Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (responsabilidade civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes pessoais	Não Proporcional
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de trabalho	Não Proporcional
Agro	Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida Profissionais de Saúde	Proporcional
Vida + Cool	Proporcional
Vida Catástrofes	Não Proporcional
Vida Proteção de Cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida Proteção aos Prémios	Proporcional
Vida Grupo Contributivo e Grupo Não Contributivo	Proporcional
Vida Gestão de Tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização / PPR	Proporcional
Vida + Vencer	Proporcional
Vida Capitalização	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2020	2019
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro (Não-Vida)	-29 834	-36 584
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro (Não-Vida)	-26 711	-23 096
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de Acid. de Trabalho	-14 508	-6 869
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo vida	-2 266	-2 225

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas. De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

NATUREZA E EXTENSÃO DE OUTROS RISCOS

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual a Companhia dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

As políticas de investimento adotadas pela Companhia, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité de Investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2020	2019
Cambial	Valorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-1 796	-248

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2020	2019
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-646	-60 050

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2020	2019
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-971	-1 284

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíves de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo Vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2020	2019
Taxa de juro	Descida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Ativos Subida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Ativos	177 634	128 608 -177 634
(milhares de euros)			
Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2020	2019
Taxa de juro	Descida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Passivos Subida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Passivos	-132 859 98 29%	-69 940 52 487

Risco de spread

O risco de spread reflete a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate.

Rating	2020		2019		(milhares de euros)
	%	Valor	%	Valor	
AAA	9%	201 518	27%	284 321	
AA	20%	428 416	40%	428 618	
A	19%	397 492	12%	122 137	
BBB	48%	1 021 858	15%	163 989	
BB	3%	55 200	2%	24 121	
B	0%	-	0%	2 091	
CCC	0%	1 820	0%	777	
Unrated	1%	23 146	3%	35 715	
Total	100%	2 129 450	100%	1 061 768	

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

Sector de Atividade	2020		2019		(milhares de euros)
	%	Valor Bruto	%	Valor Bruto	
Recursos básicos	3,4%	86 191	0,2%	3 647	
Comunicações	1,4%	35 196	1%	12 332	
Bens consumíveis (cíclico)	2,6%	66 057	1%	11 641	
Bens consumíveis (não-cíclico)	3,2%	82 137	1%	24 035	
Energia	1,6%	40 579	0%	7 156	
Financeiro	12,9%	327 207	4%	71 500	
Fundos	14,8%	375 439	36%	599 524	
Dívida Pública	53,5%	1 356 420	51%	840 856	
Industrial	2,2%	55 952	1%	20 768	
Medicina	0,5%	11 511	0%	0	
Tecnologia	0,7%	16 645	0%	922	
Serviços públicos/coletivos	2,0%	51 779	3%	48 653	
Outros	1,2%	29 849	1%	23 224	
Total	100%	2 534 962	100%	1 664 257	

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Investimentos a deter até à maturidade, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário e qualquer exposição direta ou indireta com o risco imobiliário, por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, é como segue:

2020	(milhares de euros)					
	< 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	224 421	95 285	429 277	1 632 196	380 743	2 761 922
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	152 470	69 619	372 611	390 830	140 016	1 125 546
Líquido	71 951	25 666	56 666	1 241 366	240 727	1 636 376

2019	(milhares de euros)					
	< 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	169 139	140 980	311 106	723 493	616 224	1 960 942
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	88 859	115 053	218 478	279 591	-	701 981
Líquido	80 280	25 927	92 628	443 902	616 224	1 258 961

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontram a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os ratings e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

Rating	2020		2019	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	89%	73 918	86%	67 756
A	0%	365	0%	362
BBB	4%	3 665	4%	3 511
BB	0%	227	0%	-
B	4%	3 079	9%	6 880
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	2%	1 566	0%	220
Total	100%	82 820	100%	78 729

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

Rating	2020		2019	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	44%	17 385	49%	13 228
A	47%	18 305	50%	13 733
BBB	7%	2 707	0%	-
BB	2%	686	0%	-
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	0%	80	1%	210
Total	100%	39 163	100%	27 171

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas materiais resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio;
- Risco legal.

Risco estratégico

O risco estratégico é o risco resultante de decisões estratégicas. Definimos risco estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O Risco estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco de reputação

O risco de reputação é o risco que decorre de possíveis danos à reputação das empresas como consequência da percepção negativa do público (por exemplo, entre clientes, parceiros de negócio, acionistas ou autoridades). Assim como o risco estratégico, o risco reputacional é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco intragrupo

O risco de a entidade estar dependente de transações intragrupo significativas que possam influenciar significativamente a solvência ou a posição de liquidez do grupo ou de uma das entidades envolvidas nestas transações. Essas transações podem ser relacionadas com:

- Investimentos;
- Saldos entre empresas, incluindo empréstimos, recuperáveis e acordos para centralizar a gestão de ativos ou dinheiro;
- Garantias e compromissos, tais como cartas de crédito;
- Operações com derivativos;
- Dividendos, cupões e outros pagamentos de juros;
- Operações de resseguro;
- Prestação de serviços ou acordos de partilha de custos;
- Compra, venda ou arrendamento de bens.

Risco sistémico

Ao risco de destabilização do sistema financeiro ou mercado com consequências ao nível dos ativos, taxas de juro, câmbio, afetando a economia como um todo.

Riscos emergentes

Riscos existentes ou que possam surgir, de difícil quantificação e com potencial de perdas elevadas. Caracterizados por um elevado grau de incerteza, onde mesmo a informação básica, que suportaria uma avaliação adequada sobre a frequência e severidade de um determinado risco, é reduzida.

Medidas de mitigação

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência e forte dinamização do Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação e renovação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência e informação mais detalhada sobre a Gestão do Risco serão divulgados publicamente durante o mês de abril de 2021 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não-Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2020	2019
Rácio de sinistralidade ^(a)	67,4%	75,3%
Rácio de aquisição ^(b)	19,4%	18,1%
Rácio administrativo ^(c)	6,1%	5,6%
Rácio Combinado	92,9%	99,0%

- (a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos
 (b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos
 (c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2020	2019
Sinistros/Prémios (IFRS 4)	159,0%	165,3%
Benefícios pagos/Depósitos recebidos (IAS 39)	24949,0%	2164,5%
Custos de aquisição/(prémios + depósitos recebidos)	25,1%	24,1%
Custos administrativos/(prémios + depósitos recebidos)	18,8%	14,9%

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Contas a receber	1 445	2 093
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-353	-711
Total Líquido	1 092	1 382

NOTA 5 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A decomposição da rubrica de Passivos financeiros por contratos de investimento pode ser analisada como segue:

	Financeiros Sem Participação nos Resultados	Unit Linked	PPR Unit Linked	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 1 de janeiro de 2019	105 646	6 312	20 756	188	132 902
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	436	172	194	-	802
Montantes pagos	-11 174	-1 551	-2 805	-71	-15 601
Juros técnicos	-6 869	-44	-171	-	-7 084
Outros movimentos	10 465	543	1 844	20	12 872
Saldos a 31 de dezembro de 2019	98 504	5 432	19 818	137	123 891
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	380	236	140	-	756
Montantes pagos	-62 537	-814	-2 031	-11	-65 393
Juros técnicos	1 461	180	117	-	1 759
Outros movimentos	1 076	-	-	-	1 076
Saldos a 31 de dezembro de 2020	38 884	5 035	18 044	126	62 089

Os valores dos passivos financeiros de contratos *Unit Linked*, no valor total de 23.205 milhares de euros (2019: 25.387 milhares de euros) correspondem ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

	2020			2019		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	6 013	-2 990	3 023	7 907	-4 478	3 429
Capitalização	3 844	-958	2 886	4 655	-1 545	3 110
PPR	2 168	-2 031	137	3 252	-2 933	319
Valorizados ao Custo Amortizado	69 159	-71 996	-2 837	16 207	-19 999	-3 791
Capitalização	59 655	-62 449	-2 794	6 343	-10 049	-3 706
PPR	9 504	-9 547	-43	9 864	-9 949	-85
Total	75 171	-74 986	186	24 114	-24 477	-363

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	140 417	400
Passivos subordinados	10 000	-
Direito de uso de ativos (IFRS16)	15 307	19 180
Valor de Balanço	165 724	19 580

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os passivos subordinados correspondem a dois empréstimos subordinados, com prazo fixo (10 anos) e taxa de juro fixa, no valor de cinco milhões de euros cada, os quais foram subscritos em 2015 pelas seguintes entidades do Grupo Generali: (i) Generali Horizon e (ii) Participatie Maatschappij Graafschap Holland N.V.

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. Os pagamentos mínimos futuros relativos aos contratos de locação operacionais não revogáveis, por maturidade são os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Até 1 ano	5 784	6 128
1 ano até 5 anos	8 936	12 364
Mais de 5 anos	1 439	1 906
Total de Pagamentos Futuros	16 159	20 398
Custo de juro a periodificar em gastos financeiros	-852	-1 218
Total do Passivo IFRS16	15 307	19 180

O passivo de locação foi inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Ao abrigo desta norma foi registado ao longo de 2020 um custo de juros sobre a variação dos passivos financeiros no montante de 442 milhares de euros (2019; 516 milhares de euros).

NOTA 6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 486 375	1 659 103
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	1 412	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	9 722	10 304
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	12 487	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	2 509 996	1 669 407
Outros ativos financeiros	1 239	8 586
Total Ativos Financeiros	2 511 235	1 677 993

Os investimentos em filiais e associadas são analisados na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 272	1 259
De outros emissores	6 451	5 951
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	1 999	3 094
Valor de Balanço	9 722	10 304
Valor de aquisição	9 176	9 448

Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 1.532 milhares de euros (2019: 2.982 milhares de euros).

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo estruturados ou colaterizados no montante de 6.003 milhares de euros (2019: 4.031 milhares de euros). Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	2020	2019	(milhares de euros)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	1 393 280	848 594	
De outros emissores	714 799	204 946	
Ações	3 938	1 502	
Outros títulos de rendimento variável	374 358	604 061	
Valor de Balanço	2 486 375	1 659 103	

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo valor	Imparidade	Valor de Balanço	(milhares de euros)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	778 268	9 931	60 395	-	848 594	
De outros emissores	193 794	3 926	7 526	-300	204 946	
Ações	2 181	-	181	-860	1 502	
Outros títulos de rendimento variável	614 564	-	3 217	-13 720	604 061	
Saldo a 31 de dezembro de 2019	1 588 807	13 857	71 319	-14 880	1 659 103	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 175 211	16 934	201 135	-	1 393 280	
De outros emissores	662 288	9 919	43 147	-555	714 799	
Ações	5 074	-	270	-1 406	3 938	
Outros títulos de rendimento variável	388 634	-	9 003	-23 279	374 358	
Saldo a 31 de dezembro de 2020	2 231 207	26 853	253 555	-25 240	2 486 375	

Em 31 de dezembro de 2020, os Outros títulos de rendimento variável incluem 1.458 milhares de euros relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário (2019: 7.599 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

	2020	2019	(milhares de euros)
Saldo em 1 de janeiro	14 880	7 580	
Efeito Fusão	871	-	
Dotações do exercício	16 819	11 864	
Anulações do exercício por venda de ativos	-1 638	-2 180	
Reversões do exercício	-5 692	-2 384	
Saldo em 31 de dezembro	25 240	14 880	

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

	2020	2019	(milhares de euros)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-30	-19	
Ações e outros títulos de rendimento variável	-16 789	-11 845	
Total	-16 819	-11 864	

ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem nem ativos nem passivos classificados nesta categoria.

INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	12 487	-
De outros emissores	-	-
Ações		
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	12 487	
Valor de mercado	13 648	-

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	-	-	-
De outros emissores	-	-	-
Ações			
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	12 487	-	12 487
De outros emissores	-	-	-
Ações			
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2020	12 487	-	12 487

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos, conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Empréstimos concedidos	804	1 017
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	433	7 567
Total de Outros Ativos Financeiros	1 239	8 586

Em 2020 e 2019, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros é como segue:

			(milhares de euros)
	Custo de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	-	-	-
Empréstimos	16 017	-15 000	1 017
Outros	7 569	-	7 569
Saldo a 31 de dezembro de 2019	23 586	-15 000	8 586
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	-	-	-
Empréstimos	15 804	-15 000	804
Outros	435	-	435
Saldo a 31 de dezembro de 2020	16 239	-15 000	1 239

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A. sendo que em de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade. Os empréstimos no montante de 804 milhares de euros são empréstimos a colaboradores.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	2020		2019	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	82 840	82 840	78 751	78 751
Empréstimos e contas a receber	2 651	2 651	8 586	8 586
Investimentos a deter até à maturidade	13 648	12 487	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	120 018	120 018	90 027	90 027
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	219 157	217 996	177 364	177 364
Passivos financeiros de contratos de investimento	64 752	62 089	129 202	123 891
Outros passivos financeiros	165 724	165 724	19 580	19 580
Outros credores por operações de seguros e outras operações	128 314	128 314	79 110	79 110
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	358 790	356 127	227 892	222 581

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

Os instrumentos financeiros são estratificados de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, que representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis acima descritos, é analisado como segue:

	2020			(milhares de euros)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2 336 846	121 699	27 830	2 486 375
Títulos e unidades de participação	248 177	121 699	4 482	374 358
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 271	-	1 667	3 938
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 393 280	-	-	1 393 280
De outros emissores	693 118	-	21 681	714 799
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	8 624	1 098	-	9 722
Títulos e unidades de participação	1 946	53	-	1 999
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 272	-	-	1 272
De outros emissores	5 406	1 045	-	6 451
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade (a valores de mercado)	13 648	-	-	13 648
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	13 648	-	-	13 648
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	2 359 118	122 797	27 830	2 509 745

	2019			(milhares de euros)
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1 161 013	462 878	35 212	1 659 103
Títulos e unidades de participação	176 410	416 993	10 658	604 061
Ações e outros títulos de rendimento variável	172	-	1 330	1 502
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	804 728	43 866	-	848 594
De outros emissores	179 703	2 019	23 224	204 946
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	9 194	1 077	33	10 304
Títulos e unidades de participação	3 061	-	33	3 094
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 259	-	-	1 259
De outros emissores	4 874	1 077	-	5 951
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	1 170 207	463 955	35 245	1 669 407
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	-	-	-

O valor em 2020 classificado como Nível 2, na rubrica de Títulos e Unidades de Participação, inclui cerca de 122 milhões de euros (2019: 417 milhões de euros) que dizem respeito a um investimento em 2 sub-fundos (2019: 5 sub-fundos) pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV (*Irish collective asset-management vehicle*), que é detido 100% pela Companhia.

A determinação do *fair value* destes ativos teve por base o seu valor patrimonial, que por sua vez é determinado com base em valores de mercado ou em informação de mercado disponível para valorização do ativo (curvas de risco, spreads, etc) tal como definidos pela IFRS 13. Adicionalmente este fundo é alvo de análise *look-through* por parte da Companhia tal como definido pelos requisitos de Solvência II.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

	31 dez 2019	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Imparidades	Valias Realizadas	Reclassif.	31 dez 2020	(milhares de euros)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	35 212	258	9	-7 253	-310	-17	-69	27 830	
Títulos e unidades de participação	10 658	-252	9	-7 101	-274	-16	1 458	4 482	
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 330	-8	-	-152	-36	-1	534	1 667	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo									
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	
De outros emissores	23 224	518	-	-	-	-	-2 061	21 681	
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	33	-	-	-33	-	-	-	-	
Títulos e unidades de participação	33	-	-	-33	-	-	-	-	
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo									
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-	

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem investimentos relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados no valor de 1.458 milhares de euros (2019: 7.599 milhares de euros), mas incluem 3.024 milhares de euros relativos a fundos de *private equity* (2019: 3.060 milhares de euros), cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras.

Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado como segue:

		(milhares de euros)					
		2020		Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
Área de Análise	Tipologia de Ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%		
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-75	146	-71		
	Fundos <i>private equity</i>	-	-54	302	-248		

		(milhares de euros)					
		2019		Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
Área de Análise	Tipologia de Ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%		
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-376	760	-384		
	Fundos <i>private equity</i>	-	-39	306	-270		

NOTA 7 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os dados financeiros das subsidiárias e associadas da Companhia podem ser resumidos da seguinte forma:

Nome da Empresa/Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros								
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo			Passivo			Capital Próprio	Resultado Líquido	
						2020	2019	2020	2019	2020	2019		2020	2019
Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, n.º 35 15.ºD LUANDA	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	49,00	49,00	49,00	27 105	35 353	22 047	29 296	5 058	6 057	2 822	1 440	
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,99%	100,00	100,00	4 509	4 345	3 576	3 275	933	1 070	662	309,5	
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,99%	100,00	100,00	3 022	4 658	1 739	3 245	1 283	1 413	232	304	
Tranquilidade Diversified Income ICAV 2 nd Floor, Block E Iveagh Court Harcourt Road Dublin D02 YT22 Ireland	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	

Os valores de 2020 representam a última informação financeira não auditada recebida por parte de cada subsidiária ou associada, pelo que os valores oficiais definitivos poderão ser divergentes.

Durante o exercício de 2019, a Companhia alienou a participação de 100% do capital social da Advancecare Health International, S.A., que detinha pelo valor de 1.000 milhares de euros (participação financeira e prestações suplementares), tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, a mais-valia de 1.721 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

A variação do saldo desta rubrica em 2019 pode ser detalhada como segue, sendo que em 2020 não existiu qualquer variação:

2020	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Transferências para Ativos Não Correntes Detidos para Venda	(milhares de euros)	
					Valor de Balanço Final	
Advancecare Health International	100	-100	-	-	-	-
Tranquilidade – Corp. Angolana Seguros	-	-	-	-	-	-
Tranquilidade – Moçambique Seguros	716	-	-562	-154	-	-
Tranquilidade – Moçambique Seguros Vida	949	-	-745	-204	-	-
Total	1 765	-100	-1 307	-358		

De acordo com o IAS 36 e a política contabilística, a Companhia procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade ou o *fair value less cost to sell*, nos casos aplicáveis.

Em 2019, a Companhia chegou a uma base de entendimento para alienar as suas participações na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. No decorrer de 2020, a venda destas participações não se efetivou e desta forma a Companhia encontra-se a negociar alternativas para a conclusão deste processo. Decorrente destes factos, a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 0,4 milhões de euros, totalizando agora um montante de 3,2 milhões de euros, sendo que em 2019 já tinha procedido à transferência das participações para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

Em 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 2,1 milhões de euros, totalizando agora um montante de 7,3 milhões de euros e procedeu em 2018 à transferência da participação para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

Este acordo obteve em 2019 a aprovação do Banco Nacional de Angola, mas ao contrário do que eram as expectativas da Companhia, esta não conseguiu alienar a participação pela demora na obtenção da aprovação da Agência Angolana de Regulação e Supervisão, a única condição precedente que faltava cumprir. Não obstante, e em virtude desta situação o acordo existente celebrado com o Banco Económico ter expirado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia continua a ter uma forte intenção de venda deste ativo pelo que irá encetar diversas frentes de negociação tendo em vista esse objetivo.

Adicionalmente, a Companhia detém as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda (Nota 6), nas quais exerce controlo e que estão incluídas no perímetro de consolidação:

	Sede	Atividade	% Interesse Económico	
			2020	2019
CORPUS CHRISTI	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	100,00%
IMOPRIME	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	84,89%
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	-	100,00%
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	-	100,00%
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME FINANCIAL BOND FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	-	100,00%
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%

Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia procedeu, através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), ao investimento em 5 sub-fundos no valor global de 426 milhões de euros, tendo ao longo de 2020 liquidado 3 dos sub-fundos e diminuído o valor investido, em termos líquidos, em 295 milhões de euros adicionais, representando em 31 de dezembro de 2020 um investimento total acumulado de 122 milhões de euros, distribuídos pelos remanescentes 2 sub-fundos.

Em 2020, a Companhia procedeu igualmente à liquidação dos fundos de investimento imobiliários.

NOTA 8 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Caixa	20	22
Depósitos em instituições de crédito	82 820	78 729
Total	82 840	78 751

NOTA 9 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Propriedades de Investimento – Edifícios de Rendimento		
Saldo Líquido a 1 de janeiro	46	46
Adições por aquisição	-	-
Transferências p/ ativos a descontinuar	-	-
Transferências de serviço próprio	-	-
Abates/Vendas	-	-
Variações justo valor	9	-
Efeito fusão	2 930	-
Saldo Líquido a 31 de dezembro	2 985	46

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo, portanto, imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	2 959	-
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	26	46
Total	2 985	46

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Rendimentos de Rendas	45	-138
Custos Operacionais	18	-1
em imóveis que geraram rendimentos de rendas	4	12
em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	15	-13

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio em 2019 e 2020, e respetivo movimento ocorrido em ambos os exercícios, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Valor Bruto	21 451	20 203
Amortizações e imparidades acumuladas	-8 754)	-4 193)
Saldo Líquido a 31 de dezembro	12 697	16 010

	(milhares de euros)	
Ativos Tangíveis – Edifícios de Serviço Próprio	2020	2019
Saldo Líquido a 1 de janeiro	16 010	15 344
Adições da IFRS16	12	4 859
Abates / Vendas	-	-
Imparidades - [(Dotação) / Utilização]	-	-
Efeito fusão	900	-4 193
Amortizações Imóveis IFRS16	-4 220	-
Amortizações Imóveis Próprios	-5	-
Saldo Líquido a 31 de dezembro	12 697	16 010

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Equipamento	51 770	46 359
Equipamento administrativo	6 042	5 357
Máquinas e ferramentas	2 307	2 102
Equipamento informático	25 937	24 317
Instalações interiores	4 554	2 678
Despesas edifícios arrendados	9 245	9 206
Material transporte	171	195
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – Material de transporte	2 738	1 812
Outras imobilizações corpóreas	776	692
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-45 953	-39 398
Equipamento	-44 193	-38 767
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – Material de transporte	-1 760	-631
Imparidades	-	-
	5 817	6 961

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de material de transporte e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

	Equipamento	Ativos sob Direito de Uso (IFRS16)	Imobilizado em Curso	Total	(milhares de euros)
Saldo a 01 de dezembro de 2019	5 711	-	-	5 711	
Adoção da IFRS16 (valor bruto)	-	1 607	-	1 607	
Adições	2 187	205	-	2 392	
Transferências	-	-	-	-	
Amortizações do exercício	-2 118	-631	-	-2 749	
Abates/Vendas	-	-	-	-	
Saldo a 31 de dezembro de 2019	5 780	1 181	-	6 961	
Adições	761	52	-	813	
Transferências	-	-	-	-	
Amortizações do exercício	-2 183	-556	-	-2 739	
Abates/Vendas	-58	-	-	-58	
Efeito fusão	539	301	-	840	
Saldo a 31 de dezembro de 2020	4 839	978	-	5 817	

NOTA 11 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

	Edifícios – Rendimento	Edifícios – Uso Próprio	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Total	(milhares de euros)
Saldo a 01 de janeiro de 2019	15 398	2 052	2 122	19 572	
Transferências	-	-	358	358	
Variações justo valor	-	-	-	-	
Abates/Vendas	-10 204	-2 052	-	-12 256	
Saldo a 31 de dezembro de 2019	5 194	-	2 480	7 674	
Transferências	-	-	-	-	
Variações justo valor	-428	-	-2 480	-2 908	
Abates/Vendas	-	-	-	-	
Saldo a 31 de dezembro de 2020	4 766	-	-	4 766	

Os valores de Edifícios correspondem a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos, ou já se concretizaram em 2020, ou se perspetivam estarem concretizados em 2021, após a conclusão dos processos de licenciamento em curso, com a efetiva realização (Nota 9).

Em 2019, a Companhia chegou a uma base de entendimento para alienar as suas participações na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. No decorrer de 2020, a venda destas participações não se efetivou e desta forma a Companhia encontra-se a negociar alternativas para a conclusão deste processo. Decorrente destes factos, a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 0,4 milhões de euros, totalizando agora um montante de 3,2 milhões de euros, sendo que em 2019 já tinha procedido à transferência das participações de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7).

Em 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 2,1 milhões de euros, totalizando agora um montante de 7,3 milhões de euros e procedeu em 2018 à transferência da participação de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7).

Este acordo obteve em 2019 a aprovação do Banco Nacional de Angola, mas ao contrário do que eram as expectativas da Companhia, esta não conseguiu alienar a participação pela demora na obtenção da aprovação da Agência Angolana de Regulação e Supervisão, a única condição precedente que faltava cumprir. Não obstante, e em virtude desta situação o acordo existente celebrado com o Banco Económico ter expirado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia continua a ter uma forte intenção de venda deste ativo pelo que irá encetar diversas frentes de negociação tendo em vista esse objetivo.

NOTA 12 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65.981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A.

O *Goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e vida financeiros, através do desconto dos *cash flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

Em 2020 foi efetuado o teste de imparidade ao *Goodwill* tendo por base o seu valor recuperável, com base no qual não se obteve qualquer indicador de imparidade. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. A estimativa do valor recuperável teve por base o plano de negócios da Companhia e respetivas projeções de cash-flows descontadas a uma taxa de cerca de 8,5%.

Em 31 de dezembro de 2020, o VIF corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor líquido de amortizações e imparidades de:

- 4.122 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.);
- 68 milhares de euros, referente à aquisição em 2016 da carteira de apólices vida da Açoreana Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas ocorreu em 30 de dezembro de 2016)

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB – Companhia de Seguros de Vida (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.), tendo concluído pela existência de uma perda por imparidade no valor de 12.904 milhares de euros.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
<i>Goodwill</i>	65 981	65 981
Outros Intangíveis	168 989	152 211
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	79 914	78 322
<i>Software</i>	26 151	13 432
Intangíveis em curso	287	315
<i>Value in force</i>	56 836	56 836
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – <i>software</i>	5 801	3 306
Amortizações Acumuladas	-144 640	-124 606
Outros Intangíveis	-141 037	-123 077
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – <i>software</i>	-3 603	-1 529
Imparidades	-12 904	-14 685
	77 426	78 901

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso dos bens e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

	<i>Goodwill</i>	<i>Outros Intangíveis</i>	<i>Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas</i>	<i>Software</i>	<i>Intangíveis em Curso</i>	<i>Value in Force</i>	<i>Ativos Sob Direito de Uso (IFRS16)</i>	(milhares de euros)
Saldo a 1 de janeiro de 2019	65 981	13 195	4 000	633	1 680	6 882	-	79 176
Adoção da IFRS16 (valor bruto)	-	2 075	-	-	-	-	2 075	2 075
Adições	-	3 835	168	138	2 298	-	1 231	3 835
Amortizações do exercício	-	-7 842	-2 865	-418	-	-3 030	-1 529	-7 842
Imparidades	-	1 791	-	-	-	1 791	-	1 791
Transferências	-	-134	3 529	-	-3 663	-	-	-134
Saldo a 31 de dezembro de 2019	65 981	12 920	4 832	353	315	5 643	1 777	78 901
Efeito fusão	-	538	-	538	-	-	-	538
Adições	-	4 599	187	128	1 789	-	2 495	4 599
Amortizações do exercício	-	-7 982	-2 294	-380	-	-3 234	-2 074	-7 982
Imparidades	-	1 781	-	-	-	1 781	-	1 781
Transferências	-	-411	1 406	-	-1 817	-	-	-411
Saldo a 31 de dezembro de 2020	65 981	11 445	4 131	639	287	4 190	2 198	77 426

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

	2021	2022	2023	2024	Após	Total	(milhares de euros)
Amortização estimada	444	370	362	352	2 662	4 190	

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	2020	2019	(milhares de euros)
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	7 982	7 842	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1 038	1 333	
Montantes pagos – Montantes brutos			
Custos e gastos de exploração líquidos			
Custos de aquisição	3 033	2 980	
Gastos administrativos	3 672	3 137	
Gastos financeiros			
Outros	239	392	

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	2020	2019	(milhares de euros)
Ativo Bruto	69 413	47 268	
Tomadores de seguro			
Recibos por cobrar	50 865	34 256	
Reembolsos de sinistros	4 052	6 244	
Mediadores de seguro	9 199	3 850	
Cosseguradoras	5 297	2 918	
Ajustamentos	-10 986	-5 010	
Recibos por cobrar	-8 480	-3 585	
Créditos de cobrança duvidosa	-2 506	-1 425	
Ativo Líquido	58 427	42 258	

Os reembolsos brutos de imparidades e exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 1.445 milhares de euros (2019: 2.093 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Ativo Bruto	46 556	36 272
Resseguradores	39 163	27 171
Ressegurados	7 393	9 101
Ajustamentos	-4 197	-4 884
Créditos de cobrança duvidosa	-4 197	-4 884
Ativo Líquido	42 359	31 388

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica “Ressegurados” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 7,0 milhões de euros (2019: 8,5 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 4,0 milhões de euros (2019: 4,2 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica “Ressegurados” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias em Moçambique, no valor total de cerca de 0,3 milhões de euros (2019: 0,4 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,2 milhões de euros (2019: 0,4 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Ativo Bruto	35 578	25 500
Entidades relacionadas	8 959	7 613
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	262	77
IFAP	11 448	4 266
FAT	1 819	1 652
Gestão por conta IDS e Representadas	5 603	5 928
Cauções	472	440
Planos de pagamento	2 782	2 534
Rendas e outros valores à cobrança	254	440
Pessoal	120	138
Clientes	307	49
Outros valores a receber	3 552	2 363
Ajustamentos	-16 346	-9 119
Créditos de cobrança duvidosa	-16 346	-9 119
Ativo Líquido	19 232	16 381

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 5,8 milhões de euros (2019: 6,0 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 5,2 milhões de euros (2019: 5,2 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias de Moçambique, no valor de cerca de 1,6 milhões de euros (2019: 1,5 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 1,0 milhões de euros (2019: 1,3 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de janeiro	3 585	4 269
Dotações do exercício	1 316	-
Reversões do exercício	-	-684
Efeito fusão	3 579	-
Saldo em 31 de dezembro	8 480	3 585
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de janeiro	15 428	20 709
Dotações do exercício	4 991	-
Reversões do exercício	-	-5 281
Efeito fusão	2 630	-
Saldo em 31 de dezembro	23 049	15 428

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Acréscimos de Rendimentos		
Profit commission de resseguro	257	513
Prestações de serviços	1 042	1 046
Gastos Diferidos	2 130	1 615
Seguros	65	60
Rendas	324	304
Outros serviços	1 741	1 251
Total	3 429	3 174

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo em 2020 no valor de 47.829 milhares de euros, (2019: 114.171 milhares de euros), diz respeito a contratos de investimento comercializados pela Companhia, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.).

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Tomadores de seguro (estornos a pagar)		
Mediadores de seguro		
Comissões a pagar	192	1 522
Contas correntes	11 066	10 820
Coseguradoras	3 609	2 223
Prémios recebidos antecipadamente	31 572	24 841
Total	70 640	44 108

A rubrica estornos a pagar inclui uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos esperados do acerto dos prémios de acidentes de trabalho associados a apólices a prémios variáveis, que normalmente só são conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 13,4 milhões de euros. Esta estimativa foi calculada tendo em consideração a evolução da atividade económica em Portugal no decurso do Ano de 2020, com uma granularidade suficiente em termos de sectores de atividade por forma a permitir que a mesma fosse corretamente aplicada à carteira de seguros da Companhia, procurando refletir da melhor forma, os impactos daí decorrentes.

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Resseguradores	42 425	24 082
Ressegurados	75	109
Total	42 500	24 191

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Entidades relacionadas	463	504
Outros fornecedores de bens e serviços	3 824	1 537
IFAP	930	4
Pensões AT	1 415	1 155
Outros valores a pagar	8 542	7 611
Total	15 174	10 811

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Rendimentos Diferidos	26	22
Rendas	26	22
Acréscimo de Custos	71 107	45 430
Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	23 811	21 253
Custos de aquisição (incentivos e comissões)	29 874	15 690
Fornecimentos e serviços externos	17 273	8 330
Impostos	149	157
Total	71 133	45 452

Os valores de Acréscimos de Custos com pessoal incluem estimativas de custos da reestruturação no montante de 8.785 milhares de euros (2019: 10.242 milhares de euros).

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Contingências fiscais e de segurança social	168	-
Contingências judiciais	430	745
Outras provisões	184	115
Total	782	860

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	860	1 567
Dotações do exercício	238	505
Utilizações do exercício	-316	-1 212
Saldo em 31 de dezembro	782	860

NOTA 14 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vida						
Tradicionais	43 174	39 105	390	646	42 784	38 459
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	12 889	9 139	-	-	12 889	9 139
Não-Vida						
Acidentes e doença	296 805	275 818	-4 418	2 537	301 223	273 281
Incêndio e outros danos	126 280	116 897	3 005	1 165	123 275	115 732
Automóvel	385 720	364 211	6 750	12 111	378 971	352 100
Marítimo, aéreo e transportes	4 793	6 373	-225	-87	5 018	6 460
Responsabilidade civil geral	19 248	18 289	227	289	19 021	18 000
Crédito e caução	88	65	13	-6	75	71
Proteção jurídica	7	8	-0	-	8	8
Assistência	48 082	43 193	1 609	2 583	46 473	40 610
Diversos	2 977	3 157	6	-12	2 972	3 169
Total	940 063	876 255	7 355	19 226	932 708	857 029

Os prémios brutos emitidos estão deduzidos de uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos esperados do acerto dos prémios de acidentes de trabalho associados a apólices a prémios variáveis, que normalmente só são conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 13,4 milhões de euros. Esta estimativa foi calculada tendo em consideração a evolução da atividade económica em Portugal no decurso do Ano de 2020, com uma granularidade suficiente em termos de sectores de atividade por forma a permitir que a mesma fosse corretamente aplicada à carteira de seguros da Companhia, procurando refletir da melhor forma, os impactos daí decorrentes.

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vida						
Tradicionais	9 431	4 845	-5	1	9 436	4 844
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Não-Vida						
Acidentes e doença	6 430	5 591	-2 802	61	9 232	5 530
Incêndio e outros danos	47 105	44 001	1 706	1 061	45 400	42 940
Automóvel	2 121	1 339	-	-	2 121	1 339
Marítimo, aéreo e transportes	1 952	2 968	-117	-28	2 069	2 996
Responsabilidade civil geral	2 377	2 263	66	-111	2 311	2 374
Crédito e caução	7	25	-8	-4	15	29
Proteção jurídica	-	-	-	-2	-	2
Assistência	29 310	27 790	966	398	28 344	27 392
Diversos	2 838	2 865	71	-23	2 767	2 888
Total	101 571	91 687	-124	1 353	101 695	90 334

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não-Vida de 2020, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	295 263	298 410	233 483	72 217	2 850
Incêndio e outros danos	125 897	122 751	96 566	37 202	15 448
Automóvel					
Responsabilidade civil	232 299	228 882	168 618	51 609	5 519
Outras coberturas	153 281	149 935	67 429	40 658	-875
Marítimo, aéreo e transportes	4 744	4 942	2 274	1 281	287
Responsabilidade civil geral	19 205	18 937	21 835	5 788	2 072
Crédito e caução	88	75	-82	16	-
Proteção jurídica	7	8	16	5	-
Assistência	48 082	46 472	-1	14 274	-28 344
Diversos	2 977	2 972	4 017	633	1 207
Total	881 843	873 384	594 155	223 683	-1 836
Resseguro aceite	2 157	3 651	736	1 984	-180
Total Geral	884 000	877 035	594 891	225 667	-2 016

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

	2020	2019
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto e Resseguro Aceite	56 063	48 244
Relativos a contratos individuais	47 361	35 542
Relativos a contratos de grupo	8 702	12 702
	56 063	48 244
Periódicos	49 675	44 113
Não periódicos	6 388	4 131
	56 063	48 244
De contratos sem participação nos resultados	33 733	30 492
De contratos com participação nos resultados	22 330	17 752
	56 063	48 244
Saldo de Resseguro	-2 160	-1 480

NOTA 15 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos segregado pelos seus diversos tipos de crédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Juros	17 423	9 717
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 495	9 507
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	351	470
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	212	-
Depósitos, empréstimos e outros ativos	-635	-260
Rendas	45	-138
Terrenos e edifícios	45	-138
Dividendos	2 628	8 544
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 628	8 544
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Total	20 096	18 123

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	9 805	4 960
De emissores públicos	8 253	5 017
De outros emissores	112	72
Ações	2 516	8 472
Outros títulos de rendimento variável	45	-138
Imóveis	-589	-353
Depósitos	-46	93
Empréstimos e outros ativos	-	-
Total	20 096	18 123

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Custos imputados à função investimentos	3 372	5 832
Custos diretos de funcionamento	19	-
Total	3 391	5 832

NOTA 17 – GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	2020			2019		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros – Não ao Justo Valor por Resultados	3 717	-8 436	-4 719	9 952	-1 195	8 757
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 717	-8 436	-4 719	8 231	-1 195	7 036
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1 721	-	1 721
Financeiros – ao Justo Valor por Resultados	237	-160	77	23	-492	-469
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	237	-160	77	23	-492	-469
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos Não Correntes Classificados como Detidos para Venda	-	-	-	408	-	408
Terrenos e edifícios – Uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios – Rendimento	-	-	-	408	-	408
Total	3 954	-8 596	-4 642	10 383	-1 687	8 696

Os valores de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, em 2019, correspondem à mais-valia realizada na venda da Advancecare Health International, S.A. no valor de 1.721 milhares de euros.

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.) respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de 2.837 milhares de euros (2019: -3.791 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 18 – GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	2020			2019		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros – ao Justo Valor	33	-344	-311	911	-28	883
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	31	-130	-99	559	-28	531
Títulos de dívida	31	-130	-99	559	-28	531
Acções, UP's e outros títulos de rendimento variável	2	-214	-212	352	-	352
Não Financeiros	9	-	9	-	-	-
Terrenos e edifícios – Rendimento	9	-	9	-	-	-
Terrenos e edifícios – Serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Ativos não correntes classificados como detidos para venda	45	-473	-428	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	45	-473	-428	-	-	-
Terrenos e edifícios - Serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Total	87	-817	-730	911	-28	883

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.) respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de -3.023 milhares de euros (2019: 3.429 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

Registou-se igualmente em 2019 um ganho de ajustamento de justo valor de dívidas no valor de 220 milhares de euros.

NOTA 19 – GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	2020			2019		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	445	-1 757	-1 312	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	1 700	-763	937	-	-	-
Outros	1 210	-2 921	-1 711	925	-740	185
Total	3 355	-5 441	-2 086	925	-740	185

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Outros Rendimentos Técnicos	12 280	15 243
Comissões de gestão de cosseguro	109	113
Taxas de gestão de sinistros	1	-
Gestão por conta de sinistros	12 171	15 130
Outros Gastos Técnicos	16 655	20 557
Comissões de gestão de cosseguro	510	439
Gestão por conta de sinistros	10	-
Outros Gastos Técnicos	36	-
Gestão por conta de sinistros	16 100	20 118
Total	-4 375	-5 314

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Outros Rendimentos Não Técnicos	1 585	3 957
Restituição de impostos	157	165
Outros ganhos	1 163	3 193
Juros e outros ganhos financeiros	10	33
Serviços prestados	254	561
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	1	5
Outros Gastos Não Técnicos	1 067	5 468
Donativos	103	88
Mecenato	67	78
Ofertas a clientes	8	16
Multas	0	5
Quotizações	12	19
Dívidas incobráveis	320	4 401
Outros gastos	404	765
Serviços bancários e juros de mora	150	96
Gastos por alienação de ativos tangíveis	2	-
Total	519	-1 511

NOTA 21 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros – Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função é como segue:

	(milhares de euros) (%)									
2020	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	10 556	17%	20 530	34%	28 061	45%	1 579	3%	60 726	100%
Fornecimentos e serviços externos	5 771	12%	21 548	45%	20 798	44%	(573)	-1%	47 544	100%
Impostos	-	0%	4 198	67%	2 102	33%	3	0%	6 303	100%
Amortizações	1 337	9%	3 105	21%	9 584	64%	931	6%	14 957	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	1 432	100%	1 432	100%
Total	17 664	13%	49 381	38%	60 545	46%	3 372	3%	130 962	100%

	(milhares de euros) (%)									
2019	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	11 007	19%	19 678	34%	25 136	42%	2 532	4%	58 353	100%
Fornecimentos e serviços externos	5 851	15%	16 131	42%	14 633	38%	2 078	5%	38 693	100%
Impostos	2	0%	3 955	66%	2 003	34%	-	0%	5 960	100%
Amortizações	2 377	16%	4 034	27%	7 097	48%	1 277	9%	14 785	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	(54)	100%	(54)	100%
Total	19 237	16%	43 798	37%	48 869	42%	5 833	5%	117 737	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Eletroicidade e água	298	413
Combustíveis	359	599
Material de escritório, impressos e outros	83	67
Artigos para oferta	218	74
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	452	441
Manutenção de equipamento informático	4 417	3 293
Rendas	-96	272
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	654	860
Despesas de deslocação e representação	291	569
Comunicações telefónicas e redes	618	287
Correios	1 882	2 410
Seguros	349	305
Avenças e honorários	146	247
Publicidade e marketing	10 271	4 259
Limpeza, higiene e conforto	485	337
Vigilância e segurança	69	86
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	11 735	14 688
Serviços e desenvolvimentos informáticos	11 236	6 655
Quotizações APS	1 056	527
Cobrança de prémios	1 533	1 406
Formação de mediadores	93	151
Trabalho temporário	69	149
Outros serviços e fornecimentos diversos	1 326	598
Total	47 544	38 693

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Taxa para a ASF	2 204	2 000
Taxa para o FAT	2 070	1 954
Imposto municipal sobre imóveis	-	67
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	1 863	1 764
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	131	134
Outros impostos, taxas e licenças	35	41
Total	6 303	5 960

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	2 089	2 779
Software	380	418
Outros ativos intangíveis	3 438	3 116
Equipamento informático	486	325
Equipamento administrativo e máquinas	239	243
Instalações interiores	83	84
Ativos sob direito de uso (IFRS16)	6 862	6 354
Outro equipamento	1 375	1 466
Total	14 957	14 785

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Juros de empréstimos	131	-
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	1 301	-54
Total	1 432	-54

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	109 350	100 327
Custos imputados	49 381	43 798
Outros custos de aquisição	31 199	18 425
Custos de aquisição diferidos (variação)	-4 029	-853
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	3 900	4 796
Custos imputados	60 545	48 869
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-12 043	-18 018
Total	238 303	197 344

NOTA 22 – GASTOS COM PESSOAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2020	2019
Diretores/Gestão de Topo	26	23
Gestores/Gestão Intermédia	40	44
Coordenadores/Gestão Operacional	164	107
Técnicos	275	239
Especialistas/Operacionais	607	504
Auxiliares	2	3
Total	1 114	920

De realçar que decorrente da fusão efetuada a 1 de outubro de 2020 foram incorporados 295 trabalhadores das sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A.

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Remunerações – Orgãos sociais	766	2 079
Remunerações – Pessoal	38 524	34 434
Encargos sobre remunerações – Orgãos Sociais	121	515
Encargos sobre remunerações – Pessoal	8 948	8 058
Planos de contribuição definida	913	1 140
Benefícios pós-emprego – Planos de pensões de benefícios definidos	72	-7
Benefícios de cessação de emprego	8 173	10 033
Seguros obrigatórios	506	562
Gastos de ação social	1 556	1 113
Formação	428	338
Outros gastos com pessoal	719	88
Total	60 726	58 353

O valor de Benefícios de cessação de emprego de 2020 engloba os montantes tanto já incorridos como os ainda estimados relativos ao processo de reorganização aprovado pelo Conselho de Gestão Executivo, no seguimento dos processos de alteração acionista e de fusão ocorridos em 2020.

Os custos com pessoal incluem em 2020 um custo com planos individuais de reforma de 913 milhares de euros (2019: 1.140 milhares de euros), dos quais 49 milhares de euros (2019: 422 milhares de euros) dizem respeito aos órgãos sociais.

Os custos com pessoal incluem ainda em 2020 um custo com planos de pagamentos de ações de 142 milhares de euros (2019: zero), dos quais 46 milhares de euros (2019: zero) dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2020, excluindo despesas e imposto sobre o valor acrescentado, ascendem a 345 milhares de euros, dos quais 290 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 55 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente no âmbito de Solvência II e dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e política antifraude.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assume a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, a Companhia declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este contrato coletivo de trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Entretanto, a Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 o primeiro Acordo de Empresa (AE) conjunto com os representantes dos diversos sindicatos do setor, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2019 e substituiu os anteriores IRCT's aplicados na empresa. No caso das entidades que foram incorporadas em 2020, a celebração do acordo foi em 8 de março de 2019 e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 13 de 8 de abril de 2019.

As condições e clausulados previstos neste novo AE vieram alterar um conjunto de Benefícios atribuídos aos empregados da Companhia, nomeadamente:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores continuam a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, ao abrigo do qual a Companhia fará anualmente contribuições de 3,25% sobre a retribuição base anual do trabalhador. Sem prejuízo, os trabalhadores pré-reformados ou reformados antes de 1 de janeiro de 2019, continuarão abrangidos pelos sistemas previstos nos instrumentos de regulamentação coletivo aplicáveis à data em que se pré-reformaram ou reformaram.
- ii) o anterior prémio de permanência foi substituído por um prémio anual de carreira, equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos), sendo que este novo prémio se iniciou apenas a partir de 1 de janeiro de 2020. Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Companhia é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2020.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados pertencentes ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, são os seguintes:

	2020	2019
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,75%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	0,75%
Taxa de desconto	0,35%	0,30%
Probabilidade de passagem à pré-reforma	1,00%	5,00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores da Global Seguros, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2020	2019
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,75%
Taxa de desconto	0,60%	0,55%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	GKF 95	GKF 95
Mulheres	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores das sociedades Generali – Companhia de Seguros e Generali Vida – Companhia de Seguros, do Fundo de Pensões Generali, são as seguintes:

	2020	2019	2019
	Generali Não-Vida	Generali Não-Vida	Generali Vida
Pressupostos Financeiros			
Taxas de evolução salarial	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,75%	1,50%
Taxa de desconto	0,60%	0,55%	1,00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação			
Tábua de mortalidade			
Homens	GKF 95	GKF 95	SIM 2010
Mulheres	GKF 95	GKF 95	SIF 2010
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re	Suisse Re
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

O número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2020	2019
Ativos	47	31
Reformados	247	259
Total	294	290

As responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	(milhares de euros)					
	2020			2019		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-20 411	-94	-20 505	-24 429	-187	-24 616
Saldo do fundo em 31 de dezembro	25 433	-	25 433	27 013	-	27 013
Ativos/(Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de dezembro	5 022	-94	4 928	2 584	-187	2 397

Em 2020 a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo inclui as responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 658 milhares de euros e as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 134 milhares de euros.

Em 2019 esta rubrica incluía as responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 421 milhares de euros.

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelo Fundo para a Companhia através da aquisição de apólices de seguros de vida (rendas) junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas ocorreu em 30 de dezembro de 2016).

O número de pensionistas (rendeiros) coberto por essas apólices ascende a 241 (2019: 241), e o valor total da responsabilidade ascende a 4.314 milhares de euros (2019: 4.611 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade;
- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as responsabilidades com pensões em pagamento da Companhia encontravam-se integralmente financiadas. Os planos de pensões em questão são não contributivos e independentes da segurança social, sendo financiados pelos fundos de pensões da Companhia.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano para o Fundo de Pensões Açoreana Seguros no montante de 372 milhares de euros. A *duration* das responsabilidades da Companhia apresenta uma duração de cerca de 6 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade), 9 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros) e 20 anos (Fundo de Pensões Generali).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	2020			2019			(milhares de euros)
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	24 429	187	24 616	24 558	304	24 862	
Settlement de benefícios	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	28	-	28	51	-	-	51
Custo dos juros	164	3	167	303	4	307	
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-1 678	-48	-1 726	2 578	5	2 583	
Pensões pagas pelo Fundo	-2 800	-	-2 800	-3 061	-	-3 061	
Benefícios pagos pela Companhia	-	-48	-48	-	-126	-126	
<i>Curtailment</i>	-	-	-	-	-	-	
Efeito Fusão	268	-	268	-	-	-	
Responsabilidades em 31 de dezembro	20 411	94	20 505	24 429	187	24 616	

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	2020			2019			(milhares de euros)
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	
Saldo do Fundo em 1 de janeiro	27 013	-	27 013	27 458	-	27 458	
Settlement de benefícios	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento real do fundo							
Rendimentos de juros	123	-	123	365	-	365	
Ganhos e perdas atuariais	166	-	166	596	-	596	
Pensões pagas pelo fundo	-2 800	-	-2 800	-3 061	-	-3 061	
<i>Asset ceiling</i>	-1 432	-	-1 432	1 706	-	1 706	
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-51	-	-51	
Efeito Fusão	2 363	-	2 363	-	-	-	
Saldo do Fundo em 31 de dezembro	25 433	-	25 433	27 013	-	27 013	

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

	2020			2019			(milhares de euros)
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de janeiro	-6 955	213	-6 742	-7 282	208	-7 074	
(Ganhos) e perdas atuariais							
nas responsabilidades	-1 678	-48	-1 726	2 578	5	2 583	
nos ativos do plano	-166	-	-166	-596	-	-596	
<i>Asset ceiling</i>	1 432	-	1 432	-1 706	-	-1 706	
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	51	-	51	
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de dezembro	-7 366	165	-7 201	-6 955	213	-6 742	

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar pode ser analisada como segue:

	2020			2019		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos) / Passivos a Receber ou Entregar em 1 de janeiro	-2 584	187	-2 397	-2 900	304	-2 596
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-1 678	-48	-1 726	2 578	5	2 583
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-166	-	-166	-596	-	-596
Encargos do ano:						
Custo do serviço corrente	28	-	28	51	-	51
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	41	3	44	-62	4	-58
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-48	-48	-	-126	-126
<i>Asset ceiling</i>	1 432	-	1 432	-1 706	-	-1 706
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	51	-	51
Efeito Fusão	-2 095	-	-2 095	-	-	-
(Ativos) / Passivos a Receber ou Entregar em 31 de dezembro	-5 022	94	-4 928	-2 584	187	-2 397

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2020			2019		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	192	3	195	51	-	51
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	-123	-	-123	-62	4	-58
<i>Curtailment</i>	-	-	-	-	-	-
Custos do Exercício	69	3	72	-11	4	-7

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	(milhares de euros)			
	2020		2019	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	-410	427	-495	515
Variação na evolução das pensões	429	-416	562	-544
Variação na evolução dos salários	154	-178	179	-213

Tendo em atenção que coexistem três fundos, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 3 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados, e que não incluem qualquer ativo no Grupo, representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, podem ser analisados como segue:

	2020	2019
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 513	1 884
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	12 519	15 268
Imobiliário	130	157
Liquidez	2 593	877
Subscrições e resgates em processamento	-	-
Outros ativos	10	14
Total	16 765	18 200

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva n.º 2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos, que não incluem qualquer ativo no Grupo, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Ações e outros títulos de rendimento variável	6 355	7 517
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	7 963	8 427
Imobiliário	1 533	1 694
Liquidez	1 629	1 780
Subscrições e resgates em processamento	-	-
Outros ativos	10	-
Total	17 490	19 418

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões Generali e podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Ações e outros títulos de rendimento variável	41	n.a.
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	11 204	n.a.
Imobiliário	-	n.a.
Liquidez	147	n.a.
Subscrições e resgates em processamento	-	n.a.
Outros ativos	-579	n.a.
Total	10 813	-

Do valor total dos ativos dos 3 fundos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, Fundo de Pensões Açoreana Seguros e Fundo de Pensões Generali) cerca de 21% dizem respeito a ativos a cobrir os planos de contribuição definida. O valor total dos ativos dos 3 fundos estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 6, é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Nível 1	42 681	34 955
Nível 2	1 010	1 133
Nível 3	1 377	1 530
Total	45 068	37 618

A reconciliação dos ativos de nível 3 é como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
1 de janeiro	1 530	2 798
Compras	458	317
Alienações	-377	-714
Variação de justo valor	-234	-870
31 de dezembro	1 377	1 530

O nível 3 é representado essencialmente por fundos imobiliários fechados e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 138 milhares de euros (2019: 153 milhares de euros).

NOTA 24 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo que em 2019 se registou um prejuízo fiscal, o cálculo do imposto corrente do exercício de 2020 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5%, que corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2018 e genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspecionadas. Não obstante, já depois de ter inspecionado os exercícios de 2015 e 2016, a Autoridade Tributária decidiu proceder, em 2018, à inspeção sobre o exercício de 2014, exercício este que já tinha sido alvo de análise aquando do requerimento de manutenção de prejuízos fiscais solicitado pela Companhia em 2015 com decisão favorável da Autoridade Tributária no mesmo ano.

Desta inspeção ao exercício de 2014 resultaram divergências, maioritariamente relativas à aceitação de menos-valias sobre a venda de títulos, com impacto negativo nos resultados de 2018 no valor de 24,9 milhões de euros (0,5 milhões de euros de insuficiência de estimativa de imposto e 24,4 milhões de euros de reversão de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais), sendo que estas divergências vão ser impugnadas judicialmente pela Companhia.

De uma forma geral e referentes a questões fiscais de IRC, IVA, IMT e Imposto do selo, a Companhia já submeteu ou está a preparar a submissão de processos de impugnação judicial no valor total de cerca de 46,9 milhões de euros relativos a impostos e juros pagos ou à não aceitação de prejuízos fiscais, atinentes fundamentalmente a IRC dos exercícios de 2006 e 2014, no valor de 15,6 e 24,9 milhões de euros, respetivamente. No caso de as decisões judiciais serem favoráveis os respetivos valores serão considerados proveitos nos exercícios em que essas decisões sejam conhecidas e irrevogáveis, limitado, nos casos de IRC, à limitação temporal de utilização de reporte fiscal.

Os exercícios ainda não inspecionados estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

As entidades fusionadas na Companhia apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Adequação do Reporte	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização	(milhares de euros)
2014	9 288	6 344	-	2 944	2028	
2015	40 155	9 556	-	30 600	2029	
2016	105 034	188	-	104 845	2030	
2017	33 209	19 619	-	13 590	2024	
2018	13 082	-	330	12 753	2025	
2019	26 642	-	398	26 245	2026	
2020	7 593	-	-	7 593	2032	
Total	235 005	35 708	727	198 570		

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, a Companhia realizou um teste de recuperabilidade do total dos prejuízos fiscais das 6 entidades fusionadas face ao plano de negócio aprovado pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável (80% para os prejuízos gerados em 2020), não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e o último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirido pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido igualmente a aprovação prévia da ASF.

Tendo em atenção esta alteração da titularidade de mais de 50% do capital social a dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do artigo 52.º do Código do IRC, fica limitada. No entanto, esta condicionante pode ser evitada se for apresentado um requerimento de pedido de autorização para manutenção dos mesmos e a Autoridade Tributária permitir o uso dos ditos, se reconhecer interesse económico da operação, conforme n.º 12 do artigo 52.º do Código do IRC.

Dado o exposto, e considerando que a situação subjacente se enquadra também no âmbito da incerteza sobre tratamentos de imposto de rendimento, torna-se necessário determinar se este ativo de imposto deve ser reconhecido aplicando os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, e em conformidade com a interpretação definida na IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos, que foi aplicada para os exercícios que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

Esta interpretação acima referida veio clarificar que pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria em causa.

Dado que o requerimento foi apresentado de maneira pontual e oportuna à Autoridade Tributária, em 28 de janeiro, e dentro dos prazos estabelecidos pela lei (condição formal), e o interesse económico reconhecido da operação (condição material) é evidente e de conhecimento público, sendo minuciosamente detalhado no requerimento, é entendimento da Companhia poder reconhecer o ativo fiscal decorrente dos prejuízos fiscais existentes à data de 31 de dezembro de 2019, no montante de 41.424 milhares de euros, dado entender ser provável que o requerimento sobre os mesmos seja aceite.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados explicam-se como segue:

	(milhares de euros)			
	2020		2019	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	1 000	7 688	66	221
Retenção de imposto na fonte	1	1 936	0	1 305
Imposto sobre o valor acrescentado	82	284	82	710
Outros impostos e taxas	1 683	16 894	1 268	13 509
Contribuições para a segurança social	24	1 188	38	959
Tributos das autarquias locais	-	-	5 018	-
Total	2 790	27 991	6 472	16 705

Em 2017, a Companhia recebeu uma indicação favorável sobre o deferimento parcial de um requerimento de isenção de impostos liquidados no âmbito do processo de fusão de 2016 e da respectiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sendo essa a justificação do valor de Tributos das autarquias locais pois o reembolso estimado consistia em cerca de 4,9 milhões de euros.

Em 2018 a Companhia recebeu o efetivo deferimento parcial por parte da Autoridade Tributária, que permitiu rever o valor referido para 5,0 milhões de euros, e, dado que o deferimento não foi total, a Companhia interpôs ação judicial em janeiro de 2019 sobre os restantes 0,5 milhões de euros que perfaziam os 5,5 milhões de euros da totalidade do requerimento.

Em 2019, a Companhia recebeu adicionalmente o deferimento do pedido de restituição dos impostos em causa, tendo até final de 2020 já recebido a totalidade do ativo de imposto em causa.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço pelo seu líquido podem ser analisados como segue:

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Investimentos	30 595	26 840	-41 801	-12 952	-11 207	13 888
Benefícios pós-emprego	2 429	2 654	-	-	2 429	2 654
Provisões não aceites	2 527	178	-	-	2 527	178
Prejuízos fiscais	41 700	41 577	-	-	41 700	41 577
Imóveis	560	648	-	-	560	648
Value in force	3 374	3 726	-18	-286	3 357	3 439
Provisões técnicas	12 438	13 230	-	-	12 438	13 230
Outras diferenças temporárias	821	569	-	-	821	569
Total	94 444	89 421	-41 819	-13 239	52 625	76 183

Em 2020, e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 18.009 milhares de euros (2019: 17.472 milhares de euros) decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A.

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2020, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 207 milhares de euros (2019: 73 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2020, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2021 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspetiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 25,37% para 26,15% (aumento de cerca de 1.573 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios foram reconhecidos como segue:

2020	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Efeito fusão		Efeito fusão Reserva impostos	Total
			Resultados Transitados	8 652		
Imposto Corrente	-1 548	-6 019		-	-1 248	-8 815
Estimativa de IRC	-1 548	-5 415		-	-1 248	-8 211
Imposto autónomo	-	-603				-603
Imposto Diferido	-23 789	-1 694	8 652		-6 728	-23 559
Investimentos	-22 121	3 534	221		-6 728	-25 094
Benefícios pós-emprego	-	-253	28			-225
Provisões não aceites	-	1 831	518			2 349
Prejuízos fiscais	-1 667	-6 081	7 871			123
Imóveis	-	30	-118			-88
<i>Value in force</i>	-	-83	-			-83
Provisões técnicas	-	-791	-			-791
Outras diferenças temporárias	-	119	132			251
Total	-25 337	-7 713	8 652		-7 975	-32 373

2019	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total	
				(milhares de euros)
Imposto Corrente	-	-1 402	-1 402	
Estimativa de IRC	-	-	-	
Imposto autónomo	-	-1 402	-1 402	
Imposto Diferido	-15 384	18 503	3 119	
Investimentos	-11 721	1 775	-9 946	
Benefícios pós-emprego	-	2 072	2 072	
Provisões não aceites	-	-426	-426	
Prejuízos fiscais	-3 663	14 135	10 472	
Imóveis	-	2 153	2 153	
<i>Value in force</i>	-	-144	-144	
Provisões técnicas	-	-1 230	-1 230	
Outras diferenças temporárias	-	167	167	
Total	-15 384	17 101	1 717	

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

	2020	2019	(milhares de euros)
Resultado antes de impostos	26 608	-57 233	
Taxa de imposto nominal	26,80%	21,0%	
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-7 131	12 019	
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-499	-956	
Prejuízos fiscais desreconhecidos/Reporte de prejuízos fiscais não considerados	-250	4 877	
Outros proveitos e custos excluídos de tributação/diferença de taxa ID's	548	1 992	
Imposto Autónomo	-603	-1 402	
Imóveis	30	106	
Dividendos excluídos da tributação	1	2	
Benefícios fiscais	189	100	
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	2	362	
Imposto Reconhecido nos Resultados	-7 713	17 101	
Taxa de Imposto Efetiva	29,0%	29,9%	

NOTA 25 – CAPITAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, encontrando-se todos visíveis no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social ascende a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 84 milhões de euros, pelo seu anterior acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l.. O capital não realizado deverá ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

Em 2016, o anterior acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

A 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, sendo que os valores e condições atrás referidos de capital realizado, capital não realizado e prestações acessórias se mantêm todos em vigor.

Os resultados dos exercícios de 2019 e de 2018 foram aplicados em 2020 e 2019, respetivamente, conforme indicado:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Resultados transitados	-40 132	45 582
Pagamento de dividendos	-	-
Reserva legal	-	5 064
Total	-40 132	50 646

NOTA 26 – RESERVAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por Impostos Diferidos e Correntes

Os impostos diferidos e correntes reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas Livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva Desvios Atuariais

De acordo com o IAS 19 – Benefícios a empregados, a Companhia reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Reservas de justo valor de ativos financeiros	184 832	60 836
Reserva por impostos diferidos	-48 825	-15 512
Outras reservas	149 400	53 979
Reserva legal	49 903	47 237
Reserva desvios atuariais	7 201	6 742
Reservas livres	3 342	-
Outras reservas	88 954	-
Reservas	285 407	99 303

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Títulos de rendimento fixo	244 070	67 921
Títulos de rendimento variável	9 274	3 398
<i>Shadow accounting</i>	-68 512	-10 483
Reservas de Justo Valor	184 832	60 836

A reserva de justo valor líquida explica-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	2 258 060	1 588 807
Imparidade	-25 240	-14 880
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	2 232 820	1 573 927
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	2 486 375	1 645 246
Reserva de reavaliação bruta (justo valor – custo)	253 555	71 319
Reserva de reavaliação dos títulos reclassificados - Investimentos detidos até à maturidade	-211	-
Impostos diferidos e correntes	-48 825	-15 512
<i>Shadow Accounting</i>	-68 512	-10 483
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	136 007	45 324

O movimento da reserva de justo valor líquida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2020	2019
Saldo a 1 de janeiro	45 324	-3 605
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	201 320	81 703
Imparidade reconhecida no ano	-19 295	-11 864
Variações do <i>Shadow Accounting</i>	-58 029	-5 526
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	-33 313	-15 384
Saldo a 31 de dezembro	136 007	45 324

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O resultado por ação nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	18 895	-40 132
Número de ações (final do exercício)	182 000 000	182 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,10	-0,22

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, ao qual não foi pago qualquer dividendo no exercício de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Assicurazioni Generali S.p.A, à qual não foi pago qualquer dividendo no exercício de 2020.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia, as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões, os membros do Conselho de Administração e do Comité de Gestão Executiva.

Para além dos membros dos órgãos sociais atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhe são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

Dado que a 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, à data de 31 de dezembro de 2019, são consideradas entidades relacionadas da Companhia, em 2019, todas as suas participadas e as restantes entidades que integravam o anterior acionista, o Grupo Apollo, que em 15 de janeiro de 2015, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. tinha adquirido a totalidade do capital acionista da Companhia, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF igualmente.

Relativamente a 2020 as entidades relacionadas são todas as participadas e as restantes entidades do Grupo Generali, ao qual pertence o atual acionista.

À data de 31 de dezembro de 2020, os membros dos órgãos sociais são os seguintes: (i) Conselho de Administração: (Jaime Anchústequi Melgarejo, João Vieira de Almeida, Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, Riccardo Candoni e Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo); (ii) Comité de Gestão Executiva (Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, João Carlos Dores Candeias Barata, José António Correia Dias Nogueira da Silva e Rogério de Magalhães Dias) e (iii) Conselho Fiscal (Manuel Soares Pinto Barbosa, José Manuel Serrão, Nelson Marques Fontan e Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier).

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria);
- b) Associadas (resseguro e consultadoria);
- c) Outras entidades relacionadas (gestão de seguros do ramo saúde, seguros Vida e Não-Vida, consultadoria, gestão de ativos e serviços médicos).

O montante global dos ativos e passivos da Companhia referente a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, incluindo provisões técnicas, resume-se como segue:

	2020				2019				(milhares de euros)
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	
ADVANCECARE	-	2 936	8 067	284	1	1 041	8 674	250	
CLOSE TO CUSTOMERS, A.C.E.	10	-	4 712	120	85	-	4 955	120	
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS LLP	-	-	-	-	-	11	147	-	
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	25	25	-	-	-	-	255	
CALM EAGLE HOLDINGS SARL	-	-	-	-	7 195	-	-	70	
ESUMÉDICA	-	-	96	-	-	-	110	1	
TRQ ANGOLA	3 605	-	2 132	782	5 205	-	2 280	3 696	
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	492	-	150	889	186	-	1 801	673	
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	274	-	3	262	102	-	2	113	
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT (*)	-	-	-	429	-	-	-	2 626	
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND (*)	-	-	4 905	-	-	-	-	-	
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	-	-	-	555	-	-	-	2 920	
AAME FINANCIAL BOND FUND (*)	-	-	1 246	-	-	-	-	-	
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	-	-	-	289	-	-	-	734	
AACHENER UND MUNCHENER VERSICHERUNG AG	-	4	-	-	-	-	-	-	
ASSICURAZIONI GENERALI, S.P.A.	159 386	144 354	3 316	4 938	-	-	-	-	
ASSICURAZIONI GENERALI, S.P.A. UK BRANCH	-	0	-	-	-	-	-	-	
EUROP ASSISTANCE	15 816	3 726	31 404	-	-	-	-	-	
GENERALI CORPORATE SERVICES S.C.A.R.L.	-	0	-	-	-	-	-	-	
GENERALI ESPAÑA, S.A.	14 486	1 148	1 332	494	-	-	-	-	
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS S.A.	502	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI FRANCE S.A.	83	-	-	3	-	-	-	-	
GENERALI HOLDING VIENNA AG	12	20	-	-	-	-	-	-	
GENERALI HORIZON B.V.	-	5 000	66	-	-	-	-	-	
GENERALI IARD S.A.	460	24	-	-	-	-	-	-	
GENERALI INSURANCE ASSET MANAGEMENT S.P.A.	-	770	998	-	-	-	-	-	
GRUPO GENERALI ESPAÑA AGRUPACIÓN DE INTERÉS ECONÓMICO	2	-	-	-	-	-	-	-	
GSS - GENERALI SHARED SERVICES, SCARL (ALEMANHA) (*)	21	-	507	-	-	-	-	-	
GENERALI PARTICIPATIONS NETHERLANDS N.V.	-	5 000	66	-	-	-	-	-	
GENERALI BELGIUM S.A.	13	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI VERSICHERUNG AG (SUIÇA)	144	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI SCHADEVERZEKERING MIJ	15	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI ALLEGEMEINE VERSICHERUNG	10	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI VERSICHERUNG AG (ALEMANHA)	-	4	-	-	-	-	-	-	
GENERALI PROVIDENCIA BIZTOSITO	2	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI POJIST'OVNA A.S	2	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI SLOVENSKO POJIST'OVANA	-	1	-	-	-	-	-	-	
GENERALI ROMANIA ASIGURARE REA	19	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI TOWARZYSTWO UBEZPIECZ	6	-	-	-	-	-	-	-	
GENERALI CESKA POJIST'OVNA A.S	-	16	-	-	-	-	-	-	
FUNDO PENSÕES GENERALI	564	37	-	-	-	-	-	-	
	195 922	163 065	59 025	9 046	12 774	1 052	17 968	11 459	

* Entidade alienada em 2020

Em 2020 foi registado um reforço da imparidade sobre a participação financeira detida sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. no valor total de 2,1 milhões de euros, valor este que acresce à imparidade registada em 2018 por 5,2 milhões de euros.

Em 2020 foi registado um reforço da imparidade sobre as participações financeiras detidas sobre as 2 subsidiárias de Moçambique no valor total de 0,4 milhões de euros, valor este que acresce às imparidades registadas em 2019 de 1,3 milhões de euros e em 2017 de 1,5 milhões de euros.

Em 2020 foi ainda registada uma redução de imparidade de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. de 0,1 milhões de euros (2019: reforço de 0,1 milhões de euros) e uma redução de imparidade sobre as 2 subsidiárias de Moçambique de 0,5 milhões de euros (2019: reforço de 0,7 milhões de euros).

Em 2020 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 61 milhares de euros (2019: 189 milhares de euros).

Em 2020 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração no valor de 49 milhares de euros (2019: 424 milhares de euros).

Em 2020 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 46 milhares de euros (2019: zero).

Em 2020 não foi registado qualquer custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativos a membros do Conselho de Administração (2019: 3.289 milhares de euros).

Em 2019 e 2020 não foram feitas quaisquer transferências para os fundos de pensões de benefício definido.

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver adicionalmente informação divulgada na nota 22 e nas Políticas de Remuneração.

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 – COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia detinha uma opção de compra de 2% do capital social da Tranquilidade Corporação Angolana de Seguros S.A., opção essa válida até 31.12.2020. Tendo em conta a atual conjuntura da pandemia mundial, bem como a situação económica em Angola, o Conselho de Administração considerou não ser do interesse da Companhia exercer a referida opção de compra.

NOTA 32 – FUSÃO

Tal como referido na Nota 1 e tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 01 de outubro de 2020, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas Notas anteriores corresponde em 2020 ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2020 corresponde portanto à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada, conforme normas contabilísticas.

Desta forma, as demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que a esta data apenas diziam respeito à Seguradoras Unidas, S.A.

Considerando que as 3 entidades, estavam sob o controlo comum (“under common control”) da acionista única Assicurazioni Generali, S.p.A., a fusão foi efetuada tendo por base os valores contabilísticos dos ativos e passivos (“book value”) e ao abrigo do regime da neutralidade fiscal.

O balanço fusionado decomposto pelos balanços das entidades alvo da operação efetuada, bem como a indicação dos ajustamentos efetuados na fusão, com data efeito de 01 de outubro de 2020, e segmentados pelas mais significativas rubricas do balanço, podem ser analisados como segue:

Rubricas	Seguradoras Unidas 30.09.2020	Efeito fusão (Integração saldos Generali - Comp Seguros)	Efeito fusão (Integração saldos Generali Vida)	Efeito fusão (Ajustamentos)	Efeito fusão (Total)	Generali Seguros 01.10.2020
Caixa, depósitos, ativos financeiros e investimentos	1 897 023	209 527	430 435		639 962	2 536 985
Terrenos e edifícios, outros ativos tangíveis e intangíveis	96 658	3 181	803	1 186	5 170	101 828
Provisões técnicas de resseguro cedido	135 502	32 722	138 561		171 283	306 785
Outros devedores e ativos por benefícios pós-emprego	75 312	22 244	8 755	5 414	36 413	111 725
Ativos por impostos	60 371	9 267	467	-6 846	2 888	63 259
Acréscimos e diferimentos e outros ativos	81 736	311	31		342	82 078
Ativos não correntes detidos para venda	7 674					7 674
Total Ativo	2 354 276	277 252	579 052	-246	856 058	3 210 334
Provisões técnicas	1 812 634	188 794	411 359	5 414	605 567	2 418 201
Passivos financeiros	111 682	19 246	131 253	-319	150 180	261 862
Outros credores e passivos por benefícios pós-emprego	71 387	7 811	7 249		15 060	86 447
Passivos por impostos	28 246	10 318	1 269	-6 730	4 857	33 103
Acréscimos e diferimentos, outras provisões e outros passivos	78 320	7 259	1 350		8 609	86 929
Total Passivo	2 102 269	233 428	552 480	-1 635	784 273	2 886 542
Capital	84 000	73 000	14 000	-87 000		84 000
Outros instrumentos de capital	27 097					27 097
Reservas de reavaliação	119 372	25 485	4 887		30 372	149 744
Reserva por impostos diferidos	-30 651	-6 465	-1 510		-7 975	-38 626
Outras reservas	54 017	3 573	2 858	88 389	94 820	148 837
Resultados transitados	-34 768	-44 699	5 244	-5 977	-45 432	-80 200
Resultado do exercício	32 940	-7 070	1 093	5 977		32 940
Total Capital Próprio	252 007	43 824	26 572	1 389	71 785	323 792
Total Passivo e Capital Próprio	2 354 276	277 252	579 052	-246	856 058	3 210 334

Os procedimentos de integração contabilística da operação de fusão consistiram num conjunto alargado de movimentos que se consubstanciaram essencialmente em eliminação de saldos intra-grupo, reclassificação de saldos tendo em vista a harmonização de enquadramentos e transferência de resultados das empresas incorporadas para resultados transitados.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras, são as seguintes:

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visou atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tinha data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 – com adoção antecipada permitida – para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Definição de Materialidade (alterações à IAS 1 e IAS 8)

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar as empresas a fazer julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em (a) substituir o termo “poder influenciar” por “poder razoavelmente considerar que poderá influenciar”; (b) incluir o conceito de “ocultação” juntamente com os conceitos de “omissão” e “distorção” de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de caráter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata.”

As alterações foram efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podiam ser aplicadas antecipadamente.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do *benchmark* da taxa de juro. As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa, a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do *benchmark* de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflete as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis. As alterações tinham uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Definição de negócio (alterações à IFRS 3 Concentração de Negócios)

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar *outputs*. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode se qualificar como um negócio sem incluir todos os *inputs* e processos necessários para criar *outputs*, ou incluindo os próprios *outputs*, substituindo o termo “capacidade de criar *outputs*” por “capacidade de contribuir para a criação de *outputs*”.

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir *inputs* ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo *outputs*. As alterações concentram-se em se os *inputs* adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte anual com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Covid-19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.

Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juro – Fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros – Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, no entanto não espera quaisquer impactos significativos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma seguradora, que compra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 17 – Contratos de seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurada e apresentada a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023.

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	(valores em euros)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, SUBSIDIÁRIAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em subsidiárias							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	0,00	0,00
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	0,00	0,00
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	0,00	0,00
Total	119 448	0,00			10 489 491,01		2,00
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
B.P.G. SA	10 472			2,09	21 905,33	0,63	6 590,77
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA SA	7 500			0,00	0,00	0,00	0,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	13,76	103 215,70
AUDATEX PORTUGAL	150			301,47	45 220,35	301,47	45 220,35
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	0,00	0,00
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 197,46	47 898,49
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	41,71	722 094,16
NOS ACORES	13 936			24,65	343 497,32	14,47	201 662,39
AUDATEX PORTUGAL	75			249,40	18 704,92	301,47	22 610,25
BANIF SGPS	6 954 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
BANCO ESPIRITO SANTO-REG (BES PL)	243 000			0,72	175 670,10	0,00	0,24
ENTIGERE	23 200			0,00	0,00	0,00	0,00
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
FINPRO SCR SA FVO	2 284 652			0,00	0,00	0,00	0,00
IMOVALORSGII	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Portugal Capital VenturesS.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	5,17	13 064,63
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	3,00	166 800,00
subtotal	6 957 418 275	0,00			2 138 979,43		1 329 157,98
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANIF IMOGEST	174 417			14,38	2 507 274,52	8,36	1 457 951,70
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			0,01	37,02	5,11	17 881,05
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	201 403 854			0,01	1 874 109,30	0,01	1 867 013,73
EXPLORER II	80			10 087,02	811 281,75	6 674,25	536 798,58
SC1 Classe A Fundo Capital Risco	1 000 000			0,57	573 178,77	0,60	602 000,00
FUNDO DE COMPENSAÇÃO SU	46 902			1,07	50 085,48	1,13	53 026,88
subtotal	202 628 754	0,00			5 815 966,84		4 534 671,94
subtotal	7 160 047 029	0,00			7 954 946,27		5 863 829,92
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
INFRAESTRUTURAS 4.675 10/16/24		2 150 000,00	118,62%	100,0%	2 150 000,00	119,6%	2 571 302,86
PORTUGUESE OT'S 4.1 04/15/37		35 000 000,00	155,59%	96,6%	33 809 858,50	158,5%	55 479 626,22
PORTUGUESE OT'S 4.95 10/25/23		17 480 000,00	115,76%	106,3%	18 578 956,68	116,7%	20 393 329,72
PORTUGUESE OT'S 4.1 02/15/45		10 815 000,00	174,21%	123,1%	13 314 372,20	177,8%	19 228 002,18
PORTUGUESE OT'S 2.875 10/15/25		11 615 000,00	116,01%	103,1%	11 974 981,05	116,6%	13 545 169,20
PORTUGUESE OT'S 0.475 10/18/30		68 900 000,00	104,36%	98,9%	68 171 554,00	104,5%	71 971 562,94
PGB 0.9 10/12/35		12 394 041,10	107,30%	100,0%	12 399 066,42	107,7%	13 352 523,43
PORTUGUESE OT'S 5.65 02/15/24		34 340 000,00	119,51%	114,7%	39 387 770,06	124,4%	42 734 486,40
O.T. Fev 3.875% /15-02-2030		30 940 000,00	135,60%	120,5%	37 296 251,90	139,0%	43 003 571,67
PGB 2.2 10/17/22 FVO		10 445 000,00	105,28%	101,7%	10 621 168,70	105,7%	11 044 045,12
PORTUGUESE OT'S 2.875 07/21/26		2 225 000,00	118,14%	99,1%	2 204 514,50	119,4%	2 657 169,80
PORTUGUESE OT'S 4.125 04/14/27		8 415 000,00	128,05%	117,2%	9 861 773,95	131,0%	11 023 792,28
PORTUGUESE OT'S 2.125 10/17/28		11 453 846,15	117,90%	101,8%	11 660 213,92	118,3%	13 554 049,02
PGB 2 1/4 04/18/34		22 400 000,00	126,01%	109,0%	24 417 997,50	127,6%	28 579 804,19
PORTUGUESE OT'S 1.95 06/15/29		13 550 000,00	117,34%	102,7%	13 910 401,50	118,4%	16 043 643,31
PORTUGUESE OT'S 3.85 04/15/21		31 272 214,28	100,46%	90,4%	28 260 571,74	103,2%	32 272 410,17
subtotal	0	323 395 101,53			338 019 452,62		397 454 488,51

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.2.3 - De outros emissores							
FNAC INVEST 22/05/1995 FVO		24 950,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995 FVO		49 900,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BRISA 3.875% 04/21		400 000,00	100,57%	112,3%	449 113,50	103,5%	413 899,74
BRISA 1.875% 04/25		1 600 000,00	107,63%	102,4%	1 638 917,44	108,9%	1 742 239,77
C.G.D. TV CMS Cap-Floor/05-08-2021 FVO		1 000 000,00	102,48%	80,0%	800 000,00	104,5%	1 045 078,78
GALP ENERGIA 3% 01/14/21		1 200 000,00	100,10%	103,4%	1 240 487,69	103,0%	1 235 810,81
RENTIGLOBO SGPS 1,5% 17-200626		661 800,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	275,75
RENTIGLOBO SGPS 0% 17-200626		401 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 0% 200626		2 006 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
EDP FINANCE 4,125% 01/21		500 000,00	100,19%	111,0%	555 171,80	104,1%	520 424,46
EDP FINANCE 2,625% 01/22		1 900 000,00	102,97%	107,0%	2 033 843,07	105,5%	2 003 940,92
REN FINANCE BV 2,5% 02/25		750 000,00	110,70%	106,2%	796 349,65	112,9%	846 799,57
EDP FINANCE BV 1,625 01/26/26		1 700 000,00	107,75%	99,7%	1 695 002,00	109,3%	1 857 456,86
	subtotal	0	12 193 650,00		9 208 885,15		9 665 926,66
	subtotal	0	335 588 751,53		347 228 337,77		407 120 415,17
	Total	7 160 047 029	335 588 751,53		355 183 284,04		412 984 245,09
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
KBC GROUP NV (KBC BB)	671			64,63	43 368,61	57,28	38 434,88
ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV (ABI BB)	524			58,19	30 491,31	57,01	29 873,24
ROCHE HOLDING AG-GENUSSCHEIN (ROG SE)	62			311,17	19 292,59	285,70	17 713,47
ABB LTD-REG (ABBN SE)	1 511			21,33	32 232,76	22,85	34 521,58
BAYERISCHE MOTOREN WERKE AG (BMW GY)	488			62,24	30 372,88	72,23	35 248,24
DEUTSCHE POST AG-REG (DPW GY)	1 243			33,35	41 449,26	40,50	50 341,50
HEIDELBERGCEMENT AG (HEI GY)	536			65,93	35 338,02	61,22	32 813,92
HENKEL AG & CO KGAA VORZUG (HEN3 GY)	225			93,71	21 083,74	92,30	20 767,50
COVESTRO AG (ICOV GY)	775			44,44	34 442,14	50,48	39 122,00
SIEMENS AG-REG (SIE GY)	499			95,31	47 560,74	117,52	58 642,48
VOLKSWAGEN AG (VOW GY)	343			170,93	58 630,00	170,10	58 344,30
ALLIANZ SE-REG (ALV GY)	225			197,90	44 526,79	200,70	45 157,50
MUENCHENER RUECKVER AG-REG (MUV2 GY)	113			265,82	30 037,73	242,80	27 436,40
HUGO BOSS AG -ORD (BOSS GY)	529			36,19	19 145,92	27,29	14 436,41
DELIVERY HERO SE (DHER GY)	107			37,91	4 056,76	127,00	13 589,00
INSTONE REAL ESTATE GROUP AG (INS GY)	364			10,75	3 913,00	21,00	7 644,00
COMMERZBANK AG (CBK GY)	4 221			5,57	23 501,61	5,27	22 227,79
SIEMENS ENERGY AG (ENR GY)	249			21,10	5 255,07	30,00	7 470,00
EVONIK INDUSTRIES AG (EVK GY)	275			27,05	7 438,57	26,68	7 337,00
PORSCHE AUTOMOBIL HLDG-PRF (PAH3 GY)	728			58,30	42 443,50	56,40	41 059,20
TRATON SE (BTRA GY)	891			25,41	22 640,46	22,61	20 141,06
BANCO SANTANDER SA (SAN SQ)	11 371			3,64	41 435,43	2,54	28 859,60
CAIXABANK SA (CABK SQ)	4 513			2,45	11 045,28	2,10	9 481,81
INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL (ITX SQ)	752			29,18	21 941,08	26,04	19 582,08
NCG BANCO NC	185 838			0,50	92 919,00	0,00	0,00
ACS ACTIVIDADES CONS Y SERV (ACS SQ)	1 193			30,37	36 229,64	27,15	32 389,95
REPSOL SA (REP SQ)	3 666			13,88	50 889,60	8,25	30 244,50
TELEFONICA SA (TEF SQ)	8 243			6,58	54 223,03	3,25	26 748,54
REPSOL SA-RTS (REP/D SM)	3 666			0,00	0,00	0,29	1 048,11
TELEFONICA SA-RTS (TEF/D SM)	8 243			0,00	0,00	0,18	1 501,05
NOKIA OYJ (NOKIA FH)	14 839			3,72	55 214,05	3,15	46 757,69
CREDIT AGRICOLE SA (ACA FP)	745			11,22	8 361,20	10,32	7 688,40
SAFRAN SA (SAF FP)	295			143,88	42 444,82	115,95	34 205,25
CARREFOUR SA (CA FP)	1 876			16,05	30 103,03	14,03	26 320,28
TOTAL SE (FP FP)	1 556			48,88	76 057,92	35,30	54 926,80
ACCOR SA (AC FP)	698			33,26	23 215,75	29,60	20 660,80
BOUYGUES SA (EN FP)	347			37,73	13 091,29	33,65	11 676,55
SANOFI (SAN FP)	213			85,73	18 260,94	78,70	16 763,10
AXA SA (CS FP)	1 578			23,06	36 392,59	19,51	30 789,94
DANONE (BN FP)	394			72,89	28 719,67	53,76	21 181,44
PERNOD RICARD SA (RI FP)	135			159,13	21 483,09	156,80	21 168,00
MICHELIN (CGDE) (ML FP)	114			108,94	12 418,76	104,95	11 964,30
PEUGEOT SA (UG FP)	2 685			16,62	44 622,58	22,37	60 063,45
SCHNEIDER ELECTRIC SE (SU FP)	501			93,12	46 652,61	118,30	59 268,30
COMPAGNIE DE SAINT GOBAIN (SGO FP)	1 359			34,15	46 412,22	37,50	50 962,50

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	Unitário	Total
CAPGEMINI SE (CAP FP)	149			101,12	15 066,19	126,80	18 893,20	
VINCIS SA (DG FP)	337			86,43	29 127,89	81,36	27 418,32	
VIVENDI (VIV FP)	1 654			23,43	38 751,89	26,38	43 632,52	
SOCIETE GENERALE SA (GLE FP)	1 493			29,80	44 496,13	17,02	25 413,85	
BNP PARIBAS (BNP FP)	968			48,13	46 585,15	43,11	41 725,64	
ORANGE (ORA FP)	3 226			14,11	45 506,03	9,73	31 401,88	
AMUNDI SA (AMUN FP)	82			48,85	4 005,30	66,80	5 477,60	
REXEL SA (RXL FP)	475			7,89	3 748,22	12,90	6 125,13	
BRITISH AMERICAN TOBACCO PLC (BATS LN)	1 063			40,27	42 806,94	30,25	32 159,58	
IMPERIAL BRANDS PLC (IMB LN)	1 266			23,23	29 408,89	17,15	21 717,61	
BP PLC (BP/ LN)	8 364			5,26	43 975,11	2,85	23 809,04	
ROYAL DUTCH SHELL PLC-A SHS (RDSA NA)	1 823			26,09	47 555,37	14,61	26 641,32	
UNILEVER PLC (UNA NA)	828			51,56	42 688,39	49,57	41 039,82	
VODAFONE GROUP PLC (VOD LN)	28 236			1,84	51 897,49	1,35	38 150,62	
CRH PLC (CRH ID)	1 191			27,03	32 188,88	34,02	40 517,82	
LINDE PLC (LIN GY)	199			154,74	30 792,94	213,00	42 387,00	
INTESA SANPAOLO (ISP IM)	19 301			2,28	43 937,05	1,91	36 915,09	
ENI SPA (ENI IM)	4 025			14,09	56 695,31	8,55	34 405,70	
SNAM SPA (SRGI IM)	2 399			4,53	10 873,41	4,60	11 037,80	
MONCLER SPA (MONC IM)	243			34,67	8 424,95	50,14	12 184,02	
TECHNOGYM SPA (TGYM IM)	2 592			7,24	18 767,18	9,24	23 950,08	
UNICREDIT SPA (UCG IM)	3 427			12,77	43 757,29	7,65	26 209,70	
GRUPO GENERALI ESPANA AIE	2			1 000,00	2 000,00	1 000,00	2 000,00	
ARCELORMITTAL (MT NA)	2 816			11,66	32 844,22	18,88	53 166,08	
AIRBUS SE (AIR FP)	298			122,83	36 602,13	89,78	26 754,44	
NN GROUP NV (NN NA)	1 081			39,28	42 463,39	35,53	38 407,93	
ABN AMRO GROUP NV-CVA (ABN NA)	3 213			17,16	55 149,60	8,02	25 768,26	
FERRARI NV (RACE IM)	61			134,53	8 206,07	188,65	11 507,65	
ING GROEP NV (INGA NA)	7 284			10,75	78 283,68	7,64	55 657,04	
AKZO NOBEL N.V. (AKZA NA)	402			66,07	26 560,70	87,86	35 319,72	
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS SA	26 912			18,66	502 154,60	18,66	502 154,60	
	subtotal	394 809	0,00		2 929 320,17		2 608 522,97	
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
ISHARES CORE EURO CORP BOND	131 458			134,01	17 616 445,94	136,49	17 942 702,42	
ISHARES EURO CORP EX-FINCL	503 978			120,44	60 701 466,21	122,86	61 916 217,20	
ISHARES EURO CORP EX-FIN 1-5	318 500			111,38	35 474 582,50	111,46	35 498 417,50	
ISHARES EURO CORP 1-5YR	262 900			111,87	29 410 375,00	112,02	29 450 058,00	
ISHARES EURO HY CORP	81 956			105,13	8 616 414,69	102,72	8 418 520,32	
ISHARES EURO ULTRASHORT BOND	163 000			100,37	16 360 149,82	100,21	16 333 415,00	
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	6 300			21,23	133 722,83	39,20	246 960,00	
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	9 700			20,72	200 961,19	39,54	383 538,00	
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	21 000			10,47	219 840,39	18,27	383 670,00	
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	52 500			9,93	521 414,15	17,27	906 675,00	
FIDELITY TARGET 2045 ACÇÕES	160			14,70	2 352,73	16,57	2 651,20	
FIDELITY TARGET 2050 ACÇÕES	240			14,43	3 463,83	16,56	3 974,40	
GENERALI INV SICAVINCOME PARTNERS ASIAN DEBT FUND	212 226			91,04	19 321 315,96	96,04	20 382 424,64	
ABERDEEN SM BETA LVGE GROWTH FUND E	1 000			17,56	17 560,52	18,55	18 549,90	
LO ASIA VALUE BOND SHE X1	274 199			91,17	24 999 999,94	102,47	28 097 136,31	
GENERALI MULTI MANAGER SOLUTIONS UMBRELLA ALGEBRIS CREDIT FUND (1)	300 000			100,00	30 000 000,00	100,46	30 138 000,00	
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	38 886			1 009,64	39 260 628,21	1 045,07	40 638 263,36	
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	1 002 032			100,90	101 105 841,06	80,90	81 060 921,85	
	subtotal	3 380 036	0,00		383 966 534,97		371 822 095,10	
	subtotal	3 774 845	0,00		386 895 855,14		374 430 618,07	
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
REPUBLIC AUSTRIA 6,25% /15-07-2027		1 350 000,00	145,90%	161,6%	2 182 208,55	148,8%	2 008 721,73	
REPUBLIC OF AUSTRI 4,15% 03/15/37		2 700 000,00	171,35%	155,8%	4 207 735,49	174,7%	4 715 800,68	
REPUBLIC OF AUSTRI 2,4% 05/23/34		2 610 000,00	136,39%	124,2%	3 242 088,68	137,8%	3 597 795,58	
REPUBLIC OF AUSTRIA 0,75% 10/20/2026		8 058 000,00	108,25%	102,5%	8 257 886,71	108,4%	8 734 657,92	
REPUBLIC OF AUSTRIA 1,5% 20/02/2047		16 000 000,00	138,36%	111,0%	17 767 680,00	139,7%	22 344 125,38	
BELGIAN 0304 5 03/28/35		5 035 000,00	174,51%	160,6%	8 086 285,01	178,3%	8 978 331,80	
Belgium Kingdom 4,00%/28-03-2022		2 700 000,00	105,80%	121,0%	3 266 171,21	108,8%	2 938 839,13	
BELGIAN 0320 4,25 03/28/41		2 700 000,00	182,29%	120,0%	3 240 994,00	185,5%	5 009 108,96	
BELGIAN 0324 4,5 03/28/26		70 000,00	127,41%	99,8%	69 825,70	130,8%	91 585,34	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BELGIAN 0325 4.25 09/28/22	1 650 000,00	108,66%	114,8%	1 893 943,47	109,8%	1 810 988,52	
BELGIAN 0326 4 03/28/32	900 000,00	149,20%	109,7%	987 390,00	152,2%	1 370 179,34	
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/31	5 660 000,00	114,17%	100,2%	5 670 748,10	114,7%	6 491 997,44	
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/26	12 684 100,00	109,03%	103,8%	13 161 842,19	109,6%	13 896 766,22	
BELGIUM KINGDOM 1,6% 06/22/47	34 000 000,00	133,46%	96,8%	32 919 800,00	134,3%	45 663 171,92	
BELGIUM KINGDOM 0,9% 06/22/29	10 000 000,00	111,68%	108,3%	10 833 100,00	112,2%	11 215 789,47	
BELGIUM KINGDOM 1,7% 06/22/50	17 000 000,00	138,57%	125,6%	21 358 120,00	139,5%	23 708 709,76	
BUNDES 0% 15/08/26	23 630 800,00	104,24%	97,8%	23 101 200,01	104,2%	24 633 738,66	
Bund Deutschland 4,75% /04-07-2028	2 900 000,00	142,32%	153,9%	4 464 124,11	144,7%	4 195 338,90	
BUNDES 5,5% 01/04/31	16 890 324,12	163,10%	167,9%	28 352 435,80	168,5%	28 467 613,98	
Bund Deutschland 4,75% /04-07-2034	15 300 000,00	173,56%	164,2%	25 126 293,67	175,9%	26 913 559,06	
BUNDES 4% 01/04/37	20 985 000,00	173,34%	159,2%	33 409 490,45	177,3%	37 206 584,45	
SPANISH GOVT 6 01/31/29	6 913 000,00	149,80%	142,9%	9 879 660,92	155,3%	10 735 315,18	
SPANISH GOVT 4,9 07/30/40	6 275 000,00	180,89%	148,9%	9 341 493,30	183,0%	11 480 800,46	
SPANISH GOVT 4,7 07/30/41	870 000,00	179,22%	145,6%	1 266 644,10	181,2%	1 576 501,54	
Bonos Spanish 5,50% /30-04-2021	4 190 000,00	101,94%	119,7%	5 016 209,16	105,6%	4 426 090,15	
SPANISH GOVT 5,9 07/30/26	3 545 000,00	135,37%	137,5%	4 873 908,89	137,9%	4 887 033,66	
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5,85% 01/22	8 000 000,00	106,98%	124,6%	9 965 036,82	112,3%	8 987 158,41	
SPANISH GOVT 5,4% 01/31/23	1 550 000,00	112,50%	126,5%	1 960 580,62	117,4%	1 820 381,17	
SPANISH GOVT 4,4 10/31/23	9 430 000,00	114,16%	122,9%	11 585 582,48	114,9%	10 834 652,03	
SPANISH GOVT 5,75 07/30/32	3 635 000,00	164,43%	147,4%	5 357 044,35	166,9%	6 065 094,37	
Bonos Spanish 5,15% /31-10-2028	2 585 000,00	141,75%	138,2%	3 571 395,29	142,6%	3 686 485,75	
SPANISH GOVT 5,15 10/31/44	300 000,00	197,72%	154,2%	462 727,41	198,6%	595 730,55	
SPANISH GOVT 2,75 10/31/24	3 740 000,00	112,61%	111,1%	4 153 486,63	113,1%	4 228 640,80	
SPANISH GOVT 1,95 07/30/30	7 460 000,00	118,64%	103,9%	7 752 758,63	119,5%	8 911 766,50	
SPANISH GOVT 2,15 10/31/25	3 900 000,00	112,63%	106,1%	4 138 302,47	113,0%	4 406 649,99	
SPGB 0,75% 07/30/21 FVO	70 000,00	100,77%	102,1%	71 446,46	101,1%	70 759,11	
SPANISH GOVT 2,9 10/31/46	1 600 000,00	149,96%	132,3%	2 117 144,00	150,4%	2 407 068,75	
SPANISH GOVT 3,45 07/30/66	1 150 000,00	181,01%	142,4%	1 637 471,50	182,5%	2 098 374,90	
SPANISH GOVT 1,5 04/30/27	3 900 000,00	111,64%	98,2%	3 829 140,00	112,6%	4 393 283,29	
SPANISH GOVT 2,35 07/30/33	2 100 000,00	126,26%	104,3%	2 190 219,75	127,3%	2 672 277,57	
SPGB 4,2% 01/31/37	1 276 000,00	159,27%	123,4%	1 574 545,01	163,1%	2 081 289,09	
SPANISH GOVT 1,45 10/31/27	500 000,00	111,66%	98,4%	491 890,00	111,9%	559 525,56	
SPANISH GOVT 1,4 04/30/28	350 000,00	111,82%	99,8%	349 275,50	112,8%	394 651,29	
SPANISH GOVT 2,7 10/31/48	1 500 000,00	146,94%	127,4%	1 910 257,50	147,4%	2 210 894,10	
SPANISH GOVT 1,45 04/30/29	250 000,00	113,00%	103,3%	258 135,00	114,0%	284 940,07	
SPANISH GOVT 1 10/31/50	800 000,00	103,54%	98,2%	785 232,00	103,7%	829 650,14	
O.A.T. 5,75% /25-10-2032	2 000 000,00	172,59%	178,4%	3 567 517,38	173,6%	3 472 925,59	
O.A.T. 4,00% /25-04-2055	6 000 000,00	216,91%	165,2%	9 914 032,28	219,6%	13 178 806,56	
O.A.T. 3,75%/25-04-2021	4 500 000,00	101,36%	115,4%	5 191 311,22	103,9%	4 676 613,71	
FRANCE O.A.T. 4 10/25/38	900 000,00	172,23%	113,8%	1 024 415,00	173,0%	1 556 717,14	
FRANCE O.A.T. 4,25 10/25/23	2 520 000,00	114,17%	127,5%	3 212 263,80	114,9%	2 896 660,34	
FRANCE O.A.T./L 1,1 07/25/22	500 000,00	118,34%	98,0%	489 891,23	118,9%	594 409,95	
FRANCE O.A.T. 3,5 04/25/26	1 980 000,00	122,44%	125,4%	2 483 494,20	124,8%	2 471 769,47	
FRANCE O.A.T. 3,25 05/25/45	700 000,00	172,90%	100,6%	704 347,00	174,9%	1 224 019,40	
FRANCE O.A.T. 0,5 05/25/25	1 500 000,00	105,18%	94,4%	1 416 210,00	105,5%	1 582 277,67	
FRANCE O.A.T. 1 11/25/25	6 700 000,00	108,24%	99,8%	6 685 101,00	108,3%	7 258 668,78	
FRANCE GOVT 1,5% 05/25/31	29 030 000,00	119,41%	106,1%	30 804 305,61	120,3%	34 928 608,47	
FRANCE GOVT 1,25% 05/25/36	33 578 800,00	120,31%	98,8%	33 161 409,86	121,1%	40 650 466,30	
FRANCE GOVT 0,25% 25/11/26	23 383 700,00	105,12%	95,8%	22 403 326,34	105,1%	24 585 666,50	
FRANCE GOVT 0% 05/25/22 FVO	50 000,00	100,97%	100,6%	50 282,50	101,0%	50 484,50	
FRANCE O.A.T. 1,7 05/25/39	75 000,00	132,18%	101,5%	76 094,25	133,1%	99 817,94	
FRANCE GOVT 2% 05/25/48	5 150 000,00	145,80%	105,7%	5 443 835,00	147,0%	7 570 891,33	
IRISH GOVT 5,92% 05/42	5 262 278,41	177,57%	157,6%	8 292 295,64	181,2%	9 536 264,89	
IRISH GOVT 2,4 05/15/30	11 250 000,00	126,46%	119,3%	13 421 423,50	128,0%	14 397 119,65	
IRISH GOVT 1 05/15/26	2 500 000,00	108,65%	103,0%	2 573 955,01	109,3%	2 732 062,65	
IRISH GOVT 1,7 05/15/37	1 200 000,00	128,63%	95,1%	1 140 663,00	129,7%	1 556 437,30	
BTPS 6,5 11/01/27	800 000,20	142,56%	117,5%	940 141,88	143,6%	1 149 111,46	
BTPS 5% 03/01/25	7 507 000,00	121,61%	128,9%	9 674 342,42	123,3%	9 253 679,56	
BTPS 3,75 03/01/21	872 000,00	100,68%	92,0%	802 533,40	101,9%	888 816,99	
BTPS 4,5% 03/01/26	282 000,00	123,32%	127,3%	359 008,21	124,8%	351 970,11	
B.T.P.S. Italia 4,75% /01-09-2021	100 000,00	103,50%	117,6%	117 627,76	105,1%	105 071,58	
BTPS 5,5% 11/22	2 880 000,00	110,81%	125,0%	3 600 653,71	111,7%	3 217 383,73	
BTPS 4,5% 05/23	2 400 000,00	111,47%	121,4%	2 912 681,18	112,2%	2 692 902,77	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BTPS 4.5% 03/24	1 800 000,00	115,17%	123,1%	2 215 103,31	116,7%	2 099 759,08	
BTPS 3.75% 09/24	3 775 000,00	114,51%	119,0%	4 490 966,72	115,8%	4 369 581,31	
B.T.P.S. Italia 2.00% /01-12-2025	1 650 000,00	110,18%	106,9%	1 764 094,68	110,3%	1 820 617,75	
BTPS 0.35 02/01/25 FVO	20 000,00	102,20%	100,9%	20 189,40	102,3%	20 468,77	
NETHERLANDS GOVT 4% 01/15/37	5 450 000,00	171,65%	157,7%	8 595 828,78	175,5%	9 564 156,18	
Netherlands Gov. 3.75%/15-01-2023	5 000 000,00	109,15%	123,2%	6 161 920,81	112,7%	5 637 322,37	
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/15/33	6 617 900,00	136,14%	127,9%	8 464 822,89	138,5%	9 168 050,46	
NETHERLANDS GOVT 0.5% 15/07/2026	5 229 700,00	106,61%	100,8%	5 269 727,90	106,8%	5 587 326,34	
REP OF SLOVENIA 4.625 09/09/24	2 000 000,00	119,11%	125,4%	2 508 136,51	120,5%	2 410 895,90	
REP OF SLOVENIA 4.375 01/18/21	3 300 000,00	100,19%	118,4%	3 906 639,00	104,3%	3 443 545,78	
REP OF SLOVENIA 5.125 03/30/26	1 225 000,00	129,57%	137,5%	1 683 833,00	133,4%	1 634 671,31	
REP OF SLOVENIA 1.5 03/25/35	3 645 000,00	120,69%	93,9%	3 422 949,56	121,8%	4 441 262,94	
REP OF SLOVENIA 2.125 07/28/25	1 050 000,00	112,06%	113,5%	1 192 012,43	113,0%	1 186 135,64	
REP OF SLOVENIA 3.125 08/07/45	500 000,00	167,79%	129,3%	646 529,00	169,0%	845 195,55	
REP OF SLOVENIA 2.25 03/03/32	5 950 000,00	126,38%	102,3%	6 086 291,60	128,2%	7 630 791,60	
REP OF SLOVENIA 1.75 11/03/40	5 800 000,00	129,80%	96,6%	5 605 500,78	130,1%	7 544 726,84	
REP OF SLOVENIA 1.25 03/22/27	800 000,00	110,17%	98,3%	786 722,00	111,1%	889 153,31	
SLOVAKIA GOVT 1 05/14/32	860 870,00	116,04%	99,4%	855 463,74	116,7%	1 004 368,24	
SLOVAKIA GOVT 3.625 01/16/29	800 000,00	134,28%	125,0%	1 000 096,00	137,7%	1 101 961,25	
SLOVAKIA GOVT 1.375 01/21/27	600 000,00	111,88%	102,3%	613 908,00	113,2%	679 046,19	
SLOVAKIA GOVT 1.625 01/21/31	1 250 000,00	121,94%	102,3%	1 278 250,00	123,5%	1 543 379,86	
SLOVAKIA GOVT 1.875 03/09/37	1 300 000,00	131,74%	122,3%	1 590 433,00	133,3%	1 732 391,14	
SLOVAKIA GOVT 2 10/17/47	500 000,00	146,04%	99,4%	497 245,69	146,5%	732 251,24	
Republic Austria TV CMS Floor/28-07-2025 FVO	1 000 000,00	107,79%	106,5%	1 064 600,00	108,2%	1 082 138,95	
REP OF POLAND 5.25 01/20/25	700 000,00	122,73%	120,8%	845 250,00	127,7%	893 829,18	
REPUBLIC OF POLAND 4% 03/23/21	2 000 000,00	101,01%	114,0%	2 279 066,09	104,1%	2 082 296,34	
REP OF POLAND 3.75 01/19/23	920 000,00	108,40%	99,8%	918 252,00	112,0%	1 030 005,05	
REP OF POLAND 3 01/15/24	1 700 000,00	110,23%	100,1%	1 701 062,50	113,1%	1 922 803,21	
MEX 3 5/8 04/09/29	1 500 000,00	118,09%	111,5%	1 672 450,00	120,7%	1 811 009,47	
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24	440 000,00	104,57%	99,6%	438 423,68	105,9%	465 964,96	
ROMANIA 2.75 10/29/25	675 000,00	110,64%	105,0%	708 750,00	111,1%	750 020,48	
ROMANIA 3.875 10/29/35	2 600 000,00	122,36%	101,5%	2 639 495,00	123,0%	3 198 836,90	
REPUBLIC OF PERU 2.75% 01/30/26	500 000,00	113,51%	109,5%	547 337,11	116,0%	580 196,19	
CHILE 1.75 01/20/26	1 900 000,00	108,68%	98,3%	1 866 857,16	110,3%	2 096 259,61	
REP OF LATVIA 1.375 05/16/36	1 287 000,00	119,19%	95,0%	1 222 171,69	120,1%	1 545 118,58	
ROMANIA 2.875 05/26/28	4 850 000,00	112,28%	103,9%	5 038 091,00	114,0%	5 529 312,15	
INDON 3 3/4 06/14/28	7 000 000,00	120,85%	111,2%	7 785 000,00	122,9%	8 602 879,77	
REP OF LATVIA 2.25 02/15/47	800 000,00	145,64%	104,1%	832 796,00	147,6%	1 180 827,51	
ROMANIA 2.375 04/19/27	2 300 000,00	109,18%	100,5%	2 310 735,00	110,8%	2 549 339,81	
REPHUN 1 3/4 10/10/27	7 000 000,00	110,05%	105,6%	7 393 750,00	110,4%	7 730 009,33	
MEX 1 3/4 04/17/28	600 000,00	105,16%	92,4%	554 100,00	106,4%	638 399,33	
CHILE 1.44 02/01/29	12 000 000,00	108,76%	105,3%	12 630 000,00	110,1%	13 207 409,10	
ROMANIA 2.5 02/08/30	500 000,00	109,41%	97,0%	484 875,00	111,6%	558 209,31	
INDON 1 3/4 04/24/25	2 900 000,00	105,42%	104,6%	3 033 400,00	106,6%	3 092 201,15	
CHILE 0.83 07/02/31	2 725 000,00	104,47%	101,4%	2 764 240,00	104,9%	2 858 139,68	
CYPRUS 2 3/8 09/25/28	10 600 000,00	117,29%	109,1%	11 562 733,00	117,9%	12 499 701,82	
ROMANIA 4.125% 03/11/2039	2 200 000,00	124,98%	100,4%	2 208 250,00	128,3%	2 822 868,84	
ROMANIA 2.875 03/11/29	800 000,00	112,61%	111,0%	888 000,00	114,9%	919 443,41	
KAZAKS 1.55 11/09/23	2 900 000,00	103,40%	103,1%	2 990 625,00	103,6%	3 004 966,62	
CYPRUS 2 3/4 02/26/34	5 500 000,00	128,63%	106,1%	5 838 000,00	131,0%	7 202 559,39	
MEX 1 5/8 04/08/26	1 600 000,00	104,30%	99,0%	1 583 690,00	105,5%	1 687 848,49	
UNITED MEXICAN 2.875 04/08/39	11 198 000,00	108,81%	90,8%	10 162 863,10	110,9%	12 420 384,28	
INDON 1.45 09/18/26	3 000 000,00	104,81%	99,7%	2 991 000,00	105,2%	3 156 561,74	
LITHUANIA 1.625 06/19/49	1 117 000,00	132,12%	97,5%	1 089 220,21	133,0%	1 485 433,01	
KSA 0 3/4 07/09/27	3 600 000,00	103,52%	102,0%	3 672 450,00	103,9%	3 739 754,43	
SAUDI INT BOND 2 07/09/39	7 289 000,00	108,82%	93,8%	6 838 945,24	109,8%	8 001 483,28	
ROMANIA 2.124% 07/16/2031	2 250 000,00	105,99%	88,0%	1 980 000,00	107,0%	2 406 868,38	
KAZAKS 1 1/2 09/30/34	3 000 000,00	105,23%	92,3%	2 769 450,00	105,6%	3 168 249,25	
REPUBLIC OF INDONESIA 1.4% 10/30/2031	10 000 000,00	103,06%	88,4%	8 837 500,00	103,3%	10 329 885,62	
INDONESIA (REP) 0.9 02/14/27	2 000 000,00	101,60%	99,1%	1 982 500,00	102,5%	2 049 294,41	
MEX 1 1/8 01/17/30	13 300 000,00	99,56%	85,1%	11 318 000,00	100,6%	13 383 600,74	
ROMANI 2 01/28/32	1 500 000,00	104,88%	86,1%	1 291 875,00	106,7%	1 600 843,05	
HUNGARY 1.75 06/05/35	600 000,00	110,78%	97,3%	583 992,00	111,8%	670 705,55	
BGARIA-FLIRB-REG 1.375 09/23/50	1 118 000,00	103,26%	97,6%	1 090 787,88	103,6%	1 158 564,76	
HUNGARY 0.5 11/18/30	1 628 000,00	99,28%	98,6%	1 605 826,64	99,3%	1 617 253,78	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
HUNGARY 1.5 11/17/50		1 242 000,00	101,23%	96,4%	1 196 766,36	101,4%	1 259 473,89
CHINA (PEOPLE'S) 0.625 11/25/35		1 600 000,00	99,85%	99,4%	1 591 120,00	99,9%	1 598 573,86
	subtotal	0	635 395 472,73		728 063 074,78		811 994 626,72
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMMUNAUTE FRANCAISE BEL 2.1% 30/06/2067		20 000 000,00	148,66%	99,5%	19 901 800,00	149,7%	29 943 177,83
NRW 1 16/10/46		10 000 000,00	121,14%	85,5%	8 545 000,00	121,3%	12 134 990,92
COMMUNITY OF MADRID 4.125% 05/24		3 000 000,00	115,18%	120,2%	3 605 855,38	117,7%	3 531 368,85
COMUNIDAD MADRID 3.25 05/03/46		2 500 000,00	150,20%	108,6%	2 714 125,00	152,4%	3 808 864,79
MADRID 0.419 04/30/30		9 800 000,00	102,75%	101,6%	9 956 800,00	103,0%	10 097 250,14
BASQUE GOV'T 1.125 04/30/29		700 000,00	109,35%	99,8%	698 607,00	110,1%	770 768,81
CORES 1.75 11/24/27		500 000,00	111,99%	100,1%	500 450,00	112,2%	560 826,01
EFSF 1.7% 02/13/43		20 000 000,00	135,74%	111,0%	22 192 000,00	137,2%	27 447 544,48
EFSF 2 28/02/56		20 000 000,00	165,51%	107,3%	21 454 000,00	167,2%	33 436 974,53
EFSF 1.8% 07/10/48		10 000 000,00	147,72%	103,8%	10 382 000,00	148,6%	14 858 260,12
ESM 1.85 01/12/55		15 000 000,00	158,53%	105,0%	15 747 000,00	158,7%	23 802 148,92
CAISSE AMORT DET 3.375 04/25/21		100 000,00	101,21%	99,8%	99 763,00	103,5%	103 517,99
SAGESS 3.125 10/21/22		900 000,00	106,38%	99,7%	897 075,00	107,0%	962 889,52
CAISSE AMORT DET 4 12/15/25		300 000,00	122,56%	103,6%	310 683,00	122,7%	368 194,57
VILLE DE MARSEIL 4 07/18/24		2 000 000,00	110,18%	100,0%	2 000 000,00	112,0%	2 240 003,27
ASSIST PUBL HOPIT PARIS 1.75% 11/27/41		7 500 000,00	123,35%	101,7%	7 628 425,00	123,5%	9 263 665,40
DUTCH TSY CERT 0 01/28/21		18 000 000,00	100,06%	100,1%	18 018 180,34	100,1%	18 011 421,36
EUROPEAN INV BK 5.625 02/15/28		595 200,00	143,22%	99,3%	591 117,52	148,1%	881 753,53
RESEAU FERRE FRA 4.375 06/02/22		1 350 000,00	106,85%	100,6%	1 358 061,50	109,4%	1 476 758,07
BNG BANK NV 4.125 01/13/25		950 000,00	118,39%	99,4%	944 471,00	122,4%	1 162 534,72
SNCF SA 4.375 04/15/26		500 000,00	124,26%	98,9%	494 515,00	127,4%	636 861,64
RESEAU FERRE FRA 3.3 12/18/42		800 000,00	158,30%	101,9%	815 048,00	158,4%	1 267 357,85
VNESHECONOMBANK 4.032% 02/21/23		750 000,00	106,15%	98,9%	734 791,87	109,6%	822 105,05
	subtotal	0	145 245 200,00		149 589 768,61		197 589 238,37
2.2.2.3 - De outros emissores							
VIGAV 5 1/2 10/09/43		1 400 000,00	113,97%	109,5%	1 533 215,81	115,2%	1 613 152,52
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		220 000,00	101,21%	100,0%	219 934,64	101,7%	223 720,26
PROXIMUS SADP 1.875 10/01/25		400 000,00	109,16%	98,8%	395 364,00	109,6%	438 515,02
ELIA TRANS BE 3.25 04/04/28		600 000,00	122,39%	102,5%	615 210,00	124,8%	748 837,02
AB INBEV SA/NV 3.25 01/24/33		1 800 000,00	130,56%	98,9%	1 780 236,00	133,6%	2 404 663,48
ABIBB 2 3/4 03/17/36		800 000,00	125,98%	104,0%	832 220,84	128,2%	1 025 273,07
AB INBEV SA/NV 2 01/23/35		500 000,00	115,89%	98,4%	492 160,00	117,8%	588 840,52
ABIBB 2 1/8 12/02/27		320 000,00	113,73%	106,5%	340 672,98	113,9%	364 471,01
ABIBB 3 7 04/02/40		6 000 000,00	141,51%	112,1%	6 723 000,00	144,3%	8 656 760,66
LONNVX 1 5/8 04/21/27		220 000,00	109,47%	103,6%	227 949,65	110,6%	243 320,91
UBS AG 02/12/26		1 805 000,00	100,65%	104,1%	1 878 247,85	104,8%	1 892 505,86
UBS 1 1/2 11/30/24		600 000,00	104,55%	101,8%	610 672,29	104,7%	628 075,46
CS 3 1/4 04/02/26		200 000,00	113,12%	107,7%	215 412,54	115,5%	231 095,64
DAIMLER AG 1.875% 07/24		1 000 000,00	106,60%	105,7%	1 057 057,64	107,5%	1 075 042,27
ALVGR 1 3/8 04/21/31		500 000,00	113,78%	106,6%	533 000,10	114,7%	573 662,00
ANNGR 2 3/4 03/22/38		500 000,00	129,39%	109,5%	547 574,18	131,5%	657 592,91
VONOVIA BV 3.625 10/08/21		300 000,00	103,01%	104,0%	312 000,00	103,8%	311 543,40
ALLIANZ SE 4.75 PERP		600 000,00	111,55%	106,8%	640 960,00	112,4%	674 591,58
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		280 000,00	103,53%	99,7%	279 035,38	104,5%	292 729,28
DWNIGY 1 04/30/25		100 000,00	104,50%	99,8%	99 808,40	105,2%	105 168,05
DAIMLER AG 1.5 03/09/26		1 426 000,00	107,37%	99,5%	1 418 406,82	108,6%	1 548 508,45
SCHAFFLER AG 1.875 03/26/24		1 000 000,00	103,01%	102,6%	1 025 930,00	104,5%	1 044 523,56
SCHAFFLER AG 2.875 03/26/27		1 400 000,00	106,50%	101,7%	1 423 800,00	108,7%	1 521 876,72
ALVGR 1.301 09/25/49		600 000,00	103,39%	95,3%	571 556,58	103,7%	622 439,94
Commerzbank AG 7.75% 16-03-2021		100 000,00	101,42%	117,0%	117 032,88	107,6%	107 578,02
TALANX AG 3.125 02/13/23		1 300 000,00	107,26%	100,0%	1 299 454,00	110,0%	1 430 133,25
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		1 000 000,00	108,76%	107,2%	1 071 822,13	109,9%	1 099 157,95
CAIXAB 0 7/8 10/28/27		4 900 000,00	102,46%	99,8%	4 890 384,00	102,6%	5 027 918,43
MAPSM 1 5/8 05/19/26		1 500 000,00	109,62%	103,4%	1 551 431,18	110,6%	1 659 356,78
Univ Politec Valencia 6.6%/15-12-2022		498 839,96	111,08%	113,5%	566 198,00	111,4%	555 575,29
CRITERIA CAIXA 1.375 04/10/24		2 200 000,00	104,21%	100,4%	2 209 261,00	105,2%	2 314 528,94
NESTE OIL OYJ 2.125 03/17/22		700 000,00	101,92%	99,7%	697 552,00	103,6%	725 190,14
LA POSTE 03/23 TF 4,375% 26/06/2023		1 500 000,00	111,37%	123,9%	1 858 082,94	113,6%	1 704 324,57
Cie Financement Foncier 5.75% /04-10-2021		500 000,00	104,71%	124,5%	622 681,64	106,1%	530 475,49
GIE PSA TRESORERIE 03/33 TF 6% 19/09/2033		800 000,00	150,71%	121,5%	971 985,68	152,4%	1 219 196,18
VEOLIA ENVIRONNEMENT 5.125 05/24/22		200 000,00	107,48%	101,5%	203 039,00	110,6%	221 167,20

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
AUTOROUTES DU SU 5.625 07/04/22	1 000 000,00	108,85%	105,2%	1 051 734,00	111,6%	1 116 227,66	
ELEC DE FRANCE 4.625 04/26/30	2 000 000,00	140,55%	98,6%	1 972 459,00	143,7%	2 874 128,08	
CRED MUTUEL HOME 4.125 01/16/23	1 200 000,00	109,52%	99,2%	1 190 200,00	113,5%	1 361 624,79	
SOC GENERALE SCF 4.25 02/03/23	1 000 000,00	110,01%	100,2%	1 002 200,00	113,9%	1 138 626,01	
KLEPIERRE 4.75 03/14/21	1 000 000,00	100,87%	109,1%	1 091 400,00	104,7%	1 046 682,54	
TECHNIPFMC 4 06/15/27	2 000 000,00	112,98%	100,1%	2 001 001,00	115,2%	2 303 157,99	
AUTOROUTES DU SU 2.875 01/18/23	600 000,00	106,43%	99,3%	595 740,00	109,2%	654 976,18	
AUCHAN SA 2.25 04/06/23	500 000,00	104,99%	101,9%	509 465,00	106,6%	533 216,73	
GECINA 2.875 05/30/23	100 000,00	106,71%	96,4%	96 352,00	108,4%	108 407,43	
Casino Guichard Call 4.87%/31-01-2048	1 100 000,00	50,49%	95,2%	1 046 945,88	54,1%	595 581,67	
Electricite France Call 4.125% TV/22-01-2048	1 100 000,00	103,63%	95,0%	1 045 369,98	107,5%	1 182 534,93	
Electricite France Call 5,0% TV/22-01-2049	2 000 000,00	114,86%	94,4%	1 888 094,51	119,6%	2 391 285,09	
COFACE SA 4.125 03/27/24	1 300 000,00	110,67%	101,1%	1 314 176,00	113,8%	1 479 727,34	
LA BANQUE POSTAL 04/23/26	300 000,00	100,79%	99,7%	299 115,00	102,7%	308 079,56	
GDF SUEZ PERP	500 000,00	110,55%	99,0%	494 930,00	112,8%	564 023,40	
ASSURANCE CREDIT 4.625 06/04/24	500 000,00	105,47%	100,0%	500 000,00	108,1%	540 642,81	
WENDEL 2,75% 10/24	100 000,00	109,49%	99,6%	99 611,08	110,2%	110 171,75	
KLEPI 1.75 11/06/24	300 000,00	107,13%	98,0%	293 868,00	107,4%	322 167,50	
BNP PARIBAS 4.032 PERP	1 500 000,00	113,28%	100,1%	1 501 875,00	113,7%	1 705 098,51	
EDENRED 1.375% 03/25	900 000,00	105,74%	99,2%	892 866,24	106,9%	961 661,01	
GDF SUEZ 1% 03/13/26	2 300 000,00	105,35%	99,4%	2 286 574,73	106,1%	2 441 429,14	
SUEZ ENVIRON PERP	500 000,00	102,24%	99,5%	497 625,00	104,1%	520 672,35	
FONCIERE MURS 2.218 05/29/23	1 500 000,00	101,68%	100,0%	1 500 000,00	103,0%	1 544 827,85	
SCOR SE 06/05/47	1 300 000,00	115,32%	99,3%	1 291 400,00	117,2%	1 523 291,90	
GECINA 2 06/17/24	400 000,00	107,28%	97,8%	391 200,00	108,4%	433 443,24	
ACFP 2 3/8 09/17/23	2 000 000,00	105,33%	99,0%	1 979 000,00	106,4%	2 127 521,92	
SCOR 3 06/08/46	1 400 000,00	112,84%	107,5%	1 504 654,69	114,5%	1 603 419,20	
SANFP 1 1/8 04/05/28	400 000,00	109,44%	106,3%	425 319,79	110,3%	441 064,76	
SEVFP 1 1/4 05/19/28 (1)	1 000 000,00	107,72%	104,4%	1 043 596,77	108,5%	1 084 972,31	
GROUPAMA 6% 01/23/27	3 100 000,00	125,25%	103,0%	3 191 937,91	130,9%	4 056 971,08	
ACFP 1 1/4 01/25/24	6 000 000,00	102,46%	94,5%	5 670 000,00	103,6%	6 216 861,77	
AIFP 1 03/08/27	400 000,00	107,29%	104,8%	419 163,52	108,1%	432 407,29	
LRFP 1 7/8 07/06/32	500 000,00	118,28%	110,0%	549 933,38	119,2%	595 976,92	
ACAFP 2 5/8 01/29/48	1 700 000,00	108,13%	98,6%	1 676 776,57	110,5%	1 879 214,14	
BPCEGP 0 7/8 01/31/24	400 000,00	102,78%	99,4%	397 633,91	103,6%	414 306,98	
CARMILA SA 2.125 03/07/28	1 200 000,00	105,59%	103,2%	1 238 234,00	107,3%	1 287 974,46	
SANFP 1 03/21/26	500 000,00	106,40%	104,7%	523 666,83	107,2%	535 892,33	
MICHELIN 2.5 09/03/38	1 000 000,00	135,69%	100,2%	1 002 108,00	136,5%	1 365 074,37	
EDF 4 PERP	400 000,00	107,92%	98,9%	395 534,43	108,9%	435 505,69	
BNP 2 1/8 01/23/27	200 000,00	109,61%	105,1%	210 199,70	111,6%	223 204,00	
AUCHAN SA 2.625 01/30/24	2 200 000,00	106,79%	99,9%	2 198 232,00	109,2%	2 402 452,95	
SOCGEN 1 1/4 02/15/24	700 000,00	103,81%	99,8%	698 523,00	104,9%	734 330,39	
ULFP 1 3/4 02/27/34	500 000,00	103,89%	89,3%	446 719,88	105,4%	526 825,64	
CRD MUTUEL ARKEA 3.375 03/11/31	500 000,00	122,28%	115,6%	578 000,00	125,0%	625 048,17	
ETLFP 2 1/4 07/13/27	900 000,00	108,36%	106,6%	959 256,00	109,4%	984 741,84	
PUBFP 1 1/4 06/13/28	300 000,00	104,92%	92,6%	277 658,09	105,6%	316 837,00	
BANQ FED CRD MUT 1.875 06/18/29	200 000,00	110,04%	99,7%	199 368,00	111,0%	222 099,90	
RTE RESEAU DE TR 1.125 09/09/49	1 000 000,00	110,40%	95,6%	956 400,00	110,7%	1 107 460,75	
ORAfp 1 3/4 PERP	600 000,00	103,14%	102,7%	616 380,00	104,5%	627 088,44	
SOCGEN 0 7/8 09/24/29	600 000,00	102,61%	92,9%	557 696,49	102,8%	617 053,45	
ICADFP 0 7/8 11/04/29	12 000 000,00	102,73%	92,5%	11 095 200,00	102,9%	12 343 942,06	
EFFP 0 05/27/23	200 000,00	100,39%	98,9%	197 807,90	100,4%	200 779,82	
BNP 0 1/2 06/04/26	200 000,00	101,82%	97,1%	194 108,34	102,1%	204 221,84	
EDF 2 12/09/49	400 000,00	116,92%	94,7%	378 985,87	117,0%	468 148,83	
BPCEGP 0 5/8 01/15/30	600 000,00	104,09%	98,3%	589 778,34	104,7%	628 141,35	
BNP 1 7/8 12/14/27	500 000,00	118,61%	107,6%	537 873,51	118,7%	593 532,07	
BFCM 1 1/4 12/05/25	500 000,00	115,86%	109,3%	546 571,64	116,0%	579 819,27	
MCFP 0 1/8 02/11/28	600 000,00	101,29%	96,2%	577 456,71	101,4%	608 393,78	
MCFP 0 3/8 02/11/31	300 000,00	102,24%	95,5%	286 584,26	102,6%	307 714,10	
ENGIFP 1 3/8 03/27/25	200 000,00	106,07%	103,9%	207 746,38	107,1%	214 238,10	
ENGIFP 1 3/4 03/27/28	200 000,00	111,76%	107,0%	213 918,04	113,1%	226 192,10	
ENGIFP 2 1/8 03/30/32	100 000,00	120,00%	112,3%	112 289,54	121,6%	121 621,62	
CAFP 2 5/8 12/15/27	200 000,00	116,67%	110,1%	220 264,44	116,8%	233 579,54	
SEVFP 1 1/4 04/02/27	200 000,00	107,05%	103,4%	206 757,66	108,0%	215 963,50	
AIFP 1 04/02/25	100 000,00	104,91%	103,3%	103 266,25	105,7%	105 656,05	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
AIFP 1 3/8 04/02/30	100 000,00	112,8%	107,3%	107 322,53	113,9%	113 852,71	
ADPFP 2 3/4 04/02/30	1 500 000,00	121,55%	115,7%	1 736 205,00	123,6%	1 854 081,35	
ORAFP 1 1/4 07/07/27	100 000,00	108,16%	103,5%	103 479,33	108,8%	108 768,60	
ULFP 2 5/8 04/09/30	500 000,00	113,65%	100,5%	502 264,40	115,6%	577 796,50	
ADPFP 1 1/2 07/02/32	4 800 000,00	111,30%	105,2%	5 051 520,00	112,0%	5 378 239,28	
ACAFP 2 07/17/30	6 400 000,00	107,05%	104,8%	6 707 391,00	108,0%	6 909 974,82	
LA MONDIALE 0,75 04/20/26	600 000,00	101,10%	99,4%	596 412,00	101,2%	607 469,20	
CARDFP 1 5/8 05/30/27	5 000 000,00	101,82%	100,7%	5 033 500,00	102,0%	5 097 931,53	
UNICREDIT SPA 5,25 04/30/23	1 900 000,00	113,43%	100,0%	1 899 125,00	117,0%	2 222 203,45	
INTESA SANPAOLO 3,625 12/05/22	400 000,00	107,93%	99,0%	396 120,00	108,2%	432 759,64	
UNIONE DI BANCHE 3,125 02/05/24	340 000,00	111,15%	99,9%	339 826,60	114,0%	387 478,05	
MONTE DEI PASCHI 2,875 04/16/21	498 000,00	100,92%	99,8%	496 819,74	103,0%	512 744,95	
PURPLE PROTECTED ASSET	21 505 387,76	100,72%	100,5%	21 607 601,72	100,8%	21 681 194,30	
AMGN 4,563 06/15/48	500 000,00	107,43%	114,4%	572 239,75	107,6%	538 001,36	
AAPL 3,35 02/09/27	465 000,00	93,04%	102,7%	477 376,18	94,1%	437 636,36	
AAPL 3,2 05/11/27	170 000,00	92,55%	102,3%	173 959,83	92,9%	157 954,38	
AAPL 2 3/4 01/13/25	610 000,00	88,70%	99,1%	604 527,89	89,7%	547 472,38	
BNP 3 3/8 01/09/25	436 000,00	89,49%	95,6%	416 893,48	90,8%	395 912,33	
BMY 3 7/8 08/15/25	800 000,00	93,21%	103,1%	824 737,22	94,4%	755 131,29	
C 3,668 07/24/28	490 000,00	92,97%	98,3%	481 865,09	94,3%	461 955,18	
CMCSA 4 1/4 10/15/30	455 000,00	100,42%	109,4%	497 905,65	101,2%	460 248,19	
CS 4,282 01/09/28	700 000,00	94,66%	98,6%	690 320,13	96,3%	674 325,36	
DNBNO 2 3/8 06/02/21	700 000,00	82,45%	92,5%	647 178,93	82,6%	578 217,02	
D 2 3/4 01/15/22	325 000,00	83,55%	93,4%	303 615,96	84,6%	274 911,78	
HSBC 4,95 03/31/30	200 000,00	102,14%	108,5%	217 034,99	103,2%	206 302,62	
JPM 3,559 04/23/24	370 000,00	87,52%	96,7%	357 863,16	88,1%	325 859,33	
JNJ 3 5/8 03/03/37	260 000,00	100,17%	106,4%	276 741,95	101,1%	262 968,56	
MA 3,3 03/26/27	227 000,00	93,21%	102,5%	232 568,37	93,9%	213 192,41	
MS 3,591 07/22/28	400 000,00	93,26%	99,3%	397 159,43	94,6%	378 205,33	
NWIDE 2 01/27/23	1 100 000,00	84,38%	92,3%	1 015 834,70	85,1%	935 854,23	
NWIDE 4 1/8 10/18/32	500 000,00	89,48%	92,6%	462 987,17	90,2%	450 786,36	
NOVNVX 3,1 05/17/27	670 000,00	91,86%	101,6%	680 719,17	92,2%	617 552,37	
MMM 2 7/8 10/15/27	790 000,00	91,17%	99,9%	789 532,50	91,7%	724 131,55	
TOYOTA 2,15 02/13/30	1 100 000,00	87,69%	90,3%	993 290,80	88,4%	972 012,65	
VZ 4,15 03/15/24	800 000,00	90,30%	100,9%	807 107,35	91,3%	730 422,47	
LEHMAN BROS HLDG 6,375 05/10/11	500 000,00	0,95%	46,6%	232 930,01	1,0%	4 772,18	
Landbk Sachsen Giro 6,195% /21-05-2031	400 000,00	151,00%	143,6%	574 201,14	154,8%	619 093,30	
C.D.C. IXIS 5,375% /29-11-2027	1 900 000,00	126,17%	113,4%	2 154 092,33	126,6%	2 406 105,67	
TELECOM ITALIA FIN SA 03/33 TF 7,75% 24/01/2033	100 000,00	147,10%	134,9%	134 917,80	154,3%	154 339,87	
ELEC DE FRANCE 5,625 02/21/33	700 000,00	161,70%	132,3%	926 100,00	166,5%	1 165 687,98	
VATFAL 5 3/8 04/29/24	700 000,00	118,41%	118,3%	827 791,12	122,0%	854 234,45	
Enel Societa 5,25%/20-05-2024	3 000 000,00	118,43%	133,0%	3 989 448,22	121,7%	3 650 062,45	
TRASM. ELET. RETE NAZIONALE 04/24 TF 4,9% 28/10/2024	3 100 000,00	119,60%	134,8%	4 178 403,00	120,5%	3 734 173,39	
CITIGROUP INC 05/30 TF/TV 4,25% 25/02/2030 CALL 2025	3 500 000,00	114,78%	113,7%	3 979 080,80	118,4%	4 143 313,33	
ENERGIE AG OBERÖSTERREICH 05/25 TF 4,5% 04/03/2025	1 695 000,00	117,59%	124,9%	2 117 359,78	121,3%	2 056 209,41	
HALIFAX BK SCOTLAND 05/30 TF/TV 4,5% 18/03/2030 CALL 2025	3 005 000,00	114,43%	108,4%	3 258 621,34	118,0%	3 545 346,56	
PTELECOM 05/25 TF 4,5% 16/06/2025	1 700 000,00	1,25%	20,7%	351 050,00	1,3%	21 250,00	
GEN ELEC CAP CRP 4,125 09/19/35	1 100 000,00	130,74%	128,3%	1 411 358,56	131,9%	1 450 959,23	
GOLDMAN SACHS GROUP 06/21 TF 4,75% 12/10/2021	490 000,00	103,50%	113,9%	557 893,88	104,5%	512 273,24	
WASHINGTON MUTUAL BANK 06/17 TF 4,5% 17/01/2017	5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
C10 CAPITAL SPV LTD 07/49 TF/TV 6,277% 30/06/2049 CALL 2017	1 000 000,00	85,47%	80,9%	809 460,83	85,5%	854 860,75	
ENEL SPA 5,625 06/21/27	500 000,00	135,72%	114,7%	573 310,00	138,7%	693 476,31	
GE 5 7/8 01/18/33	230 000,00	153,25%	131,3%	302 086,16	159,5%	366 743,71	
HSBC 6 3/4 09/11/28	600 000,00	151,43%	142,9%	857 224,10	153,7%	922 364,48	
ELECTRICITÉ DE FRANCE 09/21 TF 6,25% 25/01/2021	1 500 000,00	100,36%	121,2%	1 818 049,53	106,2%	1 592 767,19	
ENBW 6,125% 07/39	560 000,00	199,26%	145,4%	814 328,82	202,2%	1 132 483,93	
DEUTSCH BAHN FIN 4,375 09/23/21	150 000,00	103,46%	99,7%	149 532,00	104,7%	156 976,61	
KPN NV 5,625%/30-09-2024	1 125 000,00	118,80%	133,7%	1 504 451,27	120,2%	1 352 473,10	
Gas Natural Capital 5,125%/02-11-2021	2 000 000,00	104,50%	120,6%	2 412 196,16	105,3%	2 106 561,49	
Finmeccanica Fin. 5,25% /21-01-2022	2 580 000,00	104,87%	116,0%	2 991 894,50	109,8%	2 833 311,36	
TELECOM ITALIA 5,25 02/10/22	3 600 000,00	105,82%	110,4%	3 973 943,14	110,5%	3 977 188,05	
CEZ AS 4,875 04/16/25	300 000,00	120,23%	99,7%	299 154,00	123,7%	371 057,65	
RABOBANK 4,125 07/14/25	1 010 000,00	119,52%	97,2%	981 611,70	121,4%	1 226 550,88	
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21	1 750 000,00	100,15%	113,7%	1 988 944,21	105,9%	1 853 543,48	
CARREFOUR 3,875% 04/25/21	3 000 000,00	101,27%	114,2%	3 424 931,93	103,9%	3 117 627,32	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
FRANCE TELECOM 3.375 09/16/22		100 000,00	106,25%	92,3%	92 293,00	107,2%	107 227,50
AUTOSTRADE PER L 4.375 09/16/25		500 000,00	112,46%	109,3%	546 250,00	113,7%	568 671,93
CRED AGRICOLE SA 3.9 04/19/21		600 000,00	101,07%	99,7%	597 978,00	103,8%	622 802,55
BOMBARDIER 6.125% 05/15/21		1 100 000,00	97,45%	100,1%	1 101 263,38	98,2%	1 080 335,98
BARCLAYS 6.625% 03/30/22		600 000,00	107,91%	118,2%	708 928,53	112,9%	677 544,97
ABN AMRO BANK NV 6.375 04/27/21		500 000,00	102,00%	117,0%	584 830,00	106,3%	531 659,01
DEUTSCH BAHN FIN 3.75 06/01/21		1 320 000,00	101,74%	99,7%	1 315 670,40	103,9%	1 371 912,47
HEIANA 3 1/2 03/19/24		400 000,00	111,91%	111,0%	444 128,45	114,7%	458 650,14
MUNICH RE 6.25% 05/26/42 FVO		400 000,00	108,48%	122,0%	488 000,00	112,2%	448 925,18
TELEKOM FINANZ 4% 04/04/22		1 400 000,00	105,25%	117,2%	1 640 843,51	108,2%	1 515 013,44
CIE DE SAINT-GOBAIN 3.625% 06/15/21		1 300 000,00	101,75%	102,9%	1 337 478,18	103,7%	1 348 443,64
SANDVIK AB 4.1 07/02/27		600 000,00	123,06%	100,0%	600 000,00	125,1%	750 631,28
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42 FVO		4 392 000,00	110,68%	121,8%	5 348 051,83	112,9%	4 957 358,22
ABN AMRO BANK NV 7.125 07/06/22		800 000,00	110,61%	125,4%	1 002 880,00	114,1%	912 700,56
GE CAP EUR FUND 3.65 08/23/32		1 000 000,00	120,17%	106,6%	1 065 720,00	121,5%	1 214 660,15
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.25% 10/02/23		1 080 000,00	109,39%	89,4%	965 275,26	110,4%	1 192 753,32
ERSTE GROUP 7.125 10/10/22		4 000 000,00	112,61%	115,2%	4 606 381,61	114,2%	4 568 506,88
ENEL FINANCE 4.875% 04/17/23		1 000 000,00	111,84%	125,8%	1 258 337,40	115,3%	1 152 851,67
UNICREDIT SPA 6.95% 10/31/22		980 000,00	111,27%	110,9%	1 086 525,25	112,4%	1 101 815,03
HANRUE 5 06/30/43		700 000,00	111,79%	111,4%	779 710,47	114,3%	800 202,41
STANDARD CHARTERED 3.625% 11/23/22		500 000,00	106,30%	105,1%	525 575,10	106,7%	533 383,99
SOCIETE GENERALE 4 06/07/23		3 600 000,00	109,06%	108,4%	3 901 696,56	111,3%	4 007 780,53
TELEFONICA 3.987% 23		800 000,00	108,72%	108,8%	870 646,24	112,5%	899 639,60
AXASA 5 1/8 07/04/43		1 400 000,00	112,16%	110,9%	1 552 605,11	114,7%	1 605 186,10
GOLDMAN SACHS GROUP 3.25% 02/01/23		1 585 000,00	107,14%	112,7%	1 786 436,82	110,1%	1 745 198,12
TELSTRA CORP LTD 2.5 09/15/23		150 000,00	107,26%	98,9%	148 353,00	108,0%	161 990,31
VOLKSWAGEN INTFN 3.3 03/22/33		300 000,00	127,59%	98,6%	295 698,00	130,2%	390 462,56
SNAM 3.375 01/29/21		600 000,00	100,25%	98,4%	590 496,00	103,4%	620 141,37
ENEL FIN INTL NV 4.45 04/23/25		1 500 000,00	116,68%	100,0%	1 500 000,00	119,8%	1 796 290,36
MICROSOFT CORP 2.625% 05/33		400 000,00	132,99%	125,3%	501 212,02	134,7%	538 952,09
BHP BILLITON FIN 3.125 04/29/33		1 000 000,00	133,28%	98,5%	985 430,00	135,4%	1 353 876,41
JPMORGAN CHASE 2.875 05/24/28		300 000,00	120,40%	98,9%	296 556,00	122,1%	366 432,45
PM 3 1/8 06/03/33		4 110 000,00	125,59%	125,1%	5 143 254,00	127,4%	5 235 993,06
ENI SPA 3.25 07/10/23		572 000,00	108,77%	98,8%	565 204,64	110,3%	631 053,62
A2A SPA 4.375% 01/10/21		260 000,00	100,06%	114,2%	296 881,80	104,3%	271 230,73
VOLKSWAGEN 5.125% 09/29/49		3 000 000,00	109,03%	105,4%	3 161 574,50	110,7%	3 320 754,22
TELIASONERA AB 3.5 09/05/33		500 000,00	138,80%	102,4%	512 185,00	139,9%	699 617,04
AMERICA MOVIL 6.375% 09/06/73		400 000,00	114,58%	115,7%	462 682,69	116,6%	466 405,61
INTESA SANPAOLO 6.625% 09/13/23		1 085 000,00	114,03%	117,3%	1 272 444,56	116,0%	1 258 737,73
BANQ FED CRD MUT 3 11/28/23		400 000,00	109,49%	100,8%	403 100,00	109,8%	439 037,62
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		730 000,00	100,14%	110,5%	806 569,00	104,4%	762 180,71
MSFT 2 1/8 12/06/21		800 000,00	101,71%	102,8%	822 080,72	101,9%	814 813,91
AEROPORTI ROMA 3.25 02/20/21		100 000,00	100,42%	99,8%	99 824,00	103,0%	102 970,26
FRESENIUS SE & CO 4% 02/01/24		1 200 000,00	112,42%	117,0%	1 404 578,21	114,1%	1 368 915,61
ORANGE 5.25% 12/29/49		2 200 000,00	113,76%	110,8%	2 437 572,48	118,5%	2 606 172,45
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3.375% 05/2021		750 000,00	101,04%	99,6%	747 114,95	103,1%	773 416,16
ACHMEA HYPOBK 2.75 02/18/21		300 000,00	100,38%	99,8%	299 397,00	102,8%	308 282,37
ING BANK NV 02/25/26		950 000,00	100,50%	100,7%	956 593,00	103,6%	983 949,37
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		600 000,00	109,40%	99,9%	599 229,38	111,7%	670 342,89
OBRASCON HUARTE LAIN 4.75% 03/15/22		200 000,00	59,98%	74,3%	148 662,48	61,4%	122 725,46
BANQ FED CRD MUT 2.625 03/18/24		900 000,00	109,10%	99,0%	890 820,00	111,2%	1 000 580,13
BNP PARIBAS 03/20/26		1 000 000,00	100,58%	99,7%	996 505,48	102,8%	1 028 306,22
FIAT FINANCE 4.75% 03/21		1 000 000,00	101,00%	107,4%	1 073 717,91	104,7%	1 046 958,91
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	100,08%	99,7%	1 993 964,41	102,1%	2 041 768,32
NNGRNV 4 5/8 04/08/44		1 400 000,00	112,25%	107,5%	1 504 886,25	115,6%	1 618 865,06
IBERDROLA 2.5% 10/22		600 000,00	104,99%	99,8%	598 895,90	105,5%	632 715,28
PETROLEOS MEXICA 3.75 04/16/26		1 028 000,00	100,19%	100,0%	1 037 561,84	102,9%	1 057 314,03
AEGON NV 4 04/25/44		2 096 000,00	109,97%	102,1%	2 140 025,78	112,7%	2 362 375,57
BANQ FED CRD MUT 3 05/21/24		1 000 000,00	109,56%	99,7%	996 896,72	111,4%	1 114 026,30
LB BADEN-WUERTT 05/27/26		500 000,00	100,68%	99,7%	498 595,00	102,4%	511 988,20
GOLDMAN SACHS GP 2.875 06/03/26		100 000,00	114,58%	99,0%	98 964,00	116,2%	116 246,81
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	101,63%	100,0%	699 882,51	103,3%	722 865,97
AVIVA PLC 07/03/44		800 000,00	111,11%	100,7%	805 992,00	113,0%	904 284,02
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	102,49%	99,6%	497 904,09	103,3%	516 492,80
FIAT CHRYSLER 4.75% 07/15/22		225 000,00	106,67%	108,0%	242 971,15	108,9%	244 962,71

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
CMCSA 2 1/09/15/26	220 000,00	114,49%	110,6%	243 213,85	115,2%	253 484,57	
SAMPFH 1 1/09/16/21	524 000,00	101,38%	101,5%	531 640,76	101,8%	533 505,03	
MET 1 1/4 09/17/21	500 000,00	101,19%	101,1%	505 491,95	101,6%	507 759,03	
HSBC 5,25% 12/29/49	1 000 000,00	104,56%	95,8%	957 736,36	106,1%	1 060 738,52	
ADIDAS AG 1,25% 10/21	750 000,00	100,80%	99,5%	746 164,95	101,1%	758 135,29	
UNIQA INSURANCE 6 07/27/46	1 600 000,00	122,50%	101,9%	1 630 000,00	125,1%	2 001 293,15	
BLACKROCK 1,25% 05/06/25	980 000,00	106,48%	99,6%	976 034,51	107,3%	1 051 508,96	
MOODY'S CORP 1,75% 03/27/26	500 000,00	110,11%	98,3%	491 699,36	111,5%	557 667,75	
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14	750 000,00	104,89%	99,6%	746 935,92	105,8%	793 257,81	
WP CAREY 2% 01/20/23	1 500 000,00	103,77%	102,4%	1 536 282,51	105,7%	1 584 875,53	
WESFARMERS 1,25% 10/21	840 000,00	101,19%	100,3%	842 930,01	101,5%	852 432,85	
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1,75% 10/24	500 000,00	104,41%	99,3%	496 420,45	104,8%	523 911,19	
WALGREENS BOOTS 2,125 11/20/26	500 000,00	107,54%	105,2%	526 115,00	107,8%	538 916,28	
GAS NATURAL FENOSA 4,125% 11/29/49	2 400 000,00	105,38%	101,8%	2 443 362,70	105,9%	2 540 891,25	
IBM CORP 1,25% 05/26/23	880 000,00	103,57%	99,9%	878 790,21	104,3%	917 983,30	
GLAXOSMITHKLINE 1,375 12/02/24	200 000,00	106,04%	98,7%	197 378,00	106,1%	212 290,56	
VOLVO 4,85% 03/10/78	2 100 000,00	108,48%	103,2%	2 166 457,56	112,4%	2 360 679,62	
STATE GRID EUROPE DEV 1,5% 01/22	1 000 000,00	101,44%	99,8%	998 476,15	102,8%	1 028 285,73	
STATE GRID EUR 2,45 01/26/27	1 000 000,00	109,45%	98,8%	987 500,00	111,7%	1 117 217,62	
ARCELORMITTAL 3,125 01/14/22	1 400 000,00	103,16%	99,2%	1 389 010,69	106,2%	1 486 350,18	
TELECOM ITALIA 3,25% 01/23	400 000,00	105,27%	107,5%	429 964,22	108,4%	433 494,77	
EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/23	500 000,00	102,30%	99,5%	497 730,90	103,2%	516 195,64	
GOLDMAN SACHS GROUP 1,375% 07/26/22	1 050 000,00	102,55%	99,5%	1 044 783,33	103,1%	1 082 972,29	
JP MORGAN CHASE 1,5% 01/27/25	1 000 000,00	106,33%	100,0%	999 567,11	107,7%	1 077 243,28	
ENAGAS FINANCIACIONES 1,25% 02/25	700 000,00	105,71%	99,3%	695 217,95	106,8%	747 804,66	
CARREFOUR 1,25% 06/25	500 000,00	105,49%	99,6%	498 073,48	106,2%	531 080,89	
RABOBANK 1,375 02/03/27	500 000,00	108,63%	94,0%	469 980,00	109,9%	549 368,56	
MORGAN STANLEY 1,75% 01/30/25	1 000 000,00	106,97%	99,9%	998 634,79	108,6%	1 085 801,03	
TEOLLISUUDEN 2,125% 02/04/25	1 500 000,00	99,64%	99,5%	1 492 407,33	101,6%	1 523 374,05	
FCE BANK PLC 1,134% 02/10/22	500 000,00	99,75%	100,0%	500 065,76	100,8%	503 795,76	
NATIONAL GRID NA INC 0,75% 02/22	200 000,00	101,03%	99,6%	199 150,47	101,7%	203 382,73	
STATOIL ASA 0,875 02/17/23	900 000,00	102,17%	96,3%	866 610,00	102,9%	926 399,79	
GRAND CITY PROPERTIES 3,75% 12/29/49	1 900 000,00	101,28%	101,0%	1 918 338,66	104,5%	1 985 986,13	
TOTAL 2,625% 12/29/49	4 215 000,00	106,50%	98,1%	4 135 089,89	108,7%	4 582 387,35	
TYCO INT FINANCE 1,375% 02/25/25	500 000,00	100,90%	99,9%	499 356,96	102,1%	510 299,95	
AT&T INC 1,3% 09/05/23	600 000,00	103,44%	101,4%	608 351,81	103,9%	623 148,16	
FLOWSERVE CORPORATION 1,25% 03/17/22	1 880 000,00	100,03%	99,6%	1 872 064,45	101,0%	1 899 110,90	
POHJOLA BANK PLC 0,75% 03/22	500 000,00	101,27%	99,8%	498 903,48	101,9%	509 460,88	
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1,25% 03/25	880 000,00	105,57%	100,0%	879 587,78	106,6%	938 171,19	
KINDER MORGAN 1,5 03/16/22	1 000 000,00	101,79%	99,4%	994 030,00	103,0%	1 029 849,28	
INTESA SANPAOLO 1,125% 03/22	500 000,00	101,51%	99,8%	498 890,39	102,4%	512 195,38	
DELPHI AUTOMOTIVE 1,5% 03/25	16 150 000,00	105,41%	94,1%	15 201 840,54	106,6%	17 220 190,79	
COCA-COLA 1,125% 03/09/27	880 000,00	107,28%	99,2%	873 328,92	108,2%	952 093,12	
SVENSKA CELLULOSA 1,125% 03/25	1 000 000,00	104,82%	99,8%	998 368,67	105,8%	1 057 517,15	
KELLOGG CO 1,25% 03/10/25	1 380 000,00	105,14%	100,0%	1 379 650,93	106,2%	1 464 921,64	
BK TOKYOMITSUBISHI UFJ 0,875% 03/22	880 000,00	101,43%	99,7%	877 498,92	102,1%	898 779,63	
BERKSHIRE HATHAWAY 1,125% 03/16/27	880 000,00	106,92%	99,0%	871 203,33	107,8%	948 726,01	
PPG INDUSTRIES 1,4% 03/13/27	880 000,00	106,90%	98,9%	870 428,65	108,0%	950 617,93	
ENAGAS FIN 1% 03/25/23	500 000,00	102,53%	99,8%	498 993,08	103,3%	516 502,13	
METRO AG 1,5% 03/25	500 000,00	103,27%	99,9%	499 369,63	104,4%	522 222,47	
VATTENFALL 3% 03/19/77	2 000 000,00	107,63%	87,8%	1 755 009,39	110,0%	2 199 730,22	
REPSOL 3,875% 12/29/49	1 932 000,00	100,66%	95,9%	1 853 502,00	103,6%	2 002 424,14	
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25	1 000 000,00	103,45%	99,7%	997 463,38	104,3%	1 042 542,77	
BERTELSMANN SE 04/23/75	600 000,00	103,08%	100,0%	600 000,00	105,2%	630 913,40	
SILVERBACK FIN 3,1261 02/25/37	1 500 000,00	75,56%	72,4%	1 086 700,12	76,0%	1 140 383,89	
AVIVA PLC 3,375 12/04/45	660 000,00	111,11%	99,1%	653 743,20	111,4%	734 995,74	
SAMVARDHANA MOTH 3,7 06/18/25	900 000,00	96,05%	100,0%	900 000,00	98,0%	882 331,04	
ZUERCHER KBK 06/15/27	2 008 000,00	103,27%	99,5%	1 998 839,76	104,7%	2 102 498,33	
HSBC HOLDINGS 3 06/30/25	500 000,00	111,83%	99,1%	495 743,51	113,3%	566 703,95	
WELLS FARGO CO 1,5 09/12/22	700 000,00	102,94%	103,3%	723 002,00	103,4%	723 715,05	
SHELL INTL FIN 1,875 09/15/25	1 800 000,00	109,88%	98,8%	1 777 680,00	110,4%	1 987 669,02	
KENNEDY WILSON EUR 3,25% 11/12/25	1 300 000,00	101,42%	103,8%	1 348 954,33	101,9%	1 324 171,35	
IBM CORP 1,125 09/06/24	1 412 000,00	104,91%	99,4%	1 403 513,88	105,3%	1 486 308,18	
URW 1,375 03/09/26	148 000,00	104,62%	98,9%	146 306,88	105,7%	156 491,14	
AMERICA MOVIL SA 2,125 03/10/28	1 500 000,00	113,02%	98,2%	1 473 367,50	114,7%	1 721 197,83	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
PETROLEOS MEXICA 5.125 03/15/23	850 000,00	104,13%	114,5%	973 080,00	108,2%	919 867,45	
MORGAN STANLEY 1.75 03/11/24	700 000,00	105,77%	97,8%	684 775,00	107,2%	750 261,78	
DIGITAL EURO FIN 2.625 04/15/24	1 000 000,00	108,30%	107,7%	1 077 200,00	110,2%	1 101 660,50	
LIBERTY MUTUAL 2.75 05/04/26	1 100 000,00	113,62%	107,0%	1 176 736,00	115,4%	1 269 817,62	
SES SA 4.625% 12/29/49	300 000,00	102,65%	103,3%	309 865,75	107,3%	321 750,03	
JNJ 1.15 11/20/28	1 400 000,00	110,61%	107,6%	1 506 400,21	110,7%	1 550 343,69	
AURIZON NETWORK PTY 3.125% 06/01/26	5 100 000,00	114,55%	109,6%	5 590 314,68	116,4%	5 935 028,77	
SPMIM 3 3/4 09/08/23	3 000 000,00	106,20%	105,6%	3 167 500,00	107,4%	3 221 157,84	
MYLAN NV 3.125 11/22/28	800 000,00	119,09%	108,2%	865 272,00	119,4%	955 351,42	
AVLN O 5/8 10/27/23	1 536 000,00	102,48%	99,5%	1 527 585,18	102,6%	1 575 792,48	
SANTANDER ISSUAN 3.125 01/19/27	500 000,00	114,23%	108,0%	540 000,00	117,2%	585 944,30	
NESNVX 2 3/8 01/18/22	700 000,00	83,46%	93,5%	654 513,40	85,3%	597 068,14	
TELEFONICA EMIS 2.318 10/17/28	1 200 000,00	116,26%	102,7%	1 231 800,00	116,7%	1 400 828,11	
BACR 3 1/8 01/17/24	500 000,00	118,85%	113,8%	568 999,33	122,2%	610 893,83	
BAC 1.379 02/07/25	400 000,00	104,24%	101,4%	405 771,04	105,5%	421 919,16	
BBVASM 3 1/2 02/10/27	4 300 000,00	116,73%	113,1%	4 861 580,00	119,8%	5 152 951,60	
PETROLEOS MEXICA 2.5 08/21/21	1 300 000,00	100,20%	101,7%	1 322 400,00	101,1%	1 314 320,72	
ABNANV 4.4 03/27/28	400 000,00	87,14%	93,9%	375 414,08	88,1%	352 275,48	
LIBMUT 1 3/4 03/27/24	1 500 000,00	105,32%	101,1%	1 516 734,15	106,7%	1 599 870,92	
WFC 1 1/2 05/24/27	5 070 000,00	107,48%	105,3%	5 338 203,00	108,4%	5 494 943,09	
AMER INTL GROUP 1.875 06/21/27	2 000 000,00	110,13%	98,4%	1 967 477,00	111,1%	2 222 483,28	
BP CAPITAL PLC 1.637 06/26/29	800 000,00	110,96%	100,1%	800 504,00	111,8%	894 398,42	
TMO 2 7/8 07/24/37	600 000,00	132,56%	117,9%	707 158,80	133,8%	802 900,24	
NWIDE 2 07/25/29	500 000,00	104,52%	97,5%	487 253,90	105,4%	526 899,81	
UNANA O 7/8 07/31/25	200 000,00	104,99%	103,6%	207 219,48	105,4%	210 707,90	
BATSLN 2 1/4 01/16/30	20 900 000,00	109,99%	100,7%	21 049 700,00	112,1%	23 438 566,95	
BACR 2 02/07/28	13 100 000,00	102,24%	97,4%	12 753 260,00	104,0%	13 627 909,43	
VOVCAB 2 01/24/25	2 000 000,00	102,63%	102,5%	2 050 000,00	104,5%	2 089 877,05	
BANCO SABADELL 0.875 03/05/23	1 500 000,00	101,78%	97,5%	1 462 245,00	102,5%	1 537 476,94	
FCA BANK IE 06/17/21	2 000 000,00	100,09%	97,4%	1 947 800,00	100,1%	2 001 828,78	
BANCO SANTANDER 2.125 02/08/28	18 500 000,00	109,08%	100,4%	18 571 535,00	111,0%	20 528 911,98	
CHUBB INA HLDGS 1.55 03/15/28	2 000 000,00	109,89%	100,0%	1 999 792,80	111,1%	2 222 437,28	
CB 2 1/2 03/15/38	1 500 000,00	131,16%	103,1%	1 546 254,02	133,2%	1 997 250,71	
AKFAST 3 7/8 10/05/78	500 000,00	106,13%	98,8%	493 896,15	107,0%	535 243,15	
CFRVX 1 03/26/26	700 000,00	105,98%	103,0%	720 930,94	106,7%	747 208,76	
SCENTRE GROUP TR 1.75 04/11/28	1 000 000,00	108,13%	99,8%	998 360,00	109,4%	1 093 984,38	
HANRUE 1 1/8 04/18/28	700 000,00	109,70%	104,2%	729 447,50	110,5%	773 385,36	
MONDI FINANCE PL 1.625 04/27/26	1 000 000,00	107,81%	101,7%	1 016 990,00	108,9%	1 089 157,20	
FIDELITY NATL IN 2 05/21/30	525 000,00	113,65%	99,8%	523 971,00	114,9%	603 083,85	
ALTRIA GROUP INC 2.2 06/15/27	450 000,00	109,09%	108,4%	487 620,00	110,3%	496 281,14	
ALTRIA GROUP INC 1.7 06/15/25	2 500 000,00	105,88%	101,9%	2 547 800,00	106,8%	2 670 113,28	
AIB 2 1/4 07/03/25	200 000,00	109,00%	100,2%	200 335,04	110,1%	220 238,90	
C 1 1/2 07/24/26	200 000,00	106,23%	101,0%	201 926,34	106,9%	213 766,92	
GS 2 11/01/28	680 000,00	113,52%	104,0%	707 229,24	113,8%	774 111,32	
VW 1 5/8 08/15/25	320 000,00	106,23%	98,0%	313 450,27	106,8%	341 885,11	
BMW 1 7/8 09/11/23	270 000,00	116,38%	110,4%	298 146,68	117,0%	315 958,27	
PG 1 7/8 10/30/38	200 000,00	127,43%	117,3%	234 602,10	127,7%	255 494,18	
ESBIRE 2 1/8 11/05/33	500 000,00	121,66%	110,4%	551 983,03	122,0%	609 917,47	
T 1.05 09/05/23	600 000,00	102,95%	100,3%	601 540,80	103,3%	619 764,60	
VW 3 1/4 11/18/30	5 200 000,00	124,98%	115,1%	5 986 028,30	125,4%	6 518 733,45	
GEN MOTORS FIN 2.2 04/01/24	1 000 000,00	105,86%	100,0%	999 650,00	107,5%	1 075 085,02	
VW 2 3/4 07/10/23	200 000,00	117,39%	112,1%	224 205,82	118,9%	237 701,60	
IMPERIAL BRANDS 1.125 08/14/23	500 000,00	102,64%	100,0%	499 780,00	103,1%	515 332,10	
IMPERIAL BRANDS 2.125 02/12/27	1 000 000,00	108,23%	104,8%	1 047 800,00	110,1%	1 101 005,67	
BBVASM 2.575 02/22/29	13 800 000,00	105,35%	102,3%	14 120 850,00	107,5%	14 841 735,84	
ABESM 2 3/8 09/27/27	5 000 000,00	110,62%	95,4%	4 770 000,00	111,2%	5 561 819,83	
SCGAU 1.45 03/28/29	8 400 000,00	106,19%	91,1%	7 721 060,00	107,3%	9 012 313,26	
VOLKSWAGEN FIN 1.5 10/01/24	800 000,00	104,79%	96,8%	774 032,00	105,2%	841 308,64	
NIBC BANK NV 2 04/09/24	2 500 000,00	104,63%	100,5%	2 511 517,00	106,1%	2 652 071,54	
MET 0 3/8 04/09/24	220 000,00	101,73%	98,3%	216 169,49	102,0%	224 401,21	
MS 0.637 07/26/24	290 000,00	101,81%	98,7%	286 152,86	102,1%	296 040,30	
BPLN 1.231 05/08/31	2 860 000,00	108,25%	106,7%	3 052 220,60	109,1%	3 118 847,90	
NE PROPERTY 2.625 05/22/23	1 700 000,00	103,96%	102,0%	1 734 153,00	105,6%	1 794 630,51	
UNANA 1 1/2 06/11/39	200 000,00	118,83%	109,6%	219 219,48	119,7%	239 333,88	
TMO 1 3/4 04/15/27	110 000,00	110,23%	104,9%	115 416,33	111,5%	122 629,55	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
CHUBB INA HLDGS 1.4 06/15/31	2 000 000,00	110,78%	102,0%	2 040 020,00	111,5%	2 230 854,06	
CAIXABANK 1.375 06/19/26	1 000 000,00	105,39%	102,4%	1 023 530,00	106,1%	1 061 244,58	
ARNDTN 4 3/4 PERP	100 000,00	116,80%	106,8%	106 754,14	119,6%	119 551,48	
STANLN 0 9 07/02/27	500 000,00	104,55%	101,7%	508 500,00	105,0%	525 009,64	
CNHI 1 5/8 07/03/29	6 580 000,00	105,40%	103,7%	6 823 664,00	106,2%	6 988 439,74	
DT 1 3/8 07/05/34	700 000,00	112,19%	100,0%	699 762,03	112,9%	790 052,80	
SABSM 0 7/8 07/22/25	12 700 000,00	102,16%	94,8%	12 040 954,00	102,6%	13 024 198,77	
PHILIP MORRIS IN 1.45 08/01/39	1 200 000,00	101,86%	99,9%	1 198 932,00	102,5%	1 229 540,61	
GS 0 1/8 08/19/24	280 000,00	100,39%	95,7%	267 915,41	100,4%	281 226,68	
SAMHALLSBYGG 1.125 09/04/26	2 900 000,00	102,93%	99,3%	2 880 881,00	103,3%	2 995 522,66	
DHR 0 3/4 09/18/31	600 000,00	103,01%	94,3%	566 023,02	103,2%	619 362,52	
FCABNK 0 1/2 09/13/24	7 000 000,00	101,14%	94,9%	6 639 500,00	101,3%	7 090 334,23	
GSK 0 09/23/21	380 000,00	100,23%	99,8%	379 179,52	100,2%	380 880,53	
TLGGR 3 3/8 PERP	300 000,00	104,52%	93,4%	280 064,40	104,6%	313 769,64	
BMW 0 3/8 09/24/27	360 000,00	102,64%	94,5%	340 089,49	102,7%	369 869,16	
CKHGTH 1 1/8 10/17/28	670 000,00	105,28%	97,0%	649 657,70	105,5%	706 921,92	
CK HUTCHISON 1.5 10/17/31	2 600 000,00	107,45%	99,7%	2 591 199,00	107,8%	2 801 827,17	
HENKEL 1 09/30/22	600 000,00	113,24%	111,8%	671 030,99	113,5%	681 110,61	
ENELEM 0 06/17/24	390 000,00	100,43%	97,1%	378 548,82	100,4%	391 676,26	
EOANGR 0 10/24/22	810 000,00	100,41%	99,1%	802 312,41	100,4%	813 312,88	
JPM 1.047 11/04/32	850 000,00	107,58%	95,8%	813 981,25	107,7%	915 855,33	
SABSM 0 5/8 11/07/25	5 000 000,00	100,79%	90,5%	4 526 830,00	100,9%	5 044 102,86	
BP CAPITAL PLC 1.104 11/15/34	500 000,00	105,86%	86,7%	433 675,00	106,0%	529 971,34	
ISPIM 1 11/19/26	640 000,00	103,85%	93,8%	600 074,27	104,0%	665 376,21	
EOFOP 2 3/8 06/15/27	600 000,00	100,87%	101,0%	606 240,00	101,0%	605 860,06	
ARCELORMITTAL 1 05/19/23	716 000,00	100,84%	99,9%	715 176,60	101,5%	726 458,30	
TELIAS 1 3/8 05/11/81	2 000 000,00	101,25%	101,0%	2 019 400,00	102,1%	2 042 630,14	
CB 0 3 12/15/24	270 000,00	101,45%	96,9%	261 739,15	101,5%	273 952,87	
ACAFP 0 7/8 01/14/32	400 000,00	104,90%	94,2%	376 648,75	105,7%	422 975,99	
DIGITAL DUTCH 1.5 03/15/30	2 000 000,00	107,94%	100,4%	2 008 963,62	109,4%	2 187 444,87	
UNICREDIT SPA 1.8 01/20/30	1 500 000,00	104,57%	99,6%	1 494 300,00	106,3%	1 594 114,19	
GS Float 04/21/23	510 000,00	100,25%	97,3%	496 381,98	100,3%	511 326,73	
LLOYDS 0 3/8 01/28/25	320 000,00	101,26%	95,4%	305 357,20	101,6%	325 140,25	
FCABNK 0 1/4 02/28/23	290 000,00	100,35%	93,7%	271 644,45	100,6%	291 678,89	
CMCSA 0 1/4 05/20/27	550 000,00	101,49%	96,3%	529 772,49	101,6%	559 051,45	
IBM CORP 1.2 02/11/40	500 000,00	107,25%	99,6%	497 982,64	108,3%	541 547,36	
WFC 0 5/8 08/14/30	1 030 000,00	101,72%	90,7%	934 446,90	102,0%	1 050 207,73	
SIEGR 0 02/20/23	500 000,00	100,53%	99,5%	497 734,80	100,5%	502 636,87	
DOW CHEMICAL CO 1.125 03/15/32	500 000,00	103,77%	86,5%	432 645,00	104,7%	523 638,05	
DOW CHEMICAL CO 1.875 03/15/40	2 090 000,00	111,28%	100,0%	2 090 824,59	112,9%	2 359 015,47	
GIVNVX 1 04/22/27	100 000,00	106,57%	102,1%	102 144,49	107,3%	107 260,07	
GIVNVX 1 5/8 04/22/32	100 000,00	114,00%	104,5%	104 545,93	115,1%	115 126,23	
LLOYDS BK GR PLC 4.5 03/18/30	900 000,00	114,37%	114,2%	1 027 800,00	117,9%	1 061 506,74	
UNANA 1 1/4 03/25/25	200 000,00	105,95%	105,0%	209 978,28	106,9%	213 823,88	
UNANA 1 3/4 03/25/30	160 000,00	115,55%	111,6%	178 483,84	116,9%	187 037,14	
DGELN 1 7/8 03/27/27	430 000,00	111,43%	106,8%	459 437,22	112,9%	485 331,79	
HEIANA 2 1/4 03/30/30	100 000,00	118,31%	110,3%	110 299,67	120,0%	120 012,94	
DHR 2 1 09/30/26	230 000,00	111,52%	106,5%	245 041,76	112,1%	257 718,44	
BAC 3.648 03/31/29	270 000,00	124,30%	116,4%	314 383,27	127,1%	343 043,44	
NESNVX 1 1/8 04/01/26	90 000,00	106,75%	105,1%	94 550,98	107,6%	96 832,11	
NESNVX 1 1/2 04/01/30	70 000,00	113,93%	108,9%	76 231,42	115,1%	80 538,63	
LLOYDS 3 1/2 04/01/26	4 730 000,00	113,69%	112,8%	5 327 592,35	116,3%	5 502 028,01	
GS 3 3/8 03/27/25	190 000,00	113,94%	109,6%	208 323,65	116,5%	221 388,68	
BERTEL 2 04/01/28	200 000,00	112,41%	104,7%	209 456,68	113,9%	227 832,14	
RBS 2 3/4 04/02/25	5 050 000,00	111,15%	109,1%	5 510 814,21	113,2%	5 716 991,59	
BACR 3 3/8 04/02/25	4 900 000,00	110,31%	108,7%	5 324 251,54	112,8%	5 528 889,72	
SGOFP 2 3/8 10/04/27	200 000,00	114,26%	105,6%	211 228,26	114,8%	229 657,76	
MNDILN 2 3/8 04/01/28	200 000,00	114,63%	101,4%	202 883,74	116,4%	232 833,96	
VOLKSWAGEN FIN 3.375 04/06/28	2 600 000,00	119,86%	114,7%	2 981 057,50	122,3%	3 180 969,04	
EOANGR 1 10/07/25	160 000,00	105,14%	102,2%	163 532,61	105,4%	168 602,58	
STATE GRID OSEAS 0.797 08/05/26	820 000,00	102,19%	100,0%	820 000,00	102,5%	840 584,12	
CHGRID 1.303 08/05/32	4 300 000,00	104,37%	102,6%	4 411 535,00	104,9%	4 510 515,46	
TOTAL 1.491 04/08/27	200 000,00	109,61%	105,3%	210 641,52	110,7%	221 396,90	
BATSLN 3 1/8 04/07/28	370 000,00	116,64%	106,4%	393 703,13	118,9%	440 054,12	
SYNNVX 3 3/8 04/16/26	10 000 000,00	107,98%	100,5%	10 053 563,75	110,4%	11 037 594,04	

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
ENBW 0 5/8 04/17/25		400 000,00	103,35%	100,8%	403 214,76	103,8%	415 151,25
SSELN 1 3/4 04/16/30		780 000,00	112,00%	102,8%	801 688,80	113,2%	883 323,20
WFC 1.338 05/04/25		400 000,00	104,13%	100,1%	400 304,00	105,0%	420 070,81
HEINEKEN NV 1.75 05/07/40		500 000,00	114,91%	104,3%	521 450,00	116,0%	580 240,28
BANCO SANTANDER 1.375 01/05/26		300 000,00	106,14%	99,6%	298 839,00	107,0%	321 118,30
WPPLN 2 3/8 05/19/27		3 000 000,00	112,07%	103,7%	3 109 620,00	113,5%	3 406 245,96
RICHEMONT INT 1.625 05/26/40		878 000,00	117,06%	98,4%	863 837,86	118,0%	1 036 367,41
CONTI-GUMMI FIN 2.125 11/27/23		537 000,00	105,74%	99,6%	534 631,83	105,9%	568 880,69
CONGR 2 1/2 08/27/26		6 820 000,00	111,64%	102,8%	7 011 631,62	112,5%	7 672 391,25
VVOYHT 1 7/8 05/27/27		1 029 000,00	108,01%	99,2%	1 020 613,65	109,1%	1 122 954,12
STANLN 2 1/2 09/09/30		7 680 000,00	107,16%	105,3%	8 083 768,80	107,9%	8 289 703,87
IFXGR 2 06/24/32		9 000 000,00	113,64%	101,2%	9 104 000,00	114,7%	10 320 899,30
SESGFP 2 07/02/28		1 000 000,00	107,75%	99,6%	995 800,00	108,8%	1 087 506,97
SPMIM 3 3/8 07/15/26		2 000 000,00	104,43%	103,3%	2 065 000,00	106,0%	2 119 823,24
MRKGR 1 5/8 09/09/80		2 000 000,00	102,29%	102,0%	2 040 000,00	102,8%	2 055 805,18
TOTAL 2 PERP		7 000 000,00	103,59%	101,6%	7 113 750,00	104,2%	7 296 552,44
MOLHB 1 1/2 10/08/27		3 000 000,00	102,90%	102,6%	3 078 750,00	103,2%	3 097 322,50
VOVCAB 2 1/2 10/07/27		2 000 000,00	105,52%	105,0%	2 100 000,00	106,1%	2 122 017,30
PEPSICO INC 1.05 10/09/50		900 000,00	105,94%	100,9%	908 018,50	106,2%	955 645,18
STORA ENSO OYJ 0.625 12/02/30		381 000,00	101,73%	99,2%	377 993,91	101,8%	387 782,59
CST000CONTA MARGEM MORGAN STANLEY USD					461 838,59		461 838,59
CST001CONTA MARGEM MORGAN STANLEY USD					735 041,41		735 041,41
CST000CONTA MARGEM MORGAN STANLEY GBP					87 442,69		87 442,69
CST001CONTA MARGEM MORGAN STANLEY GBP					127 714,22		127 714,22
3 - TOTAL GERAL		0	657 060 227,72		670 028 892,50		712 996 864,58
		0	1 437 700 900,45		1 547 681 735,89		1 722 580 729,67
		Total	3 774 845	1 437 700 900,45		1 934 577 591,03	2 097 011 347,74
			7 163 941 322	1 773 289 651,98		2 300 250 366,08	2 509 995 594,83

09

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba:

- Informação sobre a Política de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais e Funções-Chave;
- Quadro com remunerações pagas durante o ano de 2020 aos membros dos Órgãos Sociais;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF.

9.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS E FUNÇÕES-CHAVE

a) Princípios Gerais

A Política de Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais e Funções-Chave aprovada para o ano de 2020, pela Assembleia Geral de 31 de julho de 2020 (Ata 78), prevê os seguintes princípios gerais, aplicáveis à população-alvo (com exceção das Funções-Chave):

- A remuneração fixa e variável deve ser equilibrada de forma que a remuneração fixa represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total para garantir uma flexibilidade total na componente variável;
- O valor total da remuneração variável tem por base uma combinação da avaliação do desempenho global individual, empresarial e de grupo;
- Uma parte substancial da remuneração variável deve ser diferida: o período de diferimento não deve ser inferior a três anos e deve ser compatível com a natureza do negócio, os seus riscos e a atividade dos trabalhadores em causa;
- Na avaliação de desempenho devem ser levados em consideração critérios financeiros e não financeiros;
- A medição de desempenho deve incluir um ajuste para baixo (*malus* e *clawback*) para a exposição aos riscos atuais e futuros, levando em consideração o perfil de risco e o custo de capital;
- As estratégias de *hedging* pessoal ou seguro de remuneração e responsabilidade (que prejudicariam os efeitos de alinhamento de risco subjacentes ao cálculo da remuneração) são proibidas;
- É definido um limite máximo para todos os componentes variáveis a pagar;
- Os dados de mercado devem ser considerados para todas as decisões de remuneração;
- Nenhuma pessoa incluída na população-alvo pode receber remuneração e / ou comissões de assiduidade por outros cargos que lhe sejam atribuídos em subsidiárias e outras entidades associadas do Grupo Generali, salvo se houver exceção específica, devidamente justificada, formalizada e autorizada pelos Órgãos Sociais relevantes.

A política comprehende previsões específicas relativamente às Funções-Chave, sendo a sua retribuição definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

A remuneração variável das funções-chave é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controle.

b) Processo de Decisão

A Política de Remuneração dos órgãos sociais é aprovada em Assembleia Geral, nos termos previstos no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia.

Na definição das políticas de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

De acordo com o artigo 13.º dos Estatutos da Companhia, as remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, ou por uma comissão de vencimentos por ela nomeada e constituída por dois ou mais membros, acionistas ou não. Atendendo ao processo de fusão legal que decorreu em 2020, não foi constituída a Comissão de Vencimentos nesse período, encontrando-se prevista a sua constituição durante o ano de 2021.

A Política de Remuneração é revista anualmente e é submetida a uma avaliação interna independente executada pelas funções-chave da Companhia em articulação entre si, sendo objeto de divulgação no seu Portal Interno e nos documentos de prestações de contas anuais.

c) Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

- Estrutura da Remuneração

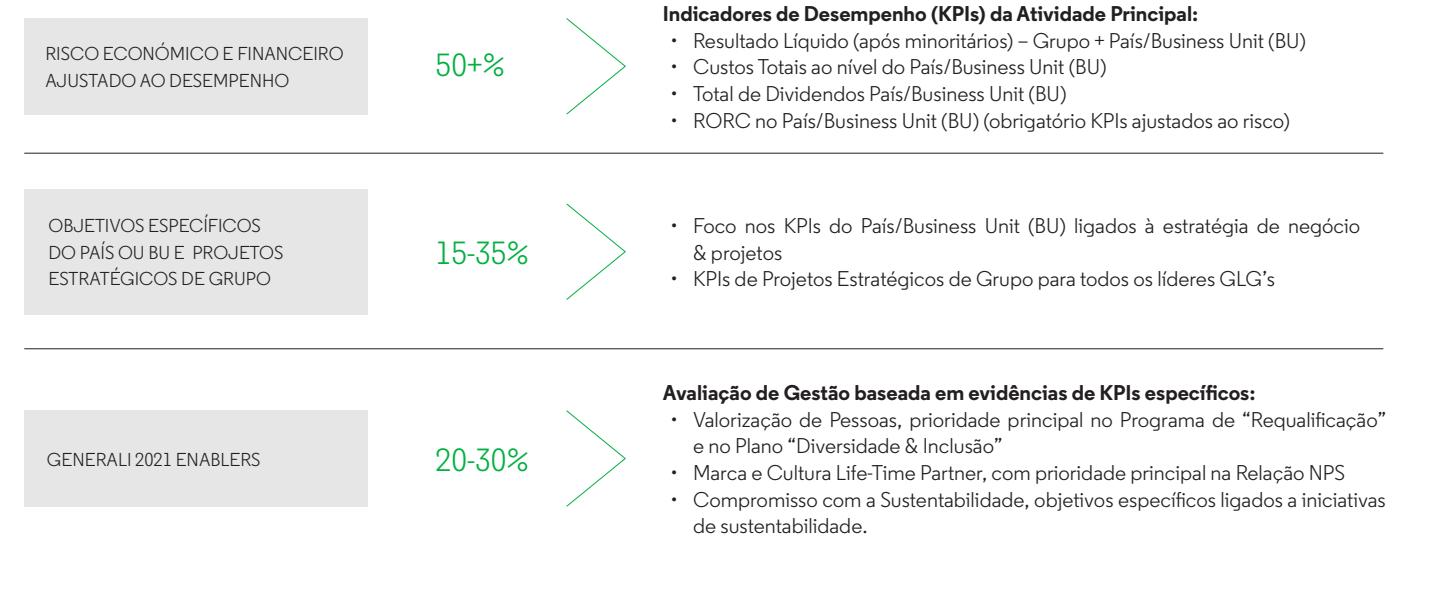
- A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integra uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente uma componente variável.
- Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente variável, esta deve ser determinada de acordo com o definido na Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral.
- De acordo com o que se encontra definido nos Estatutos da Companhia, sendo definido que a remuneração dos administradores inclua uma participação nos lucros de exercício, a percentagem global destes a utilizar para esse fim não pode exceder 5% dos lucros que sejam distribuíveis.
- Nos termos definidos na Política de Remunerações, o peso da remuneração fixa deve ser suficiente para atrair e reter as pessoas e, ao mesmo tempo, remunerar suficientemente a função, caso a componente variável não seja desembolsada por não cumprimento de objetivos individuais, empresariais ou de Grupo.
- O pacote de remuneração é definido com o propósito de manter um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

- Remuneração Variável

- A remuneração variável visa motivar a gestão a atingir os objetivos do negócio, criando uma ligação direta entre incentivos e objetivos financeiros e não financeiros estabelecidas no Grupo, na Companhia e a nível individual.
- O desempenho é avaliado por meio de uma abordagem de múltiplas perspectivas que, de acordo com o período em consideração, avalia os resultados alcançados pelo avaliado, pela Companhia e pelo Grupo como um todo.
- O impacto da remuneração variável na remuneração total varia em função do nível organizacional, da possibilidade de ter uma influência direta nos resultados do Grupo e do impacto da função individual no negócio.
- A remuneração variável global (que inclui uma componente anual e diferida) é estruturada de acordo com percentuais e períodos de diferimento diferenciados em função do cluster a que pertence a pessoa sujeita à política de remuneração.
- A componente variável - seja anual ou diferida - inclui mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*clawback*). No que diz respeito aos incentivos anuais, a avaliação final dos resultados inclui uma apreciação individual de conformidade com processos de *compliance*, auditoria, governação e código de conduta, a qual é considerada no processo de calibração e como mecanismo de *malus* e *clawback*.

- Critérios de Atribuição da Remuneração Variável de Curto Prazo

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável de curto prazo dos membros executivos do Conselho de Administração assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros, tendo em conta nomeadamente os seguintes indicadores:



A avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é validada e aprovada em Assembleia Geral, conforme modelo definido internamente na Companhia, nomeadamente em obediência aos princípios enunciados na Política de Remuneração.

Na eventualidade de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Companhia no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, poderão ser introduzidas limitações necessárias e adequadas, incluindo o eventual não pagamento de qualquer componente variável, com vista a preservar o seu equilíbrio financeiro e o cumprimento dos demais rácios de solvabilidade impostos legalmente.

- Remuneração Variável de Longo Prazo (Diferimento da Componente Variável)

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas podem ser elegíveis para participar num programa de remuneração variável diferida, que assume a forma de planos plurianuais e que são aprovados periodicamente pelos órgãos apropriados do Grupo Generali. A Generali Seguros aplica as regras e procedimentos previstos no Plano.

- Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bónus de performance, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

- Celebração de contratos

A Política proíbe que as pessoas a ela sujeitas usem quaisquer estratégias pessoais de cobertura ou seguros de remuneração (*hedge*) que possam alterar ou minar os efeitos de alinhamento de risco subjacentes aos mecanismos de remuneração variável.

- Outros Benefícios (*Fringe benefits*)

O tipo e o valor geral dos benefícios adicionais (*Fringe benefits*) atribuídos à população-alvo diferem em função do *cluster* de população beneficiária. Estes benefícios podem incluir pensões complementares e planos de saúde e outras garantias em caso de morte ou invalidez permanente total por acidente ou doença ou outros benefícios praticados no mercado de referência.

No que diz respeito aos Planos de Pensões, os membros do Conselho de Administração com funções executivas podem beneficiar de uma contribuição para o Fundo de Pensões nos termos e condições aprovados pela Assembleia Geral.

Podem igualmente ser concedidas condições contratuais favoráveis, no que diz respeito, por exemplo, à celebração de seguros ou outros produtos do Grupo Generali.

Adicionalmente, podem ser atribuídos benefícios por um período de tempo definido e de acordo com as práticas de mercado, em caso de mobilidade interna ou internacional, como habitação, educação infantil e outros subsídios vinculados à mobilidade interna e internacional.

d) Membros do Conselho de Administração sem funções executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Assembleia Geral que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

e) Limites à indemnização a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração

A eventual indemnização por destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não deve ser paga se a mesma resultar de um inadequado desempenho do membro cessante.

g) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, composto por um Presidente e dois Vogais designados, juntamente com um suplente, pela Assembleia Geral de acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados através do pagamento de um valor fixo (artigo 13.º) anual pago trimestralmente.

h) Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

i) Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 15.º dos Estatutos da Companhia, constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral (Artigo 13.º), na data da sua realização, caso haja lugar ao seu pagamento.

j) Colaboradores com Funções-Chave

A remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave (entendendo-se como tal as funções de gestão de riscos, de verificação do cumprimento, de auditoria interna e atuarial) integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável (i) em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando-se que a remuneração lhes proporciona uma recompensa adequada atendendo à relevância do exercício das suas funções e (ii) de forma consentânea com o seu papel na Companhia e não em relação ao desempenho desta.

Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, entre os quais se salientam:

- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho
- Componente Fixa da Remuneração

A componente fixa é estabelecida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, é adequada para garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

- Componente Variável
 - Critérios de Atribuição

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável é anual, e assenta num processo de avaliação de desempenho, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros. O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das funções chave.

As metas devem ser independentes do desempenho das unidades e áreas operacionais que são submetidas ao controle dos Participantes e vinculadas exclusivamente à eficácia e qualidade desses controles (atividades específicas de cada Função-Chave, tendo como referência metas baseadas na eficácia e qualidade dos controles, excluindo os objetivos econômicos e financeiros, que podem, ao contrário, gerar conflitos de interesse).

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

- (Não) Diferimento da Componente Variável

Considerando o nível de risco do país, a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

- Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

- Outros benefícios

Para além da remuneração fixa e variável, os Colaboradores com Funções-Chave poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável na Companhia ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

9.2. QUADRO DE REMUNERAÇÕES PAGAS DURANTE O ANO DE 2020 AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA GENERALI SEGUROS, S.A.

	Remuneração		(milhares de euros)
	Fixa	Variável	
	Total		
Conselho de Administração			
Alexander Wallace Humphreys (Vogal) ⁽¹⁾	-	-	3 491
António Cassio dos Santos (Presidente) ⁽¹⁾	-	-	-
Bogdan Ignashchenko (Vogal) ⁽¹⁾	-	-	-
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal) ⁽¹⁾	-	-	-
Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira (Vogal) ^{(1) (2)}	628	-	628
Gustavo Alexandre P.T. Mesquita Guimarães (Presidente) ^{(1) (2)}	300	-	300
Jaime Anchústequi Melgarejo (Presidente)	-	-	-
Jan Adriaan de Pooter (Vogal) ^{(1) (2)}	1 384	-	1 384
João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)	25	-	25
José António Correia Dias Nogueira Silva (Vogal) ^{(1) (2)}	455	154	609
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo (Vogal)	-	-	-
Pedro Luís Francisco Carvalho (Presidente Executivo)	315	230	545
Riccardo Candoni (Vogal)	-	-	-
Stefano Flori (Vogal) ⁽³⁾	-	-	-
Conselho Fiscal		255	
Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier ((Vogal suplente)	5	-	5
José Manuel Serrão (Vogal)	5	-	5
Luis Maria Viana Palha da Silva (Presidente) ⁽¹⁾	100	-	100
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal) ⁽¹⁾	60	-	60
Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente)	15	-	15
Nelson Manuel Marques Fontan (Vogal)	10	-	10
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal) ⁽¹⁾	60	-	60
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal suplente) ⁽¹⁾	-	-	-
Total Remunerações	3 362	384	3 746

(1) O membro dos Órgãos Sociais indicado deixou entretanto de exercer o respetivo cargo.

(2) Valores correspondentes a pagamentos de indemnizações por cessação de funções.

(3) Conforme definido na política de remunerações, este membro não pode auferir uma retribuição na Generali Seguros, em virtude de ser quadro da Assicurazioni Generali. Assim, as importâncias auferidas são-lhe pagas diretamente pela casa-mãe, sendo os respetivos custos posteriormente debitados à Generali Seguros através de acordo intragrupo.

Em 2020 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 46 milhares de euros relativos aos membros: Pedro Luís Francisco Carvalho (38 milhares de euros) e Stefano Flori (8 milhares de euros).

Igualmente no decurso do ano de 2020, e em relação ao Conselho de Administração com funções executivas, não foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões, não obstante o custo correspondente ter sido acrescido em 2020.

Ainda em relação ao ano de 2020 não foi registado qualquer custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativo a membros do Conselho de Administração.

9.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4.º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rendibilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	
I.2 Adequação da Política de Remuneração à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumpre	
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da Política de Remuneração, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidade e competências.	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1 Aprovação da Política de Remuneração por parte de uma Comissão de Remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição), pela Assembleia Geral.	Cumpre	
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da Política de Remuneração aplicável aos colaboradores.	Cumpre	
II.3 Participação na definição da Política de Remuneração de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente.	Cumpre	
II.4 A Política de Remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; a Política de Remuneração deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumpre	
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1 A Comissão de Remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da Política de Remuneração e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a Política de Remuneração, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável	
III.2 Os membros da Comissão de Remuneração devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções.	Não aplicável	
III.3 Caso a Comissão de Remuneração recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço.	Não aplicável	
III.4 A Comissão de Remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas Assembleias Gerais em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos.	Não aplicável	
III.5 A Comissão de Remuneração deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Não aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade.	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam nesta fase em indicadores globais, resultados da Companhia e individuais, a saber: i) Crescimento; ii) Rentabilidade iii) Indicadores-chave iv) Retorno sobre o capital ajustado do risco e v) Ações Estratégicas.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total; a componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Cumpre	O valor pago não assume caráter substancial e é pago no âmbito de um programa implementado na casa-mãe.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Cumpre	
IV.5 A componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Cumpre	
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Cumpre	
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Cumpre	
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Cumpre	

Recomendação		Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre		
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.	
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; a remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; a componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre		
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não aplicável	A remuneração variável dos colaboradores não é paga, nem parcial nem totalmente, através de instrumentos financeiros emitidos pela instituição.	
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre		
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra; o total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, mediados com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumpre	Não existe diferimento de remuneração variável dos colaboradores	
V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe diferimento de remuneração variável dos colaboradores	
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave			
V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumpre		
V.9 Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumpre		
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1 A Política de Remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumpre		
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre		
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao Órgão de Administração e à Assembleia Geral ou, caso exista, à Comissão de Remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre		
VII. Grupos Financeiros			
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Não aplicável		
VII.2 A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.	Não aplicável		
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável		
VII.4. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Não aplicável		

10

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Generali Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.220.002 milhares de euros e um total de capital próprio de 335.199 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 18.895 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variação de capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Generali Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2020, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados e ativos detidos até à maturidade totalizam 2.486.375 milhares de euros, 9.722 milhares de euros e 12.487 milhares de euros, respetivamente, conforme nota 6 às demonstrações financeiras, representando cerca de 77%, 0,3% e 0,4% do ativo, respetivamente.

O Risco

A mensuração dos ativos a deter até à maturidade é ao custo amortizado, deduzido de imparidade caso exista, sendo os restantes ativos mensurados ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 3 – Ativos financeiros anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos ativos disponíveis para venda, as variações de justo valor são inscritas em outro rendimento integral sendo que caso exista imparidade o valor acumulado é reclassificado para resultados do exercício. A Entidade determina para estes ativos disponíveis para venda que existe imparidade quando se verifique uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. No que respeita aos ativos a deter até à maturidade, a Entidade determina que existe imparidade quando existe um evento que possa ter impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros.

O justo valor para a maioria dos ativos acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A evolução da conjuntura económica, bem como o controlo e monitorização da propagação da COVID – 19 e respetivos efeitos poderão criar volatilidade nos mercados com impactos no apuramento futuro do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de ativos;
- Teste à valorização da carteira de ativos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos, análise dos principais pressupostos considerados na valorização de unidades de participação;
- Teste à imparidade dos ativos a deter até à maturidade e dos ativos disponíveis para venda; e,
- Avaliamos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 800.552 milhares de euros e 62.089 milhares de euros, respetivamente, e representam, cerca de 28% e 2% respetivamente, do passivo.

O Risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão refletidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento;
- Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões para sinistros

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para sinistros, no valor de 1.300.649 milhares de euros, representa 45% do passivo à mesma data dos quais 673.185 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

i) Provisão para sinistros (exceto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho -Pensões) no montante de 627.464 milhares de euros

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, exceto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

As responsabilidades com sinistros são inherentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*);
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos utilizados pela Entidade no apuramento da estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliação do trabalho produzido e das conclusões obtidas pelos atuários da Entidade; e,
- Avaliamos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (incluindo a provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho) no montante de 673.185 milhares de euros

O Risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros de Acidentes de Trabalho;▪ Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade no apuramento da estimativa do valor da respetiva provisão, em especial, os pressupostos económicos e não económicos utilizados na projeção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho;▪ Avaliação do trabalho produzido e das conclusões obtidas pelos atuários da Entidade; e,▪ Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas 1 e 32 das demonstrações financeiras, onde é referida a fusão por incorporação na Entidade Seguradoras Unidas, S.A. da Generali - Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A., e posterior redenominação da Entidade em Generali Seguros, S.A. Esta fusão produziu efeitos a 1 de outubro de 2020, pelo que toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras corresponde ao balanço fusionado de todas as Entidades, sendo que o ganhos e perdas corresponde à atividade de nove meses da Seguradoras Unidas, S.A. per si, complementada por três meses da atividade da Entidade já fusionada. Deste modo, a informação comparativa apresentada nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa não é comparável. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de dezembro de 2016 para o ano de 2016. A última recondução ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de julho de 2020 para o ano de 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 22 de março de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

22 de março de 2021

Ana Cristina Soares Valente Dourado
KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

11

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

GENERALI SEGUROS, S.A.
Avenida da Liberdade, nº. 242
1250 - 149 Lisboa
NIPC e Registo CRC 500 940 231
Capital social: 182.000.000,00 Euros

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2020

Aos Senhores acionistas da
Companhia Generali Seguros SA

1. Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato atribuído ao Conselho Fiscal submete-se à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Generali Seguros SA o nosso Relatório e Parecer sobre a atividade desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Generali Seguros SA no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, que são da responsabilidade do Conselho de Administração. O Conselho Fiscal da Generali Seguros SA foi nomeado em Assembleia Geral de 30 de Outubro de 2020 e iniciou formalmente as suas funções em 10 de Dezembro de 2020 após o registo dos seus membros junto da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões para o mandato relativo aos anos de 2020 a 2022.

Importa salientar em primeiro lugar que este exercício revestiu-se de uma importância muito particular e exigiu uma extensão de trabalho excepcional, devido à concretização da integração da companhia Seguradoras Unidas SA no Grupo Assicurazioni Generali spa, um dos maiores e mais importantes grupos seguradores a nível mundial, ocorrida em 8 de Janeiro de 2020, complementada com a ulterior fusão por incorporação das duas companhias seguradoras que o Grupo já detinha em Portugal, respetivamente a Generali – Companhia de Seguros SA e a Generali Vida – Companhia de Seguros SA. A integração das operações e das redes de distribuição das três companhias ocorreu no dia 1 de Outubro de 2020, o que implicou que se procedesse ao fecho das respetivas contas nessa data, do que resulta que a prestação de contas da Generali Seguros SA referentes a 31 de Dezembro de 2020 incorpora a fusão efetiva das três companhias a partir daquela data.

Destaca-se que a companhia Seguradoras Unidas SA tinha concluído no ano anterior o processo de integração das Companhia de Seguros Tranquilidade SA, Açoreana Seguros SA, Seguros Logo SA e T Vida – Companhia de Seguros SA iniciado em 2016, o que significa que a Generali Seguros SA incorpora seis companhias seguradoras distintas e tal processo de integração ocorreu ao longo de dois anos sucessivos, esforço que merece ser realçado e que se concluiu com assinalável êxito e reconhecimento a nível do mercado e da entidade de supervisão do setor segurador.

2. A prioridade da ação do Conselho Fiscal desde que iniciou funções foi acompanhar os trabalhos de auditoria intercalar realizados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados relativamente à data de fusão, ocorrida em 30 de Setembro de 2020, tendo como objetivo principal analisar as áreas que, pela sua natureza,



materialidade e nível de apreciação envolvida, eram consideradas críticas à data de fusão. Este acompanhamento foi aliás facilitado pelo facto dos membros do Conselho Fiscal terem desempenhado idênticas funções nos Conselhos Fiscais das Generali – Companhia de Seguros SA e Generali Vida – Companhia de Seguros SA até à sua integração na Generali Seguros SA. Salienta-se que tal trabalho exigiu um extenso trabalho de auditoria e análise aos balanços das três Companhias na data da fusão, mas também em relação a 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2019, para além da análise da demais informação relevante de natureza contabilística e de gestão fornecidas pelas Companhias e respetivos Auditores.

A partir dessa intervenção, realizada na fase inicial da sua atuação, o Conselho Fiscal dedicou a maior atenção à verificação da compatibilização e adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados. Posteriormente e tendo em conta o Relatório Adicional dirigido pela KPMG ao Conselho Fiscal e referente ao fecho de contas de 31 de Dezembro de 2020, foram analisadas as áreas consideradas como de maior importância para a emissão da sua opinião constante na Certificação Legal de Contas desta data e a identificação das questões mais relevantes, designadamente para a condução dos trabalhos a desenvolver no domínio da integração dos sistemas de informação originados nas três Companhias, por forma a uniformizar os mecanismos de controlo interno, o tratamento de questões relacionadas com reconhecimento de proveitos, tratamento de impostos diferidos e regularização de diversas discrepâncias e de diferenças de procedimentos e critérios apuradas na auditoria e que derivam essencialmente do processo de fusão.

Acresce ser igualmente relevante referir que o Conselho Fiscal prestou atenção à informação constante do Relatório de Gestão relativamente à monitorização da margem de solvência, de acordo com o novo Regime Solvência II, devendo acompanhar a divulgação em Abril próximo dos correspondentes dados definitivos através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira. Igualmente o Conselho Fiscal irá continuar a dar atenção à preparação do Relatório relativo à informação não-financeira que, de acordo com as disposições legais aplicáveis, será apresentado em separado e publicado dentro do prazo legal.

3. Relativamente à análise que efetuou ao Relatório e Contas da Generali Seguros SA o Conselho Fiscal destaca ainda os seguintes pontos:

- a) A quota de mercado da Generali Seguros SA em seguros Não-Vida situou-se em 18,4 % e em seguros Vida situou-se em 2,1 %, tendo-se assistido ao aumento da base de clientes em 1,9 milhões de particulares e empresas;
- b) O Balanço da Generali Seguros SA em 31 de Dezembro de 2020 indica que o Ativo total atingiu 3.220 milhões de euros, representando um aumento de 43,5 % relativamente ao ano anterior, essencialmente devido à integração das duas companhias que o Grupo Assicurazioni Generali spa já detinha em Portugal, enquanto o valor do Capital Próprio atingiu 335,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 90,9 % relativamente ao ano anterior;



GENERALI SEGUROS, S.A.
Avenida da Liberdade, nº. 242
1250 - 149 Lisboa
NIPC e Registo CRC 500 940 231
Capital social: 182.000.000,00 Euros

- c) A Provisão Matemática e os Passivos de Contratos de Investimento aumentaram em 37,8% e atingiram 831,5 milhões de euros, enquanto a Provisão para Sinistros líquida de Resseguros ascendeu a 1.174,1 milhões, refletindo um aumento de 18,4 % e as provisões Técnicas alcançaram 2.427,9 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 36,2 %;
- d) A atividade financeira da Generali Seguros SA registou uma rentabilidade média global de 4,3%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e em fundos de investimento diversificados e o processo de redução da exposição ao sector imobiliário e a dívida de maior risco (High-Yield);
- e) Os resultados de 2020 foram negativamente afetados por diversos eventos de carácter não recorrente, realçando-se a necessidade de reconhecer menos valias decorrentes da alienação de exposições High Yield em Fundos ICAV e o reconhecimento de imparidade no Fundo ICAV – MCR e no IFAP e o reforço de Provisão para LAT, a que acresceu o reconhecimento de um montante de 17,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração;
- f) Apesar destes efeitos, o Resultado Líquido positivo do exercício atingiu 18,9 milhões, refletindo uma melhoria de 147,1 % em relação ao ano anterior.

4. O Conselho Fiscal apreciou as linhas gerais da estratégia que o Conselho de Administração pretende que a Generali Seguros SA prossiga em 2021 para consolidar e expandir a sua posição no mercado segurador em Portugal, designadamente através da continuidade do processo de transformação crescente, potenciada pela fusão consumada em 2020, segundo uma estratégia digital no *back office* e no *front office*, com impacto direto nos processos de venda, no desempenho operacional e nos níveis de serviço a clientes e parceiros de distribuição. Aliás, o número de clientes “verdes” ou desmaterializados tem estado a aumentar significativamente e já ultrapassa um milhão. Por outro lado, prestando a maior atenção às transformações que a Comunidade enfrenta face aos riscos que a pandemia do Covid-19 trouxe, a Companhia tomou a iniciativa de criar o Gabinete de Acompanhamento Covid-19 e decidiu alargar a cobertura do seguro de Acidentes de Trabalho ao teletrabalho, para manter a proteção aos colaboradores dos nossos clientes durante os períodos de confinamento, e lançou um seguro de saúde especial para empresas para proteção Covid-19.

Em 2021 o Conselho Fiscal pretende continuar a dedicar a melhor atenção às questões relacionadas com o controlo de riscos, a melhoria dos sistemas controlo interno e o acompanhamento do processo de preparação e divulgação da informação financeira e os trabalhos de Auditoria, especialmente os que se relacionam com as Demonstrações Financeiras.

5. Como evento subsequente ao fecho das Demonstrações Financeiras de 2020 refere-se que nos dois primeiros meses de 2021 se verificou um reacendimento dos riscos



resultante da pandemia Covid-19, que obrigou a um novo período de confinamento, mas a situação foi substancialmente revertida durante o mês de Março graças aos efeitos positivos das medidas adotadas. Entretanto o processo de vacinação em curso aponta para uma esperada redução do grau de risco ao longo dos próximos meses, o que leva a esperar uma gradual recuperação da situação sanitária e da situação económica e social, de que deverá ajudar a recuperação do setor segurador e dos indicadores da Generali Seguros SA em 2021, não sendo de esperar quaisquer fatores que coloquem em risco os níveis de solvência e as exigências regulamentares aplicáveis à Companhia.

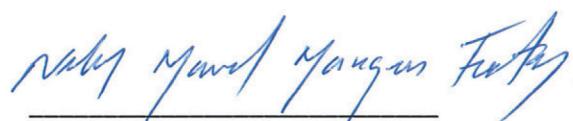
6. Face ao que se expõe, tendo em conta o teor da Certificação Legal de Contas emitida pela KPMG, sem reservas e com uma ênfase com que concordamos, somos de parecer que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020, o Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração e igualmente a proposta de aplicação de resultados, que ascendem a 18.894.967,99 euros, expressa no seu ponto 3.6, estão de acordo com as normas contabilísticas e com as disposições estatutárias aplicáveis, pelo que o Conselho Fiscal recomenda que sejam aprovadas pela Assembleia Geral da Generali Seguros SA.

Finalmente desejamos manifestar ao Conselho de Administração e à KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas SA e aos Serviços da Generali Seguros SA o nosso maior apreço pela colaboração prestada ao Conselho Fiscal no desempenho das nossas atribuições legais.

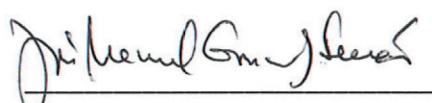
Lisboa, 22 de Março de 2021



Manuel Pinto Barbosa, Presidente



Nelson Fontan – Vogal



José Manuel Serrão – Vogal

GENERALI SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS

20